



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



EMERSON DIAS DE OLIVEIRA

**ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE E APLICAÇÃO DO CONCEITO DE
COOPERATIVAS POPULARES: O CASO DA COCAP**

Maringá - PR

2013

EMERSON DIAS DE OLIVEIRA

**ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE E APLICAÇÃO DO CONCEITO DE
COOPERATIVAS POPULARES: O CASO DA COCAP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá, tendo como finalidade a obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Produção do espaço e Dinâmicas Territoriais.

Orientadora: Professora Dr^a. Celene Tonella.

Maringá - PR

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

De Oliveira, Émerson Dias

D418eEstudo sobre a viabilidade e aplicação do conceito de cooperativas populares: o caso da COCAP / Emerson Dias de Oliveira. -- Maringá, 2013.

172f. : il., color., figs., mapas., tabs., quadros., fotos.

Orientador: Prof^a.Dr^a. Celene Tonella.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

1. Economia solidária. 2. Cooperativismo popular. 3. Autogestão - cooperativas. 4. Subsidiamento - cooperativas. I. Tonella, Celene, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed.334.5

ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE E APLICAÇÃO DO CONCEITO DE COOPERATIVAS
POPULARES: O CASO DA COCAP

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em 26 de abril de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.ª. Celene Tonella
Orientadora - UEM
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Sergio Fajardo
Membro convidado
UNICENTRO

Dedico este trabalho as minhas origens, meus avôs Odete Ribeiro Alves (*in memoriam*) e Salvador Dias Alves (*in memoriam*) e ao meu pai Cícero Vitor de Oliveira (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo.

A minha mãe que foi para mim a mais ilustre mestra e orientadora da arte de viver.

Aos irmãos Leandro, Leidiane e ao Éderson, maior incentivador desse trabalho.

Aos sobrinhos Paola, Amanda e Lucas.

A Celene, pela compreensão, orientação e paciência.

Aos amigos novos e antigos.

Ao Tio Mané pelo incentivo, companheirismo e pelos diálogos amigáveis.

À COCAP, pela possibilidade de realizar o trabalho.

Aos companheiros de serviço Sgt. Sebastião, Sd. Vinícius e Sd. Jair, pela compreensão, respeito e momentos de descontração.

À Universidade Estadual de Maringá, pela oportunidade de realizar este estudo.

À Faculdade de Jandaia do Sul, pela preparação e encaminhamento desta proposta.

Aos cooperados e cooperadas da COCAP, protagonistas de uma realidade latente e de vital importância para a incidência de uma inclusão social efetiva no município de Apucarana!

RESUMO

Com o intuito de identificar e analisar a efetividade da gestão social com cidadania deliberativa, o tema central dessa dissertação foi norteado pela análise e diagnóstico de uma cooperativa de coletores de materiais recicláveis situada no município de Apucarana-PR. Este estudo ocorreu com base nas características gerais da economia solidária em prática no Brasil nos últimos anos a partir da ótica do cooperativismo popular delimitada pela ITCP-UFRJ e pelos indicadores de autogestão definidos pela ANTEAG. Nesta pesquisa, pretendeu-se desenvolver alguns pontos de análise relativos às contradições e aos paradoxos intrínsecos a tais grupos autogestionários, tendo-se em vista uma concepção “singular” da autogestão como processo de subjetivação. A questão do cooperativismo foi abordada através de uma discussão dialética e ampla do ponto de vista de sua aplicabilidade e reconhecimento no meio social, dado ao seu enorme crescimento e subsidiamento institucional como “cooperativismo de capital” nas últimas décadas. Com base na realidade atual do objeto de estudo deste trabalho, ficou claro o descaso e falta de apoio que as cooperativas populares de maneira geral recebem do poder privado e público, sendo que além destes desajustes de falta de fomento técnico-financeiro, essas cooperativas são em sua maioria integralizadas por trabalhadores com pouca ou nenhuma instrução para uma adequada atuação profissional no mercado de trabalho em geral, ou seja, faz-se necessário a incidência de uma efetiva democracia deliberativa que deve ocorrer não apenas na intimidade da consciência dos agentes, mas que também deve ser pública. Desta forma, os objetivos da implementação e criação de cooperativas populares servirão para a reflexão sobre a forma do trabalho em grupo, a valorização dos princípios democráticos, da participação, do espírito de cidadania e da autonomia e, conseqüentemente, da inclusão social, ou seja, uma emancipação, liberdade, independência, deixando de ser objeto e passando a ser sujeito de suas vontades e caminhos, enfim de sua própria vida.

Palavras chave: Economia Solidária. Cooperativismo Popular. Autogestão. Subsidiamento.

ABSTRACT

In order to identify and analyze the effectiveness of social management with deliberative citizenship, the central theme of this dissertation was guided by analysis and diagnosis of a cooperative collectors of recyclable materials in the municipality of Apucarana-PR. This study was based on the general characteristics of the solidarity economy into practice in Brazil in recent years from the viewpoint of cooperative popular bounded by ITCP-UFRJ and self-management by indicators defined by ANTEAG. In this study, we sought to develop some points of analysis concerning the contradictions and paradoxes inherent in such self-managed groups, having in view a design "unique" self-management as a process of subjectivation. The issue of cooperative was approached through a dialectical discussion and broad view of its applicability in social recognition and, given its tremendous growth and subsidizing institutional as "cooperative capital" in recent decades. Based on the current reality of the object of study of this work, it became clear the neglect and lack of support that the popular cooperative generally receive private and public power, and besides these mismatches lack of technical and financial development, these cooperatives are mostly paid by workers with little or no instruction for proper professional performance in the labor market in general, ie, it is necessary to an effective incidence of deliberative democracy that must occur not only in the intimacy of conscious agents, but they also must be public. Thus, the objectives of the implementation and creation of popular cooperatives serve for reflection on how the group work, the appreciation of democratic principles, the participation of the spirit of citizenship and autonomy and, consequently, social inclusion, ie emancipation, freedom, independence, and object no longer going to be subject to their will and ways, short of his own life.

Keywords: Solidarity Economy. Popular Cooperatives. Self-management. Subsidizing.

LISTA DE SIGLAS

ACI - Aliança Cooperativista Internacional;

ADS CUT - Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores;

ACI - Aliança Cooperativa Internacional;

ABCOOP - Aliança Brasileira de Cooperativas;

ANCOSOL - Associação nacional do cooperativismo de crédito da economia familiar e solidária;

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão;

BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo;

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento Econômico;

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas;

COCAMAR - Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá-PR;

COCAP - Cooperativa Mista de Trabalho e Produção dos Coletores e Separadores de Materiais Recicláveis de Apucarana-PR;

CONCRAB - Confederação de Reforma Agrária do Brasil;

CPAs - Cooperativas de Produção Agropecuária – assentamentos;

CUT - Central Única dos Trabalhadores;

Dieese - Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos;

ECOSOL - Economia Solidária;

EES - Empreendimento econômico solidário;

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária;

FEES's - Fóruns Estaduais de Economia Solidária;

FRENCOOP - Frente Parlamentar Cooperativista;

GTBrasileiro - Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária;

IBC - Instituto Brasileiro do Café;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná;

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares;

TEM - Ministério do Trabalho e Emprego;

NMS - Novos Movimentos Sociais;

OCA - Organização das Cooperativas das Américas;
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras;
OCEPAR - Organização Das Cooperativas do Paraná;
OCE - Organização das Cooperativas do Estado;
OIT - Organização Internacional do Trabalho;
ONG's - Organizações Não Governamentais;
OSCIP - Organização da sociedade civil de interesse público;
PAC - Projeto Alternativo Comunitário (Cáritas);
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
PRONINC - Programa Nacional de Apoio as Incubadoras de Cooperativas Populares;
UNASCO - União Nacional das Associações de Cooperativas;
UNICAFES - União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária;
UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil;
UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho;
RECOOP - Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras;
REDE DE ITCP's - Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares;
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária;
SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo;
SIES - Sistema nacional de Informações em Economia Solidária.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Análise a ser estudada.....	21
Figura 2 - Localização da área de estudo	23
Figura 3 - Economia Solidária (Fórum Brasileiro de Economia Solidária)	37
Figura 4 - Economia Popular Solidária	40
Figura 5 - O campo da Economia Solidária no Brasil.....	52
Figura 6 - Fotografia da Sede da Cooperativa Pioneira de Rochdale.....	65
Figura 7 - Fotografia dos Pioneiros de Rochdale	67
Figura 8 - Aplicabilidade do Cooperativismo em Nível Mundial.....	70
Figura 9 - Layout da COCAP	120

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Sede da COCAP.....	113
Foto 2 - Incêndio na COCAP.....	116
Foto 3 - Estrutura atual da COCAP.....	118
Foto 4 - Caminhão, Prensa, Empilhadeira e Refeitório da COCAP.....	120
Foto 5 - Tratamento dentário na COCAP.....	121
Foto 6 - Foto das casas de alguns cooperados da COCAP.....	121
Foto 7 - Processo de aglutinação do plástico na COCAP.....	133

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de material reciclável e não reciclável processado na COCAP... 127	127
Gráfico 2 - Percentual do Volume Produtivo da COCAP..... 129	129
Gráfico 3 - Fluxograma da COCAP 130	130
Gráfico 4 - Captação de Recursos Financeiros da COCAP..... 131	131
Gráfico 5 - Percentual da Remuneração Produtiva da COCAP 134	134
Gráfico 6 - Quadro Social da COCAP 136	136
Gráfico 7 - Cooperados da COCAP conforme o Sexo 138	138
Gráfico 8 - Compreensão dos cooperados da COCAP..... 143	143
Gráfico 9 - Principais aspirações dos cooperados da COCAP 144	144
Gráfico 10 - Principais motivações para os cooperados trabalharem na COCAP..... 146	146
Gráfico 11 - Percentual de Importância dos Indicadores de Autogestão..... 149	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ativo Imobilizado da COCAP.....	119
Tabela 2 - Resíduos Sólidos Domiciliares e/ou Públicos	124
Tabela 3 - Comprador, Produto e Valores na COCAP.....	128
Tabela 4 - Entrada de Recursos Externos na COCAP.....	130
Tabela 5 - Produção e Renda Mensal na COCAP	132
Tabela 6 - Relação dos Colaboradores da COCAP	137
Tabela 7 - Cooperados com atividades fixa na COCAP.....	137
Tabela 8 - Custos Gerais da COCAP.....	139
Tabela 9 - Resultado Econômico da COCAP	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Analogias entre as Economias Popular, Popular Solidária e Solidária	41
Quadro 2 - Características dos Empreendimentos Econômicos Solidários.....	42
Quadro 3 - Relação dos Probos Pioneiros de Rochdale	68
Quadro 4 - Evolução dos Princípios Cooperativistas (ACI)	70
Quadro 5 - Dispositivos Constitucionais para o Cooperativismo.....	80
Quadro 6 - Comparação Conceitual do Cooperativismo.....	94
Quadro 7 - Principais Características da Cooperativa Popular.....	104
Quadro 8 - Tipologia das Cooperativas Populares	105
Quadro 9 - Organograma atual da COCAP	135
Quadro 10 - Questionamento aos Cooperados	141
Quadro 11 - Características de Cooperativa Popular presente na COCAP	147
Quadro 12 - Indicadores de Autogestão na COCAP	151

SUMÁRIO

1 INTRUÇÃO.....	15
2 DO SURGIMENTO A CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	26
2.1 DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA CIÊNCIA ECONÔMICA.....	26
2.2 A ECONOMIA SOCIAL E UTÓPICA.....	30
2.3 SOCIALISTAS CIENTIFICISTAS.....	33
2.4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM FORMA DE RETOMADA CONCEITUAL.....	36
2.5 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	48
3 O COOPERATIVISMO COMO MODELO ECONÔMICO ALTERNATIVO.....	55
3.1 IDÉIAS E PRÁTICAS PRÉ-COOPERATIVISTAS.....	55
3.2 A COOPERATIVA PRECURSORA.....	61
3.3 O DESENVOLVIMENTO E A PROPAGAÇÃO DO COOPERATIVISMO.....	67
3.4 O COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	71
3.5 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O COOPERATIVISMO.....	76
4 CONCEITUAÇÃO DO COOPERATIVISMO.....	82
4.1 A INSTITUIÇÃO COOPERATIVA.....	82
4.2 O COOPERATIVISMO CAPITALISTA.....	85
4.3 O (DES) CAMINHO DO COOPERATIVISMO.....	91
4.4 A APREENSÃO DE UMA NOVA NOÇÃO DO COOPERATIVISMO.....	95
4.5 COOPERATIVISMO POPULAR.....	100

4.6 A AUTOGESTÃO COMO EXPRESSÃO DO COOPERATIVISMO POPULAR.....	109
5 A INSTITUIÇÃO COCAP.....	112
5.1 A ATUAÇÃO DA COCAP.....	112
5.2 ESTRUTURA DA COCAP.....	118
5.3 O TRABALHO DOS EMPREENDIMENTOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	122
5.4 PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO NA COCAP.....	127
5.5 O QUADRO SOCIAL DA COCAP.....	135
5.6 RETORNO FINANCEIRO DA COCAP.....	138
6 RESULTADOS.....	141
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS.....	159
ANEXOS.....	166

1. INTRODUÇÃO

Após a virada do milênio as iniciativas populares da economia solidária no Brasil finalmente passaram a receber um melhor enfoque de determinados atores políticos em prol de suas necessidades sociais, uma conquista resultante de cerca de duas décadas de efetivo empenho por parte da iniciativa popular, dos movimentos sociais, Igreja Católica, ONG's e por último da academia, que também se inseriu neste contexto até a consolidação do debate do assunto na sociedade.

Apesar das constantes críticas que o Estado tem recebido em virtude de sua histórica ação contrária à possibilidade de organizações autônomas emergirem em comunidades de baixa renda, ação essa de cunho conservador, calcada e focada na manutenção do poder das elites políticas e econômicas como ocorreu durante o período ditatorial, percebe-se, na atualidade existem algumas iniciativas de intervenção governamental em prol destes empreendimentos, uma realidade que pode ser observadas nas iniciativas de cooperativas populares¹.

A singularidade para a compreensão da economia solidária é definida pelo sociólogo Paul Singer com a análise de uma “outra economia” que nasce das contradições apresentadas pela economia tradicional, uma “nova economia” que expressa de maneira concreta à inteligência coletiva dos trabalhadores. A economia solidária se expressa no meio social através dos empreendimentos econômicos solidários, sendo que a cooperativa popular (autêntica²) é um dos mais comuns.

Esta realidade vem ocorrendo de maneira quase que paralela e similar em todo o mundo, embora ainda se apresente como um conceito em construção e a ser consolidado, conforme Singer (2003a, p. 116).

A Economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas.

A economia solidária e o cooperativismo popular não possuem ainda um conceito ou

¹ Organizações autogestionárias de grupos populares, onde a propriedade dos meios de produção é coletiva, integrando três dimensões: econômica, social e política (Cançado, 2004).

² Ressaltamos o adjetivo “autêntico” porque hoje, há cooperativas que nada têm de Economia Solidária. São as chamadas por Paul Singer de cooperativas “degeneradas”, aquelas que se pautam por princípios e práticas típicas capitalistas.

noção consolidado. Esta realidade deve-se a incidência de infinitas particularidades locais em cada situação distinta de aplicação e construção de um empreendimento econômico solidário, ou seja, é praticamente impossível criar um modelo harmônico com características pré-fixadas para serem aplicadas em todas estas iniciativas. Entretanto, existem algumas ferramentas comuns e aplicáveis de maneira geral aos mesmos que devem ser consideradas para a definição e reconhecimento da atuação dessas instituições.

A prática deste novo conceito de fazer a economia encontra-se em sintonia com outras práticas e costumes alternativos na sociedade, como o comércio justo, os serviços de proximidade, as empresas de inserção, a responsabilidade das empresas, o marketing social, entre muitas outras.

Para Laville (2005, p.303), solidariedade econômica se preceitua como um conjunto de atividades econômicas geridas democraticamente como respostas aos problemas sociais, onde os interesses humanos prevalecem sobre os interesses materiais e econômicos.

Trazendo para a baila do presente estudo em que o objeto de pesquisa coaduna-se com as cooperativas de trabalho que atuam com o setor da coleta e separação de materiais recicláveis, fica evidente o grau de importância destas iniciativas, que além de abranger o aspecto da inclusão social e geração de renda, também atua na questão ambiental nas localidades que estão inseridas.

Assim, observa-se que os aspectos social, econômico e ambiental são conjugados nas cooperativas de coleta de materiais recicláveis, um trabalho que na maioria das vezes não são reconhecidos pela sociedade e nem recebem estímulos financeiros e técnicos para seu melhor funcionamento.

Justamente devido a essas e outras dificuldades que a economia solidária, através das cooperativas populares, consegue minimizar os problemas existentes para a consolidação destes empreendimentos econômicos solidários. Assim, o cooperativismo popular, mormente não possa ser visto como única saída tende a vir ao encontro das aspirações dessa categoria extremamente marginalizada e excluída, que são os catadores que sobrevivem da catação dos resíduos nos “lixões” e nas ruas das cidades brasileiras.

A importância da economia solidária em geral com todas as suas possibilidades de agregação de valores financeiros ou humanos, é de vital importância para o desenvolvimento e crescimento da economia nacional, considerando que o país teve um logo período em que a classe trabalhadora era praticamente destituída de qualquer iniciativa organizada e que era tida como uma classe marginalizada no meio social.

No Brasil, a formação histórica do mercado de trabalho mostra que o patronato, de modo geral, utilizava-se da mão-de-obra considerando-a descartável. A partir dessa visão predadora e criminosa, associada à omissão da fiscalização estatal e das dificuldades de organização e controle pelo operariado, encontra-se ao longo do século passado, a presença do emprego precário, em todas as regiões do país. Por outro lado, a retomada do crescimento econômico na atual conjuntura é fundamental, porém insuficiente para absorver os cinquenta milhões de brasileiros considerados pobres ou miseráveis. É nesse contexto que se coloca a importância de se construir uma forte e verdadeira Economia Solidária (EID, 2004, p. 156).

Neste enfoque, fica claro a importância da atuação dos empreendimentos econômicos solidários para (re) dignificar o trabalhador enquanto sujeito atuante na sociedade. Destaca-se ainda a importância da ação e fomento do poder público e da organização da sociedade civil para o setor, em especial as cooperativas populares de reciclagem que realizam um trabalho com vários benefícios sociais.

A caracterização desta ação social das cooperativas de trabalho pode ser feita por meio da análise de um conjunto de atividades econômicas pautadas por uma forma de organização do trabalho centrada na autogestão, através de uma análise dos espaços produzidos por relações sociais estabelecidas pela necessidade premente de reprodução do trabalho como base material da vida social.

Assim, considerando a importância e as dificuldades na constituição, consolidação e os funcionamentos peculiares desses empreendimentos econômicos solidários, o problema de pesquisa abordado neste estudo teve-se a caracterização funcional e organizacional das atividades de uma Cooperativa de Trabalho na coleta de materiais recicláveis de Apucarana-PR em relação às características e parâmetros básicos dos Empreendimentos Econômicos Solidários organizados em forma de Cooperativas Populares.

Tomando por referência essa problemática e objetivando a construção de um diagnóstico sobre a estrutura, organização e funcionamento de uma Cooperativa de Trabalho do setor de reciclagem no município de Apucarana-PR, esta pesquisa procurou através da ótica da economia solidária, pautar-se nos propósitos e idéias do cooperativismo popular definido pela ITCP-UFRJ e também os indicadores de autogestão da ANTEAG, como alternativa de inclusão social e o resgate do exercício da cidadania em seus cooperados.

Para tanto, foram seguidos alguns pontos estratégico de análise e estudo neste trabalho, como a atuação da cooperativa como alternativa de renda para os catadores, o papel do cooperado na organização e manutenção da instituição, a exposição dos principais resultados econômicos da mesma neste período de pesquisa e principalmente a sua dependência técnico-financeira em relação a agentes externos e alheios a sua funcionalidade

organizativa.

O enfoque basilar na economia solidária deste estudo, decorre do fato desta temática ser objeto de análise de muitos pesquisadores no Brasil e em outros países, considerando sua erupção social nos últimos tempos como expressão da ação pública de diferentes segmentos sociais, uma realidade crescente que representa um contínuo enfrentamento as constantes crises financeiras que culminaram na precarização da classe trabalhadora.

A importância do presente estudo configura-se em razão do trabalho social apresentado por uma cooperativa de trabalhadores do setor de reciclagem situada no município de Apucarana-PR, sendo que a mesma possui um elevado reconhecimento por parte da mídia e do poder público local. Esta iniciativa é de grande significância para o município em virtude de sua ação com algumas similaridades socioeconômicas, recebendo inclusive apoio de determinados parceiros locais que viabiliza o trabalho realizado pela cooperativa, que além dos quesitos sociais e econômicos abarca também o ambiental.

Assim, por meio da análise das características da economia solidária e principalmente das cooperativas populares, foi elaborado um diagnóstico da ação deste empreendimento visando apontar seu atual estágio de desenvolvimento em conformidade com as metodologias utilizadas nestas iniciativas socioeconômicas.

A pesquisa nesta área é de vital importância, visto que a ação da economia solidária pode ser considerada como uma ferramenta fundamental para assessorar a ação do Estado, na resolução dos problemas locais e do mundo, atuando, portanto, a par da economia social como uma alternativa à intervenção do Estado e reforçada em situações de crise, como a ecológica e atual crise financeira e social.

Esta ciência que comporta o cooperativismo, o associativismo além de outras formas de trabalho coletivo que primam pela autogestão, é um conceito similar aos preceitos owenistas do século XIX e que no Brasil foi criado na década de 1990, em cujo bojo está à discussão das desigualdades sociais suscitadas pelo crescimento econômico que não proporcionou bem-estar a todos.

A economia solidária está na interface de diversas ciências, surtindo interesses de várias áreas do conhecimento em sua pesquisa e estudo. Assim, através de uma ação interdisciplinar envolvendo docentes, acadêmicos, técnicos e outros envolvidos de diferenciadas áreas de ensino ela possibilita não só uma melhor inserção social no plano de trabalho como avançar na conquista da cidadania plena.

Esse trabalho se reveste de significados interligados com economia solidária, considerando o atual cenário de crise econômico-financeiro que o mundo capitalista padece.

Desta forma, a economia solidária expressa sua característica singular principal que é objeto de análise e estudo de Laville (1994), onde ocorre uma ação cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Assim, ela deixa de lado o interesse individualizado da economia capitalista que funciona a partir das relações de competitividades e também difere da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional.

A forma mais difundida e conhecida de expressão da economia solidária ocorre através das cooperativas populares originárias em sua maioria de trabalhadores marginalizados economicamente do meio social, cujo capital é quase sempre apenas a disposição e dedicação para o trabalho. Esses empreendimentos quando bem incubados por órgãos responsáveis e competentes conseguem sucesso em seus intentos como a melhora do quadro social dos seus envolvidos.

A ação das cooperativas populares ocorre de maneira democrática na qual todos os trabalhadores (cooperados) detêm um integral poder de decisão sobre os aspectos relativos ao empreendimento, de forma que o sucesso do empreendimento depende estritamente da dedicação e trabalho de todos os cooperantes em conjunto.

Foi realizada uma análise estreita com as particularidades corriqueiras e diárias da COCAP demonstrar a sua verdadeira “face” como empreendimento econômico solidário, utilizando seus dados estatísticos, a cultura corporativa aplicada na instituição entre outros fatores que nem sempre estão explícitos em análises superficiais. Uma observação “*in loco*” focada na configuração e estruturação dos espaços da cooperativa, bem como a concretude das relações sociais entre seus diversos atores: trabalhadores, cooperados, poder público e privado entre outros envolvidos.

Durante a realização deste estudo, foi possível dimensionar a importância do trabalho efetivado pela Cooperativa Mista de Trabalho e Produção dos Catadores e Separadores de Materiais Recicláveis de Apucarana-PR - COCAP - na coleta de materiais recicláveis para a comunidade local em geral. Uma iniciativa que procurou ainda uma explicitação do modelo de economia solidária que, quando bem organizado e apoiado pelos diversos setores da sociedade acaba sendo uma das maneiras mais práticas e democráticas de promoção do desenvolvimento social que fomenta e abrange alguns pilares bases da comunidade como: o ambiental; social e econômico.

O desenvolvimento deste estudo foi estruturado utilizando-se de fundamentação teórico-conceitual para situar a questão da economia solidária e o cooperativismo popular de forma exploratória e dedutiva, posteriormente o procedimento metodológico foi o estudo de

uma cooperativa de trabalho já em uma fase consolidada de desenvolvimento.

A escolha para análise desta cooperativa decorre do fato de a mesma ser muito conhecida em sua região de influência e inexistir qualquer estudo aprofundado sobre a sua atuação. Análise esta de caráter inédito e que irá refletir sobre a sua atuação como empreendimento cooperativo, na modalidade de cooperativa de trabalho, com ênfase nas cooperativas populares, objetivando a constatação da sua ação social com a prática da autogestão.

Esta pesquisa acadêmica não tem como proposta desvendar todos os dados financeiros e sociais possíveis da COCAP, visto que o intento principal é observar a sua atuação através da ótica das propostas anunciadas pelo cooperativismo popular, buscando através do atual momento da cooperativa verificar o seu “*modus operandi*” em consenso com as ideias de funcionamento deste tipo de empreendimento solidário.

Para tanto, deve ser considerado também que estas novas propostas (solidária) de fazer economia não possuem ainda um conceito ou noção fixa a ser analisado, visto que cada localidade possui suas particularidades intrínsecas. Assim, a presente pesquisa pautou-se na noção conceitual de cooperativas populares delimitadas pela ITCP - UFRJ e algumas propostas de autogestão definidas pela Associação dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG - como base para realizar distintas análises da atuação da COCAP.

Outro instrumental utilizado são os questionários a serem aplicados entre os cooperados, buscando a construção teórica sobre a percepção geral dos mesmos a respeito dos princípios cooperativos solidários e também, com um foco mais específico na COCAP.

A metodologia desta pesquisa em um primeiro momento ocorreu de forma exploratória, por proporcionar maior familiaridade com o problema e para tanto se utilizou das ferramentas de levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudos de caso. Aliado a essas pesquisas bibliográficas foi utilizado também uma metodologia qualitativa fundamentada na observação livre da atividade e em entrevistas não estruturadas na cooperativa.

Baseando-se na figura 01, a problemática da atual pesquisa partiu do estudo da economia solidária como universo maior, visando uma compreensão geral sobre suas ideias e posteriormente ao cooperativismo popular, citado por Singer como “uma expressão da economia solidária” e finalizando com as cooperativas de trabalho, analisando a legitimidade de atuação e seus cooperados como atores principais do processo de geração de trabalho e renda, tendo como objeto de estudo a COCAP.

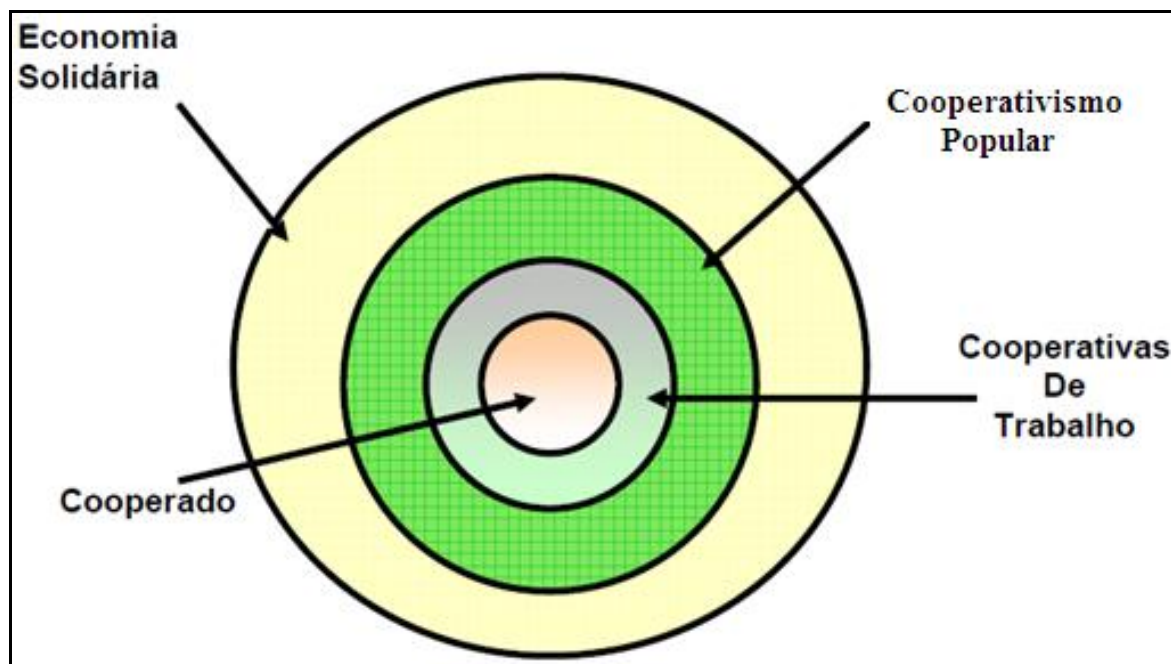


Figura 01: Análise a ser estudada. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Assim, em posse de uma noção conceitual a respeito da economia solidária e da ação geral do cooperativismo popular, este trabalho teve como intento central dimensionar o estágio atual que a COCAP se encontra em se tratando de empreendimento econômico solidário, considerando que tal medida foi aferida através de uma comparação entre as suas características e práticas atuais às que são expostas pela a ITCP – UFRJ e também os indicadores de autogestão proposto pela ANTEAG (38 indicadores divididos em 06 eixos), sendo que esta técnica possibilitou elaborar um diagnóstico da situação atual da cooperativa sobre a sua percepção funcional dos métodos e costumes do cooperativismo popular e autogestionário.

O método implantado de coleta de dados foi embasado na entrevista o que possibilitou a obtenção de maneira mais detalhada de informações abrangendo o objeto estudado. Trata-se de um método de coleta de dados que, entre outros objetivos, possibilita captar os motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas (MARCONI e LAKATOS, 2002).

Como técnica de pesquisa, a entrevista é utilizada para a obtenção de informações a respeito do que a sociedades e as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram e também acerca das suas explicações ou razões a respeito de coisas anteriores.

Considerando-se o seu grau de flexibilidade, as entrevistas são classificadas em estruturadas (ou padronizadas) e não-estruturadas (ou não-padronizadas):

A opção adotada, que melhor servia aos objetivos desta pesquisa, foi à entrevista não-estruturada, que corresponde ao modelo mais flexível de entrevista, caracterizando-se pela liberdade que o entrevistador tem para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada.

O universo de aplicação destes questionários abarcou todos os cooperados da COCAP (53 cooperados), sendo que após este trabalho foi realizado um gráfico sobre a percepção e entendimentos dos mesmos a respeito dos questionamentos. As questões apontadas e aplicadas entre os cooperados foram:

- O que entende por Cooperativismo?
- O que entende por Cooperado?
- O que deve ser melhorado na COCAP atualmente?
- Gosta de trabalhar na COCAP?
- Qual o motivo de estar trabalhando na COCAP?

De acordo com Gil (1999), geralmente nesse tipo de entrevista as perguntas são abertas e são respondidas no âmbito de uma conversação. A opção a ser adotada será a modalidade por pautas, porque se julga como a mais apropriada para se atingir os objetivos de captura das informações necessárias, visto que assim ocorre por parte do entrevistado uma ampla liberdade na construção de suas respostas.

Quanto à forma de abordagem, utilizou tanto a qualitativa, quanto quantitativa. Esta pesquisa classifica-se no primeiro momento como qualitativa, pois se aprofundou no mundo dos significados e das ações, baseando-se nas pessoas que têm uma vinculação direta com COCAP.

Conforme Minayo (2000), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.

Em um segundo momento, a pesquisa usou a abordagem quantitativa com o objetivo de mensurar a evolução socioeconômica da cooperativa, seus resultados, inclusão social dos cooperados, demonstrando a reconquista da autoestima, poder de compra e principalmente a sensação de pertencer e serem aceitos pela sociedade na escala local.

Conforme já exposto anteriormente, a unidade de estudo desta pesquisa localiza-se no município de Apucarana, situado na Mesorregião Norte Central do Paraná, sendo que o seu processo de colonização inicial ocorreu por intermédio da Companhia de Terras Norte do Paraná, que instalou a cidade oficialmente no ano de 1944 em virtude principalmente da expansão cafeeira em forma de extensão dessas culturas proveniente do interior do Estado de São Paulo, na produção, beneficiamento e transporte deste produto, além de outras culturas de subsistência e a extração madeireira.

Faz parte da microrregião geográfica (MRG) de Apucarana³, composta por nove municípios, e é considerado um eixo integrador das regiões Sul e Norte do Estado do Paraná, ainda mais se for considerada a sua proximidade com Londrina (54 Km) e Maringá (59 Km), duas das cidades mais importantes do Estado. No último censo em 2010 a cidade possuía 120.884 habitantes, sendo 114.104 na área urbana e 6.780 na área rural.

O município de Apucarana (figura 02) está situado no Terceiro Planalto Paranaense, denominada por MAACK (1968) de Planalto de Apucarana constituído sobre um grande divisor de águas entre as bacias hidrográficas dos rios Tibagi a Leste, Ivaí ao Sul e Paranapanema ao Norte, o município apresenta altitudes compreendidas entre 750 e 860 metros ao longo deste interflúvio principal, até cotas inferiores a 500 metros, nas extremidades Leste, Oeste e Sul do município.

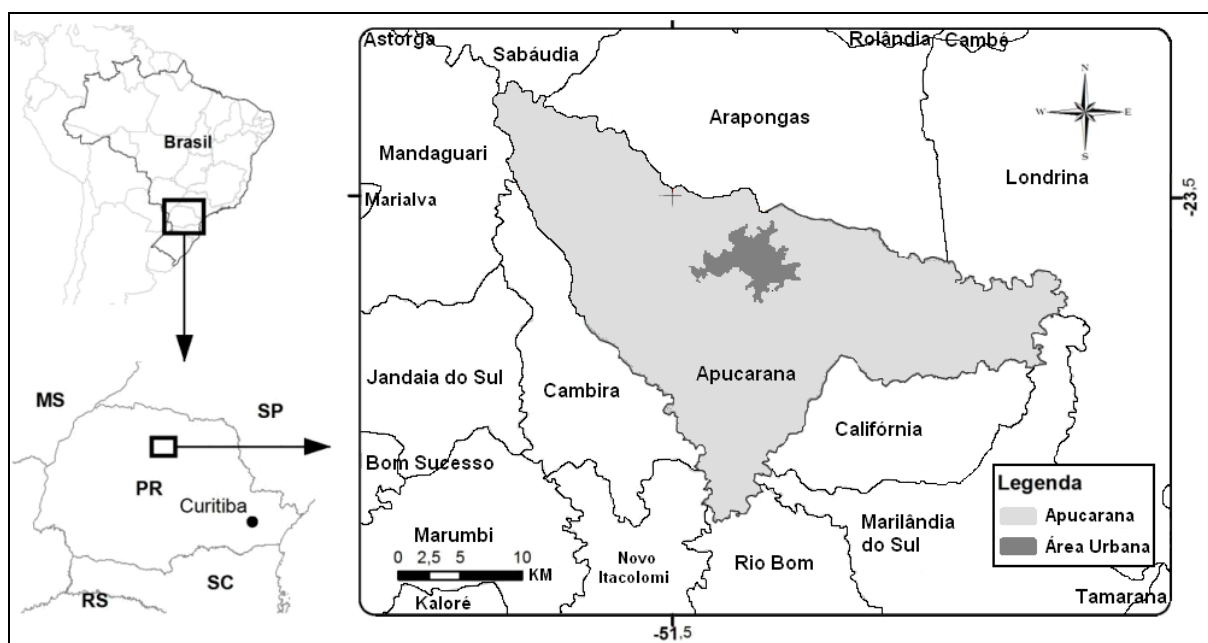


Figura 02. Localização da área de estudo. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

³ Apucarana, Arapongas, Cambira, Califórnia, Jandaia do Sul, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Novo Itacolomi e Sabáudia.

Com um clima subtropical Cfa, está distante a 370 km da capital do estado Curitiba, o município criado em 28 de janeiro de 1944 possui atualmente uma área de 58,388 km² e uma população de 121.924 habitantes (IBGE/2001), sua localização está entre as coordenadas geográficas 51° 38' W; 23° 24' S e 51° 25' W; 23° 35'.

O município de Apucarana possui atualmente apenas a COCAP como iniciativa de cooperativa popular. No setor de reciclagem existem além da COCAP diversas pessoas que realizam esta atividade de forma autônoma, na informalidade e individualizada, além de outras poucas pessoas que são donos de “ferro velho” e atuam em atividades com materiais recicláveis.

A COCAP atualmente está situada na área central da cidade de Apucarana/PR na Travessa Palmeiras nº 111, Bairro: Barra Funda - CEP: 86800058. A cooperativa apresenta uma estrutura consolidada e com a oferta de algumas vantagens aos seus cooperados. Possui uma cozinha industrial equipada, um amplo refeitório mobiliado, dois banheiros e dois escritórios administrativos.

As atividades na COCAP são de segunda a sábado, de segunda a sexta das 08h00min às 18h00min e aos sábados até às 16h00min. O início das atividades inicia-se às 08h00min, sendo que às 07h30min serve-se um café da manhã para todos os cooperados, às 12h00min é ofertado o almoço e às 16h00min o café da tarde.

O trabalho de coleta e análise dos dados da COCAP foi realizado inicialmente com uma visita informal e casual, quando foram apresentados os objetivos da pesquisa e os motivos da escolha desta cooperativa como objeto de estudo. No período de julho a dezembro de 2011 foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o assunto e no semestre seguinte, em posse de uma apreensão maior sobre a ideia de cooperativa popular foi feita uma análise mais profunda sobre as atividades da cooperativa.

Foram realizadas visitas, por intermédio do presidente ou do gestor, iniciando com o ponto de chegada do material, passando pela triagem, até o ponto onde o material está pronto para a venda ou disposição final.

Neste período, houve a aplicação de um questionário com 05 (cinco) perguntas aos cooperados sobre o sistema em que estão inseridos e a COCAP em si, visando à construção de uma percepção geral da instituição frente às propostas direcionadas para o setor. Para tanto a interpretação destes dados foram analisados e receberam tratamentos estatísticos, utilizando-se de gráficos para as devidas interpretação e considerações.

A aplicação destas questões ocorreu através da entrega de formulários contendo a pergunta e sua posterior interpretação e transcrição no formulário. Em relação aos não-

alfabetizados a pergunta foi respondida via oral e o pesquisador transcreveu-a no formulário. O universo de aplicação compreendeu todos os 53 cooperados, sendo que os que faltaram foram entrevistados em data posterior.

Assim, através da aplicação destes questionários e o estudo da cooperativa, foi possível deduzir algumas particularidades intrínsecas da mesma, como as questões organizacionais, pessoais (número de cooperados, horário de trabalho, ganho mensal, alimentação), vendas e incentivos, além de questões relacionadas à infraestrutura, possibilitou conhecer a dinâmica de funcionamento da cooperativa.

Na elaboração da presente pesquisa ficou evidente que economia solidária tem potencial e pode gerar transformações muito mais profundas, para além da sobrevivência econômica, haja vista, a singular característica que essa possui de valorizar a iniciativa de trabalhos conjuntos no formato cooperativado, sendo que a experiências autogestionárias envolvem ainda mudanças culturais importantes na organização e formatado metodológico funcional destes empreendimentos.

2. DO SURGIMENTO A CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1 DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA CIÊNCIA ECONÔMICA

O debate ideológico sobre os conceitos e práticas da Economia Solidária é extremamente complexo e atual, recebendo um enfoque e interesse por diversos setores da comunidade, ela ainda está em um amplo processo de construção e consolidação, haja vista, que existem inúmeras controvérsias e indagações sobre o seu uso e definição.

Na busca de um melhor entendimento sobre a Economia Solidária, se faz presente um paradoxo envolvendo o “egoísmo” da economia de mercados tradicional em contraste com a ideia de “solidariedade”, ou seja, teoricamente existe uma tentativa de juntar termos antagônicos e que se repelem.

O surgimento de maneira mais organizada e disciplinada aconteceu na Antiga Grécia, onde Platão e Aristóteles descreveram problemas com comércio e riqueza da época. Assim como na Idade Média onde as ideias predominantes eram da Igreja Católica que condenava o comércio.

Porém, nessa época entre os séculos XV e XVIII a ideia do mercantilismo se fortaleceu, e no século XVIII, alguns fisiocratas da França chegaram a formular um modelo econômico.

Mas podemos dizer oficialmente, que o nascimento oficial da economia como ciência⁴, como teoria desvinculada a política e filosófica, se deu no ano de 1776. Quando o economista e filósofo, Adam Smith, publicou sua obra chamada “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, do inglês “*An Inquiry into the Nature and Causes of Wealth of Nation*”. Pode-se afirmar que o nascimento da economia se deu nesse momento, como corpo teórico de estudo, independentemente da política e da filosofia.

O conceito de economia para a maioria volta-se para um comportamento motivado pelo auto-interesse, sendo que esta crença já há muito tempo foi sistematizada por Adam Smith⁵;

⁴ Ciência econômica surgida na Inglaterra com Adam Smith, em 1776, que expressa um conjunto de preceitos teóricos e doutrinários na busca de estabelecer leis naturais explicativas aos fenômenos econômicos, fundamentados pela liberdade econômica. Ver HUGON (1980) e CARNOY (2000).

⁵É considerado por inúmeros autores como o pai da economia moderna e é considerado o mais importante teórico do liberalismo econômico (CIEEP, 2011).

Não é da benevolência do padeiro ou do açougueiro que esperamos o nosso jantar, mas sim da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Apelamos não à sua humanidade, mas ao seu auto-interesse, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1983, p.50).

O interesse pelo estudo da economia se faz presente desde que o homem constitui sua razão, a partir de trocas comerciais que se faziam necessárias com os demais cidadãos do seu meio. Entretanto, foi na Grécia que a terminologia “gestão sábia dos bens”, “organização da casa”, entre outros, que se firmou, sendo objeto de interesse de diversos filósofos da época, como Talles de Mileto, Demócrito, Platão, Aristóteles e outros pensadores.

A economia sempre foi um reflexo das realidades presentes em cada localidade e sendo influenciadas por instâncias econômicas maiores, sendo que as mudanças e reviravoltas mais significativas que a economia passou foram em reflexo das grandes transformações ocorridas no mundo, a exemplo das inúmeras revoluções e conflitos ocorridos principalmente com o advento da era das grandes navegações, onde foram quebrados diversos paradigmas, com a conquista de novos territórios (mercados), contato com novas culturas, entre outros diversos fatores que foram de vital importância para o desenvolvimento de uma cultura econômica mais complexa e ao mesmo tempo cada vez mais segregadora no continente europeu.

O Mercantilismo vigente no governo dos monarcas absolutistas pode ser considerado o período (XVI e XVII) em que a economia realmente iniciou seu desenvolvimento e transformação na sociedade, sendo que o seu modelo de aplicação e intervenção no comércio contribuiu para a incidência de diversas revoluções posteriores. As potências européias necessitavam de novas divisas comerciais para custear seus status e a descoberta de novos continentes satisfaz as suas aspirações.

Com essa nova realidade, ocorre uma internacionalização do comércio, criando as bases do mercado mundial e o fortalecimento exacerbado do capital. Essa nova realidade muda toda a sistemática então vigente, pois teve um efeito deletério sobre as relações de produção feudais na Europa com a intromissão das relações mercantis de forma generalizada, visto que se exigia uma produção desenvolvida sobre uma escala qualitativamente e quantitativamente mais ampla priorizando o abastecimento dos novos mercados.

Assim, a forma de organização da economia mundial passou por um significativo processo de mudanças com as quebras das barreiras continentais em razão das grandes navegações, onde os diversos ciclos econômicos vigentes nas colônias e metrópoles contribuíram para o fortalecimento do capital e sua posterior monopolização.

A partir de então, o mundo deixa de ser desconhecido e um emaranhado de revoluções dos mais variados cunhos (cultural, político, ideológico, armada, industrial, tecnológico, religioso e também econômico) eclode nos continentes principalmente após o século XIII, inicialmente na Europa e sua posterior dispersão por outras regiões do globo.

A economia adquire novos conceitos em relação a sua maneira organizacional, ocorre o crescimento do comércio e desta maneira um conseqüente crescimento dos centros urbanos, sendo que este comércio exigia uma característica mais dinâmica que não mais se adequava a maneira organizativa dos feudos.

Assim, tem origem a formação das corporações que tinha como base produtiva a manufatura. Estas mesmas corporações irá posteriormente originar a classe burguesa que são na realidade os grandes precursores da revolução do capital e conseqüentemente as grandes revoluções na indústria (HUBERMAN, 1967).

De acordo com Singer (1994), esses acontecimentos ocorreram inicialmente na Grã-Bretanha em relação às demais potências principalmente devido às interrupções das prerrogativas feudais no campo e corporativas nas cidades culminando desta forma com o seu pleno desenvolvimento, principalmente a partir do século XV e XVI. Nas demais potências, como França, Itália, Alemanha e outras, ainda se percebiam uma forte ligação dos camponeses com suas glebas, diferentemente com a Inglaterra onde as “enclosures”, conhecidas por cercamentos expulsaram grande números de servos para o meio urbano.

Desta forma, os antigos camponeses foram em número cada vez maior sendo proletarizados de maneira imperativa, foram tirados também seus meios de produção, a exemplo dos artesões e camponeses portadores de ferramentas para manuseio no solo. Assim, uma classe cada vez mais numerosa e excluída formava-se nos meios urbanos industrializados em condições precárias de sobrevivência, que passaram a ser nominadas por classe operária ou proletariados⁶ pelos estudiosos da época.

A substituição do homem pela máquina para Singer (2004) acarretou na passagem da produção manufatureira para a produção industrial, onde a máquina passou a exercer um papel mais importante que o homem. Do ponto de vista social todo este processo produziu uma hegemonia de extrema significância do capital na produção social, de maneira cada vez maior em virtude da substituição dos métodos manuais pelos industriais.

Para o economista Paul Singer (2002), a realidade diária desses empregados era de

⁶ “O conceito de classe operária, ou proletariado, se refere basicamente ao conjunto de pessoas desprovidas de propriedade ou de qualquer fonte de renda e que, por isso, são obrigadas a alugar sua capacidade de trabalhar, isto é a vender sua força de trabalho para poder viver. São os trabalhadores assalariados.” (Singer, 1994, p.5).

pura exploração.

A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar (SINGER, 2002, p.24).

A classe operária era integralmente destituída de direitos trabalhistas e conforme já demonstrado as condições de trabalho eram precárias. Tal realidade pode ser vivenciada ainda mais tarde já na Segunda Revolução Industrial, apesar de a classe operária ter conquistado algumas melhorias para seu interesse.

Com o fortalecimento e crescimento do capitalismo ele deixa de ser concorrencial para assumir um estilo monopolista, característica marcante da Segunda Revolução Industrial. Ocorre um incremento de novos processos metodológicos nas indústrias, onde o principal foco continua sendo a acumulação e a concentração cada vez mais significativa do capital.

Uma síntese simplificada deste período de maturação e definição das bases capitalistas foi sistematizada por Karl Marx (1988), onde a Primeira Revolução Industrial iniciou o jogo da classe dominante com a introdução da máquina a vapor e o carvão, mais tarde já na Segunda Revolução Industrial aparece a eletricidade e o petróleo, onde todo este processo operacional das indústrias foi impondo e definindo a construção de uma classe sem qualquer condição de iniciativa no meio social e outra minoria detendo um crescente acúmulo de concentração do capital.

De acordo com Menezes (2005), este período das revoluções a qual as indústrias foram submetidas compreendeu diversas mazelas sociais:

a) a mecanização da indústria, em primeiro lugar a da manufatura de tecidos de algodão; b) a aplicação da força motriz a indústria; c) o desenvolvimento do sistema fabril; d) aceleração dos transportes e das comunicações; e) considerável acréscimo do controle capitalista sobre as atividades econômicas g) uma terrível desordem nas relações de trabalho (Menezes, 2005, p.20).

Este quadro precisava ser revertido. Foi assim que nesta época algumas ideologias contrárias à realidade vigente passam a ganhar força entre os trabalhadores das fábricas europeias, sendo que essas idéias não ocorreram de maneira espontânea e automática, ou seja, foram resultantes de diversas contextualizações e realidades vigentes desde a primeira metade do século XIV, estendendo-se pelos séculos seguintes, vindo a tornar-se mais concreta e real no início do século XIX.

2.2 A ECONOMIA SOCIAL E UTÓPICA

Uma noção de economia antagônica (solidária) teve suas primeiras e principais noções dialogadas junto aos diversos movimentos sociais de alguns séculos atrás. Neste período, a Europa fervilhava de idéias e movimentos sociais frente à dominação imposta pelos capitalistas, a exemplo do feudalismo derrubado no século XVI em virtude da opressão sofrida pelos operariados.

A entrada na modernidade representou a esperança da maioria da população da época, considerando a consagração do viés idealizado pelos burgueses com a Revolução Francesa (1789), “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Esses reflexos se fizeram valer em todas as demais regiões do planeta na época.

Entretanto, a Revolução Francesa que não passava de uma integral aglutinação e também o acatamento da ideologia liberal e iluminista, propagando que “o homem era o centro de tudo”, na realidade o que acontecia na prática era a vontade da classe burguesa que, aliando-se ao poder dos governos de estado, conseguiram seu intento de centralização e hegemonia do “capital”, ou seja, o que a burguesia realmente queria era um espaço mais amplo e livre para atuar e conseqüentemente conseguirem a concentração deste capital propiciando-lhes a concentração dos meios de produção.

O Liberalismo então vigente passou a sofrer críticas e intromissões de alguns pensadores que passaram a serem chamados de “socialistas utópicos”. O pensador Thomas Morus, com o livro *Utopia* (1516) é dito como o precursor destes idealizadores de um mundo melhor, também chamado de socialistas românticos, pois objetivavam a construção de uma sociedade livre da burguesia, eliminando o individualismo e a concorrência, mediante uma maneira organizacional onde os sujeitos consumiriam e produziriam de maneira coletiva (GRAÇA, 1988).

Uma sociedade mais justa, solidária e sem desigualdades sociais era o lema dos chamados “socialista utópicos”, nomenclatura definida por Karl Marx para diferenciá-los dos socialistas científicos, na qual ele próprio faz parte. Paul Singer (2001) chamou de cooperativismo revolucionário a aplicação prática de algumas idéias desses pensadores utópicos, que mais tarde iria originar no cooperativismo capitalista e seu desenvolvimento até o estágio atual.

Os socialistas utópicos são em sua maioria precursores do cooperativismo, uma importante ferramenta no combate as desigualdades sociais que se fazia presente naquele

contexto. No século XVIII P. C. Plockboy, John Bellers e Saint- Simon, no século seguinte atuando na Inglaterra, Robert Owen, Willian King e na França, Charles Fourier, Michel Derrion, Phillipe Buchez e Louis Blanc, e mais tarde Kropotkin e Landauer que juntamente com outros sucessores aprofundaram e realizaram uma ampla síntese sobre a temática (SCHNEIDER, 2003).

Nas primeiras décadas do século XIX já são inúmeros os empreendimentos associativistas e cooperativistas que são inicializados na maior parte da Europa e vai além-mar nas comunidades primórdias Norte-Americanas, criadas e geridas principalmente por operários e artesão que se negavam manterem-se na condição de proletariados.

Apesar de muitos destes empreendimentos não galgarem uma plenitude nos seus ideais, estas experiências serviram de embasamento para as iniciativas posteriores deste cunho com maior sucesso em seu funcionamento.

Conforme já proposto por Paul Singer (2001) o cooperativismo revolucionário, sistematizado com o owenismo foi sem dúvida uma formalização da origem histórica da economia solidária, haja vista que acontecimentos e mudanças estruturais e ideológicas desta alçada jamais se repetiram que tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.

Contemporâneo aos trabalhos Owen na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, na França aparecia Charles Fourier com uma sistemática diferenciada do coletivismo da Aldeia Cooperativista de Owen. Fourier com seu projeto de *falanstérios* visava à preservação da propriedade privada e a liberdade individual de mudar de trabalho, num sistema onde basicamente todos deveriam viver em comunidades autogeridas, praticamente dispensando a ação estatal. As práticas operacionais destes ideários vieram a ocorrer nos Estados Unidos, principalmente com o prosseguimento de sua ideologia por alguns de seus discípulos (SINGER, 2001).

Percebe-se que o desenvolvimento prático da ideologia dos socialistas utópicos ocorreu pelo método da tentativa e erro, onde as primeiras iniciativas com fracassos e insucessos serviram de lições para os experimentos posteriores, a partir da qual os praticantes e simpatizantes da economia popular solidária foram descobrindo seus próprios caminhos.

Os socialistas utópicos foram na realidade os grandes responsáveis pela consolidação desta outra vertente de entender e fazer a economia na sociedade, pois a partir de uma realidade vivenciada em seus contextos diários esses autores conseguiram e sistematizaram algumas ferramentas alternativas aos integrantes da classe exploradas no interior das fábricas européias.

Conforme Oliveira (1984), essa transição do capital para o social, onde a idéia visionária de transformação da sociedade burguesa, objetivando a eliminação do individualismo e a concorrência capitalista, tendo por objeto de trabalho a organização de seus envolvidos em torno do consumo e da produção coletiva, era tida como uma utopia. Por isso, que os pensadores e estudiosos que partilharam deste movimento são considerados socialistas utópicos. Na perspectiva de relacionar a utopia com economia solidária, o conceito de Cattani (2003, p. 269) é esclarecedor:

Utopia é desejo de alteridade, é convite para a transformação que constrói o novo, é a busca da emancipação social, é a conquista da liberdade [...] Utopia não é um conceito nem um quadro teórico, mas uma constelação de sentidos e projetos. A verdadeira utopia é a visão crítica do presente e dos seus limites e uma proposta para transformá-lo positivamente. (CATTANI, 2003, p. 269).

Conforme Brasil (2008), assim como existem as dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais entre outras na economia solidária, existe nela também esta dimensão utópica, ou seja, uma “visão utópica” ou “conteúdo utópico” presente tanto na fala dos trabalhadores que são os protagonistas desta realidade como na visão de determinados estudiosos e também militantes fomentadores destas iniciativas.

Enfim, a utopia referencia uma nova sociedade alternativa economicamente, onde a utopia estará inserida no debate sobre a economia solidária, para além das questões emergenciais de garantia na sobrevivência dos trabalhadores.

Entretanto, os ideários utópicos ficaram obsoletos com os apontamentos de Marx e Engels ao citarem que os utopistas eram extremamente paternalistas e, portanto inócuos, sem qualquer grande idealização política própria, que esses pensadores são moralistas e buscam apoio em filantropos. Assim, a retomada conceitual de grande parte das idéias utópicas irá servir de base para um novo socialismo chamado de “cientificista” ou “marxista” que irá agregar novas contribuições para a emancipação da classe operária.

De maneira geral, este período inicial de surgimento e afirmação do socialismo, (Germer, 2007) reconhece que o combate contra o capitalismo era concebido como uma questão travada basicamente no campo econômico, onde os trabalhadores praticamente desconheciam outras questões que de certo modo são intrinsecamente relacionadas com esta temática, como a ideologia geral sobre esta noção que então surgia, a política, a cultura e principalmente o poder social concentrado no Estado e monopolizado pela classe proprietária dos meios de produção. Assim, neste momento ainda se fazia presente certo distanciamento entre a aplicação prática das lutas dos operários e as elaborações de caráter utópico

provenientes dos intelectuais utópicos.

2.3 SOCIALISTAS CIENTIFICISTAS

Em um processo de continuidade as idéias dos pesquisadores utópicos aparecem os “socialistas científicistas”, representados principalmente por Karl Marx (1818 - 1883) e Friedrich Engels (1820 - 1895), que embora considerando a importância e aplicação histórica do legado ideológico do movimento utópico, faltava ainda uma ênfase mais significativa relacionada às lutas de classes desconsiderando a função autônoma e decisiva do proletariado emergente como protagonista das revoluções sociais. Sendo, que somente através da compreensão do capitalismo por parte da sociedade ele poderia ser superado e destruído (MELO, 2007).

Enfim, os postulados originados com o movimento utópico e retomado com os marxistas serviram de base para a consolidação da economia organizada de maneira mais social, democrática e solidária.

O exemplo mais bem sucedido e conhecido deste tipo de empreendimento no mundo foi uma cooperativa de consumo, criada em 1843 por 28 tecelões em Manchester na Inglaterra, Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, que estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial.

A partir de Rochdale, inúmeras outras cooperativas, associações e demais empreendimentos com o viés solidário foram inicializados em todas as demais regiões do planeta, dando origem e fortalecendo o cooperativismo moderno.

Como ocorreu com o mercado de maneira geral, o cooperativismo também foi aos poucos se adequando as novas exigências do mercado, a exemplo da modernização tecnológica e otimização dos seus processos operacionais e burocrático.

A experiência de Rochdale ganhou elogios até do próprio Marx em uma citação sua no jornal *Spectator* onde afirmava que esta experiência (Rochdale) mostrava que as Associações de Trabalhadores poderiam gerir lojas, fábricas e quase todas as formas de atividades com sucesso autogestionário, melhorando consideravelmente as condições econômicas das pessoas.

Tal realidade pode ser visível com a dialética estabelecida por Marx quando ele se pronuncia sobre o cooperativismo (séc. XIX), numa espécie de crítica construtiva:

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como sacrilégio e socialistas. [...] Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais. [...] Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária. (Marx, 1864b, pg. 318-20).⁷

Marx deixa claro que a economia política vigente precisava mudar e deixar de valorizar os capitalistas. Assim, com o surgimento do cooperativismo e do associativismo que ao ser inserido dentro de um projeto mais amplo poderia transformar a sociedade, que naturalmente e necessariamente sofre mutações e revoluções em sua política.

Apesar de não estar em comum acordo com todas as idéias que alguns pesquisadores destinaram ao cooperativismo, os cientificistas Marx e Engels fizeram inferências às idéias cooperativistas no intento de direcioná-las para a construção de uma nova estrutura social em gestação, apoiando-se estrategicamente em uma maneira diferenciada de interpretar, administrar e construir o capitalismo vigente, visando à superação e principalmente suas distorções ideológicas.

Neste enfoque, Marx e Engels usaram como objeto de análise principalmente as fábricas-cooperativas, até então umas das realidades mais práticas e nítidas de valorização da classe operária, considerando o fato de que elas demonstraram, pela primeira vez, que os próprios trabalhadores podiam assumir o controle da produção, com a gestão direta dos meios de produção pelos empregados oferecendo bens e serviços nos padrões mais avançados de escala técnica.

Essa linhagem ideológica do cooperativismo (fábricas-cooperativas) e posteriormente o cooperativismo de consumo são alguns dos conceitos iniciados com os socialistas utópicos e agora retomados e amadurecidos com os socialistas cientificistas (Marx e Engels) como reinterpretação natural e espontânea do regime capitalista.

Tal fato foi evidenciado por Marx quando ele passa a observar que muitas propriedades privadas (fábricas) são convertidas em propriedades coletivas (fábricas-

⁷ Apud: NOVAES, H. T, (Org.), 2011.

cooperativas), sendo que tal realidade é oriunda no desenvolvimento do próprio capitalismo e não pela vontade arbitrária da classe trabalhadora. Esta noção marxista indica que o socialismo não aparece como uma questão impositiva e arbitrária na sociedade, visto que a própria ganância capitalista contribui gradualmente para a expropriação de toda propriedade privada.

Entretanto, a sociedade infelizmente ainda está inserida em um suporte jurídico ultrapassado que permite a subsistência dessa classe privilegiada que cada vez mais é destituída de função social objetiva. Essa realidade proposta por Marx é perfeitamente entendida por Germer (2007):

Numa primeira fase a expansão do capital implica a expropriação dos produtores diretos e a expansão absoluta do trabalho assalariado na sociedade; na fase seguinte a difusão da sociedade anônima implica a expropriação dos capitalistas individuais e a instituição da propriedade coletiva dos meios de produção, embora restrita à classe capitalista. Isto significa que aos poucos a propriedade privada *individual* dos meios de produção desaparece substituída pela propriedade coletiva da classe capitalista, sobrevivendo apenas entre pequenos produtores decadentes, como ruínas de uma era socialmente ultrapassada (GERMER, 2007, p.07).

Conforme Germer (2007), o sucesso ideológico da propriedade coletiva não depende apenas da falência do regime privativo das propriedades, pois eles gozam de um regime jurídico estritamente capitalista, ou seja, é necessária uma revolução social global do modo de produção, cujo cerne reside no caráter de classe do poder de Estado, e cujo componente essencial é o atual formato jurídico da propriedade.

Marx entende que o bloqueio sobre as novas formas e regimes de propriedade é resultante do atual domínio da propriedade privada como forma jurídica geral da propriedade. Assim, para que tal meta seja atingida, faz-se necessário a abolição da atual forma jurídica vigente da propriedade privada, sendo que tal realidade depende estrategicamente da mudança na natureza do poder de Estado que é decisivo e necessita ser alterado como pré-condição da instituição do novo modo de produção.

Assim, valorização e efetividade destas iniciativas cooperativistas (fábricas - cooperativas) e de outras situações de ascensão da classe operária deixaram de representar apenas sintomas da emergência de novas realidades na base da estrutura social e passaram a exercer um papel ativo e hegemônico como modelo socioeconômico vigente na sociedade.

2.4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM FORMA DE RETOMADA CONCEITUAL

Novamente em um momento de crise, são tomados alguns caminhos alternativos a lógica vigente, só que nesta nova realidade o que ocorre é uma apreensão e retomada conceitual de experiências e conquistas adquiridas em séculos anteriores principalmente pelos pensadores utópicos, percussores ao movimento cooperativista revolucionário, que passou a ser objeto de análise e reflexão para sua aplicação prática em diversos empreendimentos de cunho econômico da atualidade.

Para Moreno & Chaves (2006), foi a partir dos anos 1970 que teve início uma maior internacionalização desta perspectiva econômico-social com estudos teóricos e empíricos mais significativos sobre a economia social. Há cerca de quatro décadas surgiram especialmente nos países anglo-saxônicos os primeiros trabalhos com o intuito de investigar a complexidade e diversidade deste setor da economia, sendo que pesquisadores de diferentes disciplinas e países manifestaram crescente interesse pelas iniciativas econômicas organizadas em associações e cooperativas que não pertenciam nem à esfera da empresa privada “clássica”, nem à da economia pública.

Assim, “uma outra economia” com propósitos sociais vai sendo forjada em contraste com as desigualdades estruturais do capital, num processo resultante da organização dos trabalhadores, que investem suas economias para, através da autogestão, promover o progresso social e a ampla participação na produção e nos frutos da atividade econômica.

Uma realidade que abarca além de iniciativas do setor público como os programas oficiais do governo de inclusão social através do fomento de empreendimentos solidários e dos trabalhos e pesquisas das universidades também se fazem presente ações da esfera privada através do apoio de algumas instituições privadas direcionadas para o setor.

Mais bem conhecida no Brasil por “Economia Solidária”, ela age em forma de uma economia empresarial de natureza associativa, que cria atividades autônomas, com objetivos baseados na solidariedade e na democracia, dando primazia aos indivíduos e ao trabalho sobre o capital na distribuição dos benefícios.

No país existe atualmente o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que é atualmente um dos principais militantes do assunto em nível nacional. O FBES está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 (três mil) empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (figura 03).

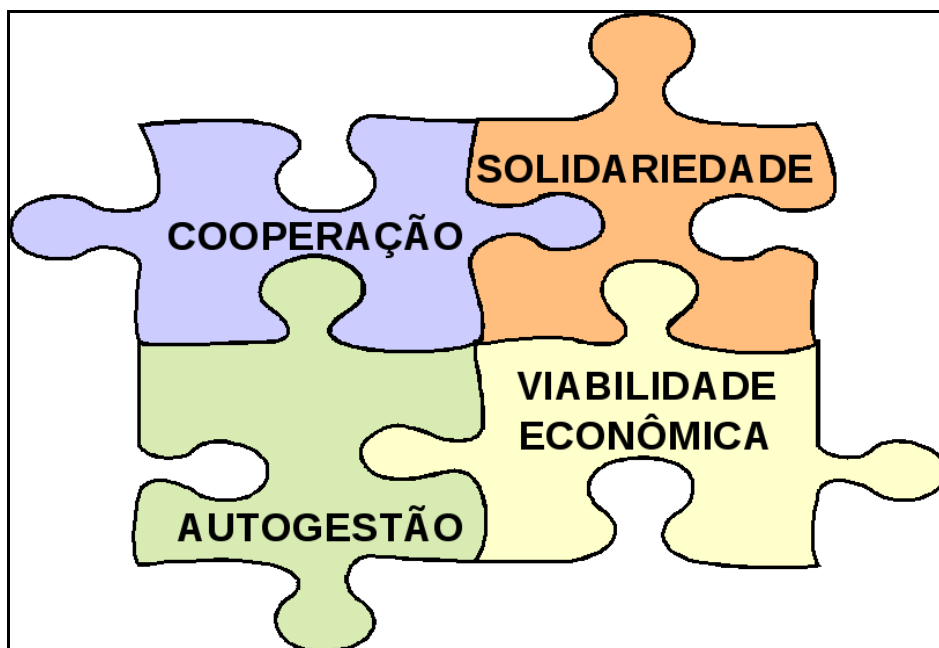


Figura 03: Economia Solidária (Fórum Brasileiro de Economia Solidária).

Fonte: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1 (2012).

A Economia Solidária é definida pelo FBES em três dimensões:

Economicamente: Um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

Culturalmente: Um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação da inteligência coletiva, livre e partilhada. **Politicamente:** Um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos. (FBES, 2012).

Essa noção de divisão setorial da análise da economia solidária também é concebida por Pagotto (2009), que foca na atuação prática e na produção teórica da economia solidária, distinguindo-se em três vertentes:

1) próximas ao chamado terceiro setor, possuidoras de uma lógica filantrópica e mercantil; 2) fundamentadas nos pressupostos de mudanças sociais, por meio do desenvolvimento e da implementação de políticas públicas; 3) e as que buscam na promoção das políticas públicas um espaço de organização política dos setores populares, em uma perspectiva voltada à emancipação dos trabalhadores (PAGOTTO, 2009, p. 83).

Para um melhor entendimento da complexidade que envolve a inclusão e inserção da solidariedade no contexto econômico da comunidade, a pesquisadora Caroline Goerck (2009) discorre sobre a temática no sentido de diferenciar e distinguir algumas peculiaridades que envolvem este estudo.

Goerck (2009) trata o assunto com a nomenclatura de Economia Popular Solidária - EPS⁸, onde é possível ocorrer o estágio máximo de maturação para uma efetiva aplicação e ocorrência da igualdade social nos empreendimentos comunitários. A construção deste conceito é decorrente de algumas iniciativas e estratégicas organizacionais que ocorreram no meio popular principalmente após a década de 80. Sendo que as duas principais são a Economia Popular e a Economia Solidária.

Grande parte da população sofre os efeitos devastadores do desemprego, que se apresenta como problema central do mundo contemporâneo. Por isso, as pessoas criam diversas estratégias econômicas para assegurar a sobrevivência e suavizar as severas condições de vida. Tais ações econômicas dos setores populares compõem a economia popular.

O autor Luiz Razeto aponta cinco tipos de iniciativas populares que podem se manifestar:

- a) Soluções assistencialistas (mendicância, subsídios, filantropia, práticas direcionadas a setores de extrema pobreza);
- b) Atividades ilegais e pequenos delitos (prostituição, furtos, drogas e outros);
- c) Atividades informais - comércio ambulante, serviços domésticos, guardadores de carros, catadores (pode haver vínculo de mercado formal);
- d) Microempresas e pequenos negócios de caráter familiar: lojas, oficinas, bares;
- e) Organizações de pequenos grupos que atuam de forma associativa e solidária, para atender às suas necessidades econômicas, sociais e culturais mais

⁸ A EPS é considerada como uma economia alternativa na medida em que, ao priorizar valores como solidariedade, democracia, autogestão e a autonomia sobre os valores individualistas combinadas com a eficiência econômica, colocam tais experiências na condição de coexistência com o mercado capitalista ao mesmo tempo em que o questiona (GAIGER, 1998).

imediatas. Geralmente, estão vinculados a paróquias, comunidades, sindicatos, partidos e outras organizações populares.

As iniciativas empreendedoras com características de Economia Popular possuem geralmente enfoques imediatistas visando à geração de trabalho e renda para sua sobrevivência básica. As características básicas que distinguem o mercado organizado em economia popular são:

São organizados por grupos pequenos e/ou familiares; b) surgem para o enfrentamento das dificuldades geradas pela questão social; c) constituem-se em soluções assistenciais e pela inserção em benefícios públicos ou privados; d) são iniciativas informais e individuais; e por ultimo e) normalmente são atividades não legalizadas, à margem das leis e normas sociais (RAZETO, 1999, apud GOERCK, 2009, p.07).

A Economia Popular é na realidade uma forma de reproduzir a ideologia capitalista, ocorrendo na maioria das vezes de maneira simplista e amadora, onde geralmente não se faz presente qualquer tipo de técnica de controle para um melhor domínio do empreendimento. Por isso que tem essa nomenclatura de Economia Popular, considerando que acontece dentro da comunidade de maneira informal e onde as referencias empreendedoras destas iniciativas geralmente são as empresas capitalistas do seu entorno.

Pode-se perceber que há um amplo e complexo universo da economia popular. Por isso, a necessidade de delimitar o que seja verdadeiramente a economia popular solidária.

Existe outra iniciativa que também é utilizado no meio social, a Economia Solidária que possui uma visão antagônica do sistema capitalista e contrapõe a sua lógica. O seu norte principal é a promoção da cooperação ao invés da competição, um postulado eternizado com os owenistas, contrário ao contrato egoísta e individualista do mercado capitalizado.

A Economia Solidária, portanto, constitui-se numa das formas dos sujeitos contestarem o sistema, seja por meio dos princípios que os trabalhadores inseridos nestes empreendimentos estão respaldados, seja pela compreensão dos mesmos em relação ao modo que ocorre a produção e comercialização existente em que predominam a individualidade, a competitividade e a consequente exclusão social (GOERCK, 2009, p. 05).

A Economia Solidária apresenta como principal ferramenta em seu ideário organizativo a construção social de uma consciência participativa de todos os seus integrantes a respeito de suas realidades e contextos no qual estão inseridos, através de uma compreensão efetiva sobre os equívocos e enganos advindos do capitalismo.

Nesta organização é proporcionado o surgimento de uma crítica construtiva da

sociedade e uma reflexão de realidades econômicas, políticas e sociais. Ocorre um fomento aos debates, discussões, fóruns, assembleias entre outras ferramentas que se fazem presentes nas inúmeras associações, cooperativas e demais iniciativas populares com um viés solidário.

Desta forma, após uma breve análise conceitual da Economia Popular e da Economia Solidária, é possível mensurar um novo tipo de empreendimento onde a solidariedade se alia aos aspectos populares da economia. Esse novo negócio é trabalhado por Goerck (2009), que pesquisou o assunto e definiu-o com a nomenclatura de Economia Popular Solidária (fig. 04), onde “encontramos aspectos de solidariedade em empreendimentos organizados pela Economia Popular, para a obtenção de geração de renda por meio do trabalho coletivo entre os sujeitos” (GOERCK, 2009).

O conceito de Economia Popular Solidária é um estudo em construção e inacabado, noção utilizada por Razeto (1999) e retomada por Goerck (2009). Entretanto, outros pesquisadores⁹ servem de referência para uma melhor apreensão desta temática.

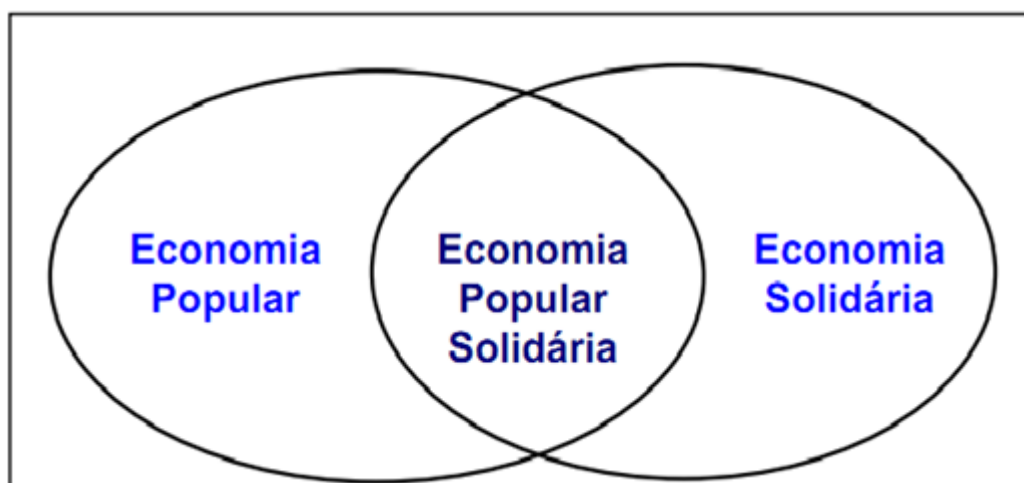


Figura 04: Economia Popular Solidária.
Fonte: GOERCK, 2009.

Para a autora a individualidade, a concorrência, a acumulação e centralização de capital, que em conjunto acaba por excluir alguns trabalhadores de acesso a alguns serviços básicos da sociedade é o principal enfoque de combate da Economia Popular Solidária. No Quadro 01 seguinte serão expostos alguns das principais características deste tipo de empreendimento, apontando os três conceitos de economia trabalhados anteriormente.

⁹ Atualmente existem diversos estudiosos que pesquisam a Economia Solidária como José Luis Coraggio na Argentina, Paul Singer, Walter Frantz, Nöelle Lechat, entre outros, bem como inúmeras outras lideranças a nível local, regional, nacional, continental e até mesmo internacional, nas feiras, reuniões, conferências, universidades, nas comunidades e outros eventos em que a Economia Solidária é usualmente enfocada para o seu debate crítico-constitutiva.

Quadro 01: Analogias entre as Economias Popular, Popular Solidária e Solidária.

Economia Popular	Economia Popular Solidária	Economia Solidária
<ul style="list-style-type: none"> - O trabalho é realizado pelo coletivo; - Constituída por sujeitos em situação de vulnerabilidade social; - Normalmente é formado por pequenos grupos de trabalho; - Tende a reproduzir a lógica capitalista nas relações de trabalho (produção e comercialização); - Não se caracterizam como um contraponto ao capitalismo, somente alternativa ao desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> - O trabalho é realizado pelo coletivo; - Constituída por sujeitos em situação de vulnerabilidade social; - Formado normalmente por pequenos grupos (trabalhadores); porém também pode ser constituídas por grupos maiores; - Desenvolve as atividades no processo de trabalho não reproduzindo a lógica do sistema; apesar de estarem inseridos no sistema e reproduzirem nas relações comerciais; - Caracterizam-se como formas de resistência às manifestações de desigualdade da questão social e tentam desenvolver o processo de trabalho diferente dos outros empreendimentos privados. 	<ul style="list-style-type: none"> - O trabalho é realizado pelo coletivo; - Não necessariamente constituída por sujeitos em vulnerabilidade social, apesar de agregá-los; - Constituída por grupos pequenos, médios e por grandes redes. (Movimento apoiado pelo Fórum de Economia Solidária no Brasil); - Procura desenvolver as atividades no processo de trabalho, de forma que não reproduza a lógica do sistema; apesar de estarem inseridos no sistema e reproduzirem nas relações comerciais; - São prospectados como um contraponto ao capitalismo.

Fonte: GOERCK, 2009.

Em seus trabalhos Goerck (2009) evidencia que o intento da economia popular solidária não visa afrontar ou se contrapor ao capitalismo, ou seja, a intenção real desta vertente ideológica é da valorização do ser humano e, portanto, não compartilha das mesmas intencionalidades contidas nos outros empreendimentos privados.

Partilhando desta mesma noção, Gaiger (1999) também pesquisou sobre o tema e aponta que as características da economia popular de solidariedade serão construídas conforme as realidades objetivas e subjetivas vigentes em cada localidade em que ela acontece através de um encaminhamento metodológico desta ciência, uma orientação que serve apenas de base para a distinção do empreendimento solidário, ou seja, a conjuntura conceitual da economia solidária não é fixa e pré-determinada, pois na sua prática ela ocorre de forma singular em cada localidade, frisando a valorização dos costumes e características dos seus integrantes.

Apesar de flexibilidade conceitual apresentada pela economia solidária, o autor procura trabalhar isoladamente alguns princípios destes empreendimentos econômicos

solidários para melhor delinear as pesquisas e estudos sobre o assunto. Gaiger (1999) cita que a definição das características ideais de um empreendimento perfeitamente solidário não irá resumir e expor uma noção que pode ser aplicado integralmente na prática em toda e qualquer iniciativa deste cunho. Essa conceituação serve para referenciar melhor um instrumento de análise de casos concretos dispostos na sociedade.

Gaiger (1999) delimitou seu conceito a partir da consideração dos diversos aspectos que os estudos e análises estão apontando como “novos e promissores” nas experiências de economia solidária, ao lado do que a prática vem ensinando aos agentes envolvidos nesse campo, a exemplo das incubadoras de cooperativas populares. Desta forma, com base no quadro 02, Gaiger (1999), leva em consideração algumas características apontadas como idéias para definição dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Quadro 02: Características dos Empreendimentos Econômicos Solidários

Empreendimentos Econômicos Solidários	
Características	Noção
Autogestão	Controle da gestão pelo conjunto dos associados e autonomia diante de agentes externos.
Democracia	Decisões tomadas pelo conjunto (cooperados), por meio de instâncias diretivas livremente formadas e eleitas, com transparência no exercício da direção e sua fiscalização por órgãos independentes.
Participação	Regularidade/frequência de reuniões, assembleias e consultas de alto grau de comparecimento, mobilização, mecanismos de renovação e alternância da direção.
Igualitarismo	Garantido por critérios de remuneração pelo trabalho, por uma divisão equitativa dos excedentes e benefícios, pela socialização do capital e pela inexistência de outros regimes de trabalho permanentes para atividades-fim.
Cooperação	Responsabilidade partilhada na produção, relações de confiança/reciprocidade, paridade social entre funções de direção/execução e nas tarefas manuais/intelectuais.
Auto sustentação	Atividade produtiva geradora de viabilidade econômico-financeira, sem comprometer o ambiente social/natural.
Desenvolvimento Humano	Processos de formação da consciência e de educação integral e iniciativas de qualificação técnica/ profissional.
Responsabilidade Social	Ética solidária socialmente comprometida com melhoras na comunidade e com relações de comércio, troca e intercambio; e práticas irradiadoras e multiplicadoras.

Fonte: Gaiger (1999) – Organizado por DE OLIVEIRA (2013).

Coraggio (1994) afirma que a economia solidária atua como um elemento integrante do tripé organizacional da economia contemporânea, surgindo como uma das pontas dessa realidade, sendo que os outros integrantes são representados basicamente pela economia empresarial mundial, que se volta essencialmente em maximizar seus lucros para acumular maior quantidade de capital e por último a economia pública, que tende a “combinar o modelo empresarial com um modelo político-burocrático de gestão” voltado para a reprodução do poder e manutenção do *status quo*.

Afinal, para o autor, este assunto não está plenamente delimitado e definido através de um resultado pronto para ocorrer de maneira homogênea na prática, pois o seu conceito carrega algo de projeção e de desejo, ou seja, em cada realidade idealizara-se uma situação perfeita para a aplicação da economia solidária em consonância com as características e realidades dos seus agentes envolvidos.

Arruda (2003) prefere chamar as experiências econômicas não capitalistas de “sócioeconomia solidária”, para ressaltar que a economia deve estar submetida ao social. Para ele, trata-se de um,

“[...] sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária, a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie, com o fim de emancipar sua capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho das atividades restritas à sobrevivência material, de modo a tornar viável e sustentável seu desenvolvimento propriamente humano, social e de espécie.” (ARRUDA, 2003, p.231-2).

Essa noção trata-se, na verdade, de um conceito em construção, nem sempre ou apenas parcialmente claro ou avocado pelos trabalhadores que, organizam-se em formas de trabalho que antecedem esta constante busca pela denominação e projeção conceitual da economia solidária.

Na Europa esta noção recebe a nomenclatura Economia Social e Solidária – ESS – e assim como em todos os outros lugares do mundo, contempla ainda uma multiplicidade de opiniões, onde a sua conceituação carece de aceitação e implementação generalizadas.

Essa situação possui estes desajustes conceituais em virtudes de suas fronteiras se encontram abertas e nebulosas, sendo constituída sobre uma realidade econômica heterogênea, marcada por uma série de dificuldades e contradições no que tange à sua definição, conceituação, delimitação de suas atividades e de suas organizações e, conseqüentemente, de sua mensuração.

Vale lembrar que este setor inclui unidades econômicas vinculadas a atividades de todos os setores e que podem estar presentes em todas as fases do processo produtivo. Além do que, em cada país ou região, é tratada com terminologias diferentes que se deixam confundir facilmente. Ou seja, a expressão ESS não está isenta de ambigüidades, uma vez que convive com expressões de diversos tipos, tais como: setor voluntariado, filantrópico, não monetário, não lucrativo, de interesse social, terceiro setor, ONG, economia solidária, economia social e outras que embora tentem descrever realidades similares, nem sempre delimitam o mesmo campo de atividades. (MORAES, 2007, p. 04).

Carpi (1997) entende que foi através da crise do “modelo fordista” de produzir e distribuir os bens e produtos do mercado que culminaram nesta nova organização e adequação da economia, mostrando os motivos do surgimento destas “novas” tendências e o interesse pela ESS, visto que, considerando as transformações socioeconômicas deste período e o contexto de desemprego, incertezas, insegurança, tensões sociais e políticas, aliados à incapacidade do Estado e do “mercado” para enfrentar tal situação deu-se a incidência da massiva mobilização da sociedade civil priorizando as soluções coletivas.

Apesar do sucesso e aumento das pesquisas, estudos e interesse sobre essa temática, este autor entende que a superação de fronteiras e de meios para defini-lo e quantificá-lo, está por vir. Pode-se afirmar, portanto, que até o momento, não existe consenso sobre a delimitação deste setor.

De acordo com Serva & Andion (2006), a ESS é uma ideia de economia alternativa que ocorre com mais força e frequência na Europa principalmente, sendo que no Brasil ela ainda não é tradicionalmente utilizada, apesar das organizações que atuam na interface entre a economia e a sociedade constituírem um fenômeno social expressivo e cada vez mais reconhecido.

Para estes autores, não existe no país ainda uma visão dominante e, muito menos, um consenso sobre o que é a ESS, quais organizações e entidades que as compõe e qual o seu papel social, ou seja, eles citam que cientificamente o que se vê é na realidade uma coabitação de distintas representações, correntes e concepções as quais se apóiam em ideologias diferenciadas e, em alguns casos, até contraditórias.

Na concepção destes estudiosos desta temática, “a pluralidade de um campo teórico em formação é em grande medida, o reflexo de um campo da práxis formado por múltiplos atores, interesses e estratégias, em constante disputa (p. 85). Desta feita, faz-se necessário e pertinente, consolidar um debate mais sólido e amplo sobre a importância da ESS no Brasil, iniciando com a caracterização das entidades que as integram e também a sua significância para a economia e sociedade brasileira.

Serva e Andion (2006) citam que a expressão “economia social” em si é pouco utilizada em inúmeros países latino-americanos e africanos, a exemplo do Brasil que desenvolveu de maneira mais consistente tanto na dimensão da práxis como na produção científica o conceito de “economia solidária”.

Este se refere, no contexto brasileiro, ao conjunto de atividades econômicas que se caracterizam como uma “nova forma social de produção” não capitalista (Gaiger, 2004 p. 22) e que são organizadas e realizadas sob uma forma coletiva e autogestionária (Anteag, 2009), “sem, no entanto, confundir-se com as cooperativas que empregam assalariados” (Singer, 2002, p. 86). Essa definição brasileira de economia solidária exclui do campo “outras iniciativas onde formas híbridas de regulação socioeconômica, relações de trabalho, composição de capital e organização do processo produtivo se verificam” (Serva e Andion, 2006, p. 65).

Em relação e ideologia vigente no Brasil que é a economia solidária, têm-se como um dos principais pensadores desta vertente o economista Paul Singer, que a entende ideologicamente como “[...] um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária alia o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)” (Singer, 2003, p.13).

Para Singer a economia solidária atua como um:

Modo de organizar atividades econômicas de produção, consumo e poupança/crédito que almeja completar as igualdades de direitos entre os que se engajam nestas atividades. Empreendimentos solidários são autogestionários, o que significa que neles todas as decisões são tomadas pelos membros ou por pessoas eleitas que os representam. A economia solidária é essencialmente associativa, ou seja, todos são sócios, sendo incompatível com relações assimétricas, como as que se desenvolvem entre patrões e empregados. (SINGER, 2003, p.26)

De maneira geral, os empreendimentos solidários para Singer possuem as seguintes características singulares: a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, sendo que as cooperativas de produção apresentam-se como os empreendimentos solidários mais comuns no setor, cuja gestão é feita pelos próprios trabalhadores e que suas operações ocorrem de forma essencialmente associativa, ou seja, todos são sócios, sendo incompatível com relações assimétricas, como as que se desenvolvem entre patrões e empregados.

Esta última noção remete as cooperativas populares que estão como o próprio nome sugere, no campo da economia solidária, visto que se equivale de forma conceitual com esta

vertente. Assim, Singer entende a economia solidária como um conceito mais geral, que engloba um conjunto de empreendimentos solidários, do qual as cooperativas populares são apenas uma parte. (SINGER, 2002 p. 123).

No próprio governo federal é proposto como meta de governo um enfoque na Economia Solidária, que através do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES¹⁰) através do decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, representado principalmente pelo economista Paul Singer, entre outros, que finalmente proporcionou importantes ferramentas para o setor: implementação de ações de formação, incubação, assistência técnica e assessoramento de trabalhadores em empreendimentos solidários.

Para o ex-ministro do MTE Carlos Lupi, o papel da SENAES é estratégico para o Brasil. "O desempenho da SENAES é importante pela necessidade de fortalecimento das cooperativas de trabalhadores e pelo incentivo à qualificação a as linhas de crédito para os pequenos empreendedores. Esta secretaria iniciou um novo ciclo nas relações das organizações populares voltadas aos pequenos produtores e ao associativismo, para que o trabalhador garanta seu próprio sustento".

A criação da secretaria foi uma conquista de cooperativas, agências de fomento, associações e redes, que durante o primeiro semestre de 2003 constituíram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

“[...] a sorte da economia solidária depende de um novo sistema de regulação, capaz de ordenar dinamicamente as regras do jogo econômico, de modo a expandir as práticas de autogestão e de viabilizar uma transposição de escala das iniciativas que proliferam em pequena dimensão. Uma questão política, portanto, de escolha entre modelos de desenvolvimento, de chamada e fortalecimento de novos atores sociais e de direcionamento dos recursos públicos. Seu avanço requer que a questão seja assimilada pelas instituições políticas e se reflita na conduta do Estado e nas opções de governo. De modo crescente, o fato vem se verificando no Brasil, especialmente no âmbito local, através de políticas municipais. Nos últimos embates eleitorais, ele esteve presente, senão explicitamente nas formulações programáticas das coalizões partidárias, ao menos nas preocupações das lideranças mais organicamente expressivas das demandas dos movimentos sociais. A recente criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária é a sua manifestação mais concreta.” (Gaiger, 2003, p. 06).

¹⁰ A SENAES foi criada como um reconhecimento por parte do Estado Brasileiro, de um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos de 1980. É tida como defesa contra a exclusão social e como mecanismo de inserção socioeconômica (Singer, 2004), além de uma alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza (Singer, 2004).

Para a SENAES (2012), a economia solidária:

É um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. (SENAES, 2012).

Enfim, de maneira geral no Brasil as formas de expressão da economia solidária ocorrem principalmente sob a forma de cooperativas populares, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Para Sandroni (2005), que vê no empreendimento cooperativo uma unidade típica da economia solidária a define como uma,

“[...] denominação dada a um conjunto de atividades que representam uma reação contra a tendência estrutural do capitalismo de desempregar, excluir, empobrecer, proporcionando aos marginalizados a gerência democrática de seus próprios empreendimentos quando eles se associam para produzir, comprar, vender ou consumir”. (SANDRONI, 2005, p. 276)

A SENAES (2012) aponta como uma das principais variantes neste processo de fomento e inclusão da economia solidária no país a cooperação entre as pessoas envolvidas neste processo, através da existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária.

Um processo envolvendo diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

Nesta perspectiva é notório que o governo de alguma forma tem realizado algumas ações no intuito de facilitar a inserção da economia solidária no país. Alguns autores defendem que os projetos de desenvolvimento popular e solidário são tarefas de toda a sociedade, mais necessariamente da sociedade organizada nesta perspectiva, onde o Estado surge como uma ferramenta complementar e emuladora, ou seja, cabe aos produtores e consumidores, aos agentes sociais, à cidadania organizada, promovê-la, pela construção, desde já, de novas relações, de relações populares e solidárias. A aposta está na criatividade

que emerge da participação popular.

Para o pesquisador argentino Coraggio (1998), a economia solidária visa em um primeiro momento satisfazer as necessidades primárias da população, não tendo o lucro como proposta inicial ou final da instituição. O autor deixa margem para entender que existem outras formas de desenvolver o público beneficiado pela economia solidária além do fator econômico, como o caso da inclusão social, educação, acesso a serviços e informação entre outros.

Entretanto, vale frisar que os trabalhos efetuados nos empreendimentos solidários não possuem um viés filantrópico de ajuda mútua e benefícios aos seus integrantes. Estes empreendimentos solidários trabalham no formato de um negócio organizativo visando também o desenvolvimento financeiro “justo” dos seus integrantes, levando em consideração o respeito e a valorização de todos os envolvidos no empreendimento, de maneira tal que se construa uma consciência sobre o valor do trabalho em conjunto e a destinação e aplicação correta dos seus resultados.

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

2.5 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária sempre esteve presente no dia-a-dia das localidades brasileiras, ocorrendo quase sempre no formato de pequenas cooperativas e associações ao longo dos diversos períodos do país. O surgimento desta idéia de economia alternativas, representada principalmente pelo cooperativismo aparece de maneira geral na América Latina com a chegada dos imigrantes Europeus e também com iniciativas do próprio Estado.

No Brasil em particular, ele se torna mais forte principalmente na segunda metade da década de 1970, onde o governo federal passa a apoiar e estimular os empreendimentos cooperativistas, criando inclusive em 1971 a Lei Nacional do Cooperativismo, o que na realidade era uma maneira de atenuar um possível aumento na pressão exercida por parte dos

Sindicatos, sendo que estas políticas cooperativistas contribuíram para a precarização e banalização deste conceito, dando origem aos grandes complexos agroindústrias com atuação capitalista mascarado em forma de cooperativas.

Até o final da década de 1960 graças à ação dos sindicatos que defendendo o interesse dos operários com menos horas de trabalho, salários reais mais elevados, seguridade social mais abrangente estava tornando-se realidade inclusive em países semi-industrializados como o caso do Brasil, melhorando o padrão de vida da maioria dos assalariados. Entretanto, uma instabilidade nas conquistas sociais da classe trabalhadora irá se intensificar posteriormente.

Na década seguinte os sindicatos estavam já consolidados e fortalecidos, quando então o desemprego em massa foi adentrando estas regiões em que os assalariados haviam adquiridos algumas conquistas sociais. Esse processo é intensificado com a crescente transferência da produção industrial para outras regiões do globo onde a mão-de-obra era um elemento de fácil manejo, ou seja, onde praticamente não havia ainda tantas conquistas sociais por parte dos assalariados e desta maneira a mão-de-obra era bem mais barata (SINGER, 2001).

Conforme Pochmann (2010), após a década de 1970 foram registrados quatro importantes movimentos de inflexão desaceleradora no nível de produção na economia brasileira, com importantes impactos sobre o consumo, o investimento, o emprego e a renda, sendo que nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil conviveu com duas importantes e prolongadas recessões econômicas.

Essa realidade na economia nacional foi o principal impulsionador para o surgimento e propagação da economia solidária no Brasil afirma Paul Singer, provavelmente como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pediram concordata e entraram em processo falimentar em virtude da crise da dívida externa.

Para Pochmann (2010), o fechamento de empresas e a demissão de muitos trabalhadores continuaram durante os anos 80 e 90 (“as duas décadas perdidas”), com a crise do triênio 1990, 1991 e 1992 onde ocorreu uma enorme queda da produção nacional oriunda dos programas de governo voltados ao combate à inflação e da nova inserção externa da economia nacional (abertura comercial, produtiva e financeira).

Assim, a economia solidária ganha espaço no cenário nacional e aos poucos desenvolve uma tecnologia para aproveitar as oportunidades oferecidas pela legislação aos trabalhadores, de arrendar ou adquirir a massa falida ou o patrimônio dos antigos empregadores e assim preservar seus postos de trabalho, considerando que as crises

financeiras não deixavam de se fazer presente no país com a incidência de outros dois períodos de crise que ocorreram nos anos de 1998 e 1999 e de 2008 e 2009, com novos registros de importantes desacelerações econômicas, ambas relacionadas às crises de origem financeira internacional.

Como resultante deste processo houve uma ampliação nos conflitos internos nas empresas entre assalariados pela permanência em seus empregos, temerosos pela escassez cada vez maior de seu potencial de empregabilidade. Por outro lado, os sindicatos também deixaram de exercer sua força com este aumento do desemprego.

Todo este processo de precarização das condições trabalhistas foi aos poucos contribuindo para a retomada dos conceitos e estudos da economia popular solidária, que então estava apagada pela atuação dos sindicatos então preocupados exclusivamente na ampliação de direitos dos assalariados.

No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional. (SENAES, 2012).

Assim, em consequência da crise social das décadas de 1980 e 1990, período no qual o País se desindustrializou e experimentou o desemprego em massa, a economia solidária reviveu no Brasil, com a atuação da Caritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que após a década de 1980 passou a financiar milhares de pequenos projetos denominados PACs (Projetos Alternativos Comunitários), a que se destinavam a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres das metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do Brasil.

Outros acontecimentos passaram a ser inicializados no interior de empresas falidas ou em via de falir que foram tomadas e geridas pelos seus trabalhadores, que as ressuscitam como cooperativas autogestionárias. Esse movimento teve início em 1991 com a falência da empresa calçadista Makerli, de Franca (SP), que deu lugar à criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), à qual estão filiadas mais de uma centena de cooperativas.

A economia solidária também se fez presente em movimentos sociais, como exemplo do Movimento dos Sem-Terra (MST) também possui um papel no desenvolvimento da economia solidária no Brasil, com a difusão e criação de cooperativas autogestionárias em alguns de seus domínios, sendo criado na década de 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

Posteriormente, a economia solidária no Brasil é estimulada com o trabalho das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's). Multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, as ITCPS atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária, apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários, passando a atuar de maneira efetiva na segunda metade da década de 1990.

Também contribuiu para este setor a Fundação Unitrabalho, que faz um importante trabalho e reúne mais de 80 universidades prestando serviços ao movimento operário. Desde 1997, a Unitrabalho desenvolve programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária.

A atuação da economia solidária no Brasil reflete em um formato de ação que age de maneira isolada e flexível conforme as distintas realidades para sua aplicação, uma iniciativa que;

[...] condena no capitalismo, antes de tudo, a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo sua vontade mude. (SINGER, p.13-14, 2000)

A Economia Solidária sofreu enorme expansão nas últimas décadas, sendo que além dos empreendimentos e entidades de apoio, uma série de novos atores – como a própria Secretaria Nacional de Economia Solidária – passou a fazer parte deste mapa (Fig. 05), que demonstra a abrangência da Economia Solidária no Brasil, oferecendo uma pequena amostra de sua dimensão e potencialidade de expansão contínua nos próximos anos.



Figura 05. O campo da Economia Solidária no Brasil / Fonte: Atlas da Economia Solidária, MTE (2005).

Assim, com base na figura anterior, fica nítido a existência de uma rede articulada de empreendimentos, instâncias governamentais, entidades de apoio e fomento, fóruns e redes, ligas e uniões, que caracterizam a Economia Solidária no Brasil além da dimensão econômica, vindo a abarcar um movimento social próprio da Economia Solidária focado na valorização da pessoa.

A complexidade que envolve o debate sobre a economia solidária exige um esforço intelectual intenso, considerando que até o momento ainda não é possível afirmar categoricamente se essa é ou não “uma outra economia”, diferente daquela preconizada pela acumulação ampliada do capital, apesar da grande quantidade de estudos e pesquisas voltadas para essa nova apreensão da economia.

Afinal, na prática fica claro que existe na realidade apenas um novo modelo de produção ainda em gestação e que as constantes crises financeiras e sociais que se fazem presentes na economia servem como moldes estruturais para a consolidação e constituição de nova forma de organizar-se economicamente.

O desenvolvimento e relevância da economia solidária no Brasil atualmente é tão

importante que já existem até mapeamentos e números aproximados da quantidade e situação dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES no país, esse mapeamento é chamado de Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, organizado no Ministério do Trabalho e Emprego, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, e que tem apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Conforme pesquisa publicada no Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005), o país possuía nesta época no total, 14.954 empreendimentos cadastrados, destes, 6.549 no nordeste, 2.592 no sul, 1.884 no norte, 2.144 no sudeste e 1.785 no centro-oeste do país. Os dados também indicam que mais da metade dos empreendimentos (54,0%) está organizada na forma de associações, 33,0% são grupos informais, 11% cooperativas e 2,0% distribuídos entre empresas autogestionárias, redes/centrais e outras formas.

Este recente campo de estudo não visa estritamente à descrição locacional das atividades socioeconômicas de um determinado grupo. A Geografia Crítica exige mais que isso, ou seja, o desafio está em analisar, interpretar e explicar as relações de trabalho que vem se estabelecendo, em paralelo, no Brasil e outras partes do mundo, como uma forma a priori, que se antepõe ao modo de produção capitalista.

A realidade dos estudos da economia solidária no Brasil busca através da pesquisa e observação das atividades de instituições solidárias e econômicas a identificação das condições necessárias e ideais para a realização de um outro modo de produção para podermos conceber um espaço produzido através de relações sociais solidárias.

Desta forma, algumas iniciativas foram tomadas neste sentido pelo Estado. Com a virada do milênio algumas importantes conquistas ocorreram no setor, como a criação da SENAES, maior apoio dos governos municipal, estadual e federal, mais trabalhos e pesquisas sobre o tema na academia e também a auxílio de outros parceiros do setor privado e autárquico, contribuindo assim para a consolidação desta nova noção no país.

A Economia Solidária, nas palavras de Paul Singer,

“[...] condena no capitalismo, antes de tudo, a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo sua vontade mude” (SINGER, 2000, p.13-14).

A proposta da economia solidária busca valorizar a pessoa como um elemento integrante do meio social, independente da sua situação financeira, que na realidade é e sempre foi o maior divisor de águas entre os cidadãos, ou seja, a prática da economia solidária

possibilita a valorização do trabalho de cada um; o crescimento da autoestima; o aumento do diálogo entre as pessoas; maior conscientização de seus direitos e a eliminação gradativa do assistencialismo; o fim do autoritarismo e a prática da autogestão, sendo que este último é o principal caracterizador desta ideologia.

A liberdade de expressão do indivíduo que está emanada na Carta magna brasileira também se aplica aos aspectos econômicos, que fica mais bem subtendido com as práticas de economia solidária, um conceito que proporciona integral autonomia para os indivíduos expressarem suas atividades econômicas da maneira mais justa e equitativa.

Este raciocínio é partilhado por Singer que acredita num pleno desenvolvimento da economia solidária a partir do apoio e fomento do Estado para o setor sem pretender definir-lhe os rumos, ou seja, um processo em que a procura por soluções efetivas e viáveis à crise social serão mais bem trabalhadas e analisadas em cada localidade empreendimentos econômicos solidários que ali atuam.

Enfim, a autonomia, reconhecimento e atuação desta nova economia em ascensão no mundo todo exige uma efetiva participação de todos os seus envolvidos diretamente além da construção de uma estrutura social que realmente possibilite a atuação e inserção operacional da mesma, abarcando desde os aspectos legislativos, participação do setor privado e a contínua pesquisa acadêmica para o setor.

3. O COOPERATIVISMO COMO MODELO ECONÔMICO ALTERNATIVO

3.1 IDEIAS E PRÁTICAS PRÉ-COOPERATIVISTAS

Numa primeira fase, o cooperativismo acontecia de maneira informal e assistemática sem muitos preparos e experiência para o enfrentamento das crises socioeconômicas que a sociedade era exposta, ao longo das crises políticas e econômicas dos diversos ciclos econômicos que aconteciam nessas comunidades. Um modelo de cooperação mais sólido e bem estruturado só passou a tornar-se mais real em meados do século XVIII com as crises sociais advindas da Revolução Industrial.

Pesquisando em seu trabalho de dissertação Luz (1998), conseguiu realizar um apanhado geral sobre o processo de consolidação do cooperativismo no mundo. Assim, ele mostra de maneira bem clara um resumo de algumas iniciativas cooperativistas no passado da humanidade.

O cooperativismo como doutrina ou sistema ou organização social ou ainda como movimento socioeconômico tem origem remota na Babilônia, Grécia e Egito, com a cooperação nos campos de trigo, no artesanato e no sepultamento. Também na China (400 a. C.), os mercadores fugindo dos prejuízos causados pelos frequentes naufrágios no rio Yang - Tsé, organizaram-se distribuindo suas mercadorias em várias embarcações, de tal modo que a perda da carga de um barco, ao ser compartilhado por todos, evitava o prejuízo total de um mercador (HARTUNG, 1996 apud LUZ, 1998, p. 118).

No continente americano há exemplos de ajuda mútua nas civilizações Asteca e Inca, principalmente no setor agrário (FERNANDES, 1997). No Brasil a República dos Guaranis contribuiu como forte marco histórico ao movimento cooperativista: "Os bens são comuns, a ambição e a avareza são vícios desconhecidos... não havia moeda, nem intermediário... as profissões eram organizadas... e tudo em grande paz" (LUZ, 1998 apud CARNEIRO, 1978, p.20).

No destaque socioeconômico da cooperação está a "Confraria de Ampelákia", na Grécia, região próxima do Mar Egeu e fronteira ao "Olympus". Seus habitantes guardavam o segredo de tingir em vermelho os fios de algodão sem que eles descorassem. Para proteger seu trabalho, reúnem-se em 1780 com o objetivo de definir princípios. Em estatutos consignaram "o trabalho para todo mundo, todo mundo ao trabalho e justa remuneração do trabalho" (LUZ, 1998 apud CARNEIRO, 1981, p.311).

A gestão era democrática - pela Assembleia Geral - e o ganho resultado do trabalho realizado. (LUZ, 1998 apud CARNEIRO, 1981, p.309) "a estrutura comunitária de Ampelákia pertence à pré-história social do movimento cooperativo, discernindo valores organizados que antecipam qualquer outra organização econômico-social".

Sob o ângulo participativo cooperativista, as mulheres do Monte Ararat despontam como maior exemplo, ao se reunirem para a fabricação do queijo e da manteiga em ambiente fundamentalmente comunitário (CARNEIRO, 1978, p.20).

O cooperativismo capitalista como é conhecido pela comunidade em geral atualmente é originário com as chamadas pré-cooperativas que contribuíram para a construção e concepção da maioria dos então princípios cooperativistas eternizados posteriormente.

De acordo com Souza (1990), no século XVIII as idéias cooperativistas já fervilhavam na Inglaterra, incentivando cada vez mais o braço operário na busca de seus ideais. Desta forma, com a finalidade de oferecer bens de consumo a preços mais acessíveis às classes pobres, alguns filantropos estabeleceram armazéns que vendiam produtos a preço de custo aos necessitados, sendo essas iniciativas chamadas de pré-cooperativas por não conseguirem sua efetivação como instituição comercial no meio econômico.

Documentalmente registrada a mais antiga cooperativa data de 1760 explica Abrantes (2004), nos estaleiros de Woolwich e Chatan, na Inglaterra, onde seus operários moíam seus próprios cereais, reduzindo desta forma os custos cobrados pelos moleiros em referencia na região. A primeira cooperativa de consumo foi inaugurada em 1827, com iniciativa do médico inglês Willian King (1786 – 1865). Após algum tempo já havia mais de 300 iniciativas deste cunho por toda a Europa.

[...] antes da constituição da cooperativa matriz de Rochdale, muitas outras experiências cooperativas se haviam antecipado a ela. Assim, por exemplo, os primeiros a fundar uma associação cooperativa, já em 1763, visando à aquisição coletiva de uma indústria moageira e de uma padaria, foram os trabalhadores das docas estatais de Woolmich e Chatan. Em 1796, os trabalhadores de Hull, forçados pelo excepcional aumento no preço da farinha e do pão naquele ano, igualmente passaram a adquirir uma indústria moageira. Depois em 1812 e 1816, outros moinhos e padarias cooperativas se constituíram. As primeiras cooperativas para a venda de mercadorias surgiram em 1769, 1777, 1795, 1800, 1812 e 1821. [...] [...] Em 1777, fundou-se em Birmingham, a primeira cooperativa de produção, integrada por alfaiates. Todas elas, porém, funcionaram por pouco tempo e nem chegaram a constituir um movimento.

A partir de 1825, as cooperativas que se fundam e se multiplicam na Inglaterra, especialmente as de consumo, são iniciativas de Willian King, ou de discípulos de Robert Owen. Em 1826, King fundou a “Brighton Society”, uma cooperativa que iniciou de forma modesta e apenas contando com recursos próprios, ao contrario das experiências cooperativas owenistas, que aceitavam recursos de terceiros e especialmente doações de pessoas ricas para a constituição de cooperativas. Como importante impulso para a formação de novas cooperativas neste período, se passou a contar com a publicação de vários periódicos. [...] [...] No período de 1826 a 1835, surgiram pelo menos 250 cooperativas de consumo, das quais 50 só em Londres, chegando, em 1835, a um total de 300 cooperativas. Esta rápida multiplicação foi acompanhada por um movimento de articulação nacional, através da realização de oito congressos entre 1827 e 1835 (SCHNEIDER, 1991, p. 176).

Nesta fase, muitas situações foram propostas com a finalidade de melhorar a situação dos operários. Souza (1990) aponta que neste momento em que a revolução industrial vitimava cada vez mais seus servos (operários), aparecem alguns doutrinadores que sugeriram determinados programas sociais. Já no século XVII, Quaker John Bellers havia sugerido a criação de casas comunais e indústrias associadas.

Contemporâneo a Bellers, surge o Industrial e reformador inglês Robert Owen¹¹(14/5/1771-17/11/1858) que, diretamente influenciado por Bellers promoveu na prática, experiências de cooperativas de produção que foram fundamentais para posteriormente melhorar as condições de vida e de trabalho dos operários na primeira metade do século XIX.

Rico Industrial nascido em Newtown, Montgomeryshire, País de Gales, se transformou em um dos mais importantes socialistas utópicos mediante a criação de varias comunidades industriais. Trabalhando desde cedo como auxiliar de alfaiate aos dez anos de idade, um excêntrico autodidata. Sua contribuição surgiu da própria experiência em uma fabrica de fios, onde observou que quase a totalidade dos trabalhadores vivia em péssimas condições de higiene e moradia.

Owen é mundialmente conhecido como um dos personagens de maior referência no que tange à evolução das idéias e recursos cooperativistas, colaborando com a constituição das primeiras cooperativas e dos seus princípios, mormente, no que diz respeito à cooperativa de Rochdale. Ele é tão importante para a ideologia cooperativista que tem um reconhecimento de ser “o pai da moderna concepção de cooperação e da cooperação na Inglaterra” (PRADO, 2004).

Tal importância é novamente citada por MLADENATZ (2003, p. 35), em que este utopista “é considerado o pai da cooperativa inglesa, bem como do cooperativismo moderno”. Embora, tenha sido amplamente contestado, contribuiu de maneira importante para a formação da idéia cooperativista. Também “foi o primeiro a emitir a idéia de uma organização internacional do movimento cooperativo”. [...] Fundou em Londres, em 1835, a Associação de Todas as Classes e de Todas as Nações (Association of Class of All Nation), cujo objetivo era contribuir para colocar em prática o seu sistema social.

¹¹ Robert Owen (1772-1858) nasceu no País de Gales, provinha de uma família de modestos artesãos. Após haver galgado os diferentes degraus em sua vida profissional a partir do aprendizado, tornaram-se, por volta dos 30 anos, co-proprietário e diretor de importantes indústrias escocesas de fiação em New Lanark. Começou, pois, a pôr em prática, na própria indústria, as suas concepções sociais e econômicas. Em 1817 e 1822, foi frequentemente a Londres para tentar convencer as autoridades inglesas, bem como as estrangeiras, da necessidade das reformas indispensáveis, segundo a sua opinião, no setor de produção. Foi à América do Norte onde fundou, sem êxito, a New Harmony, no Estado de Indiana. Retornou à Inglaterra e continuou até o fim de sua vida a lutar pelo triunfo dos seus ideais, fazendo-se conferencista, jornalista e escritor. (MLADENATZ, 1944, p. 103).

Dirigente de uma fábrica em New Lamark, Lanarkshire, Escócia, de propriedade de outro quaker, Owen preocupava-se com o bem estar dos trabalhadores. Dedicou-se intensamente à sua educação, reduziu jornada de trabalho e, dentro dessa linha de ação, organizou armazéns de apoio, que forneciam produtos aos operários a preços módicos. Quando Owen assumiu de vez a fábrica com mais dois sócios, ele implantou várias melhorias para os operários:

As primeiras atividades promovidas por Owen, no sentido de melhoria das condições de trabalho, foram, entre outras determinações da jornada de trabalho de 10 horas e o fim dos maus tratos dentro da fábrica, pois na época ainda existiam punições físicas. Paralelo a essa medida foi construída uma escola para atender à comunidade, onde o horário de aula era compatibilizado com o horário de funcionamento da fábrica, contribuindo com a diminuição do trabalho infantil. O modelo de escola criado era voltado para despertar nas crianças o sentimento de cooperação que deve existir entre os homens. Outras modificações importantes nas relações de trabalho postas em práticas na tecelagem e seu entorno foram à criação de um mercado local, com preços justos, e a criação de um fundo para que as pessoas que estivessem com problemas de saúde pudessem ser tratadas adequadamente. Porém, a New Lanark não era uma tecelagem socialista e os acionistas da empresa acabavam bloqueando várias ideias de Owen que não visavam exclusivamente à obtenção de lucro (BASIC, 2008, p.203).

Segundo Singer (2002), este período a Europa a economia Bretanha passava por uma profunda depressão em razão dos conflitos com Napoleão. Assim, Owen apresenta um plano ao governo britânico em 1817, onde os fundos de sustento aos pobres, em vez de serem meramente distribuídos, fossem investidos na compra de terras e na construção de Aldeias Cooperativas. Entretanto, na segunda década do século XIX, o governo britânico decidiu pela não implementação deste plano.

Conforme Souza (1990), Owen resolve mais tarde em 1824 implantar nos Estados Unidos a colônia de New Harmony, de caráter comunista. Essa comunidade era dividida em seis departamentos: agricultura; manufatura; literatura, ciência e educação; economia doméstica; economia geral; e comércio. Porém, essa iniciativa não alcançou o sucesso esperado e acabou se dividindo em outras menores que acabaram seguindo caminhos diferentes dos preceitos de Owen.

Entretanto, esse fracasso na busca de princípios de justiça e de fraternidade não desanimou Owen, que passou a dedicar recursos e tempo a projetos humanitários, dirigidos aos trabalhadores. Colaborou na organização de cooperativas, participou de congressos, semeou idéias e deixou grande número de discípulos — entre eles, alguns dos fundadores da cooperativa de Rochdale (1844), *alma mater* de todo o movimento cooperativo moderno. Owen foi o criador do termo cooperação, em seu sentido econômico (SOUZA, 1990, p. 215).

Em 1829 Owen retorna para o Reino Unido, organizando uma rede de cooperativas e um sistema de bolsas de trabalho. Assim, acabou promovendo uma vasta união sindical (1834). Posteriormente, em 1839, novamente Owen insistiu no seu intento e conseguiu investidores para fundar uma nova comunidade, Queenwood Farm, em Hampshire.

No entanto, após um pouco mais de cinco anos essa comunidade também deixou de existir, pois não conseguiu atingir a auto-sustentabilidade. Tornou-se espiritualista (1852) e morreu em sua cidade natal. Seu livro mais importante foi *The New Moral World* (1834-1845) e foi o primeiro a usar a palavra *socialismo*, para denominar sua doutrina.

De acordo com Pinho (1977), com base na vida que Owen levou e em seus manuscritos e obras ele deixou claro seu intento em organizar a sociedade de uma forma mais justa através da eliminação das diferenças econômicas com a implantação através da propriedade comunitária e do trabalho coletivo, onde a ordem econômica e social vigente deveria ser substituída por um novo modelo “baseado na cooperação e não na competição” capitalista, nascendo assim à noção do cooperativismo moderno.

Owen aprendeu com suas próprias tentativas e equívocos. Após doze anos transcorridos das experiências em colônias e/ou outros meios criados e tidos como modelo, ele conclui que não era o ideal para o modelo cooperativista, mas sim, esse deveria surgir da solidariedade e da espontaneidade entre as pessoas (PINHO, 1977).

O Owenismo desta forma deixou de ser o principal evangelho social das pessoas e dos movimentos empenhados em reagir contra o capitalismo e em construir uma sociedade mais digna para o trabalhador explorado. Foi substituído nos finais da década, por uma mobilização política, conduzida pelo “movimento cartista”, fundado em 1839, e com ampla expansão nos inícios da década de 40, mas que só durou até 1848 quando se desintegrou. O cartismo teve como principal líder o irlandês Feargus O’ Connor, jornalista, orador de massas e deputado desde 1847. Considerava Owen e a seus seguidores de utópicos, já que não conseguiram melhorar efetivamente a situação do trabalhador (SCHNEIDER, 1991, p. 98).

Robert Owen foi um dos principais fomentadores do socialismo utópico, mas não foi o único. Inspirados pelas idéias cooperativistas de Owen, alguns de seus discípulos criaram sociedades cooperativas por toda parte, a maioria delas provinham de sindicatos. No Boxe seguinte estão relacionados alguns outros pesquisadores que contribuíram para a consolidação e propagação do cooperativismo:

Peter Cornelius Plockboy: Preconiza, em 1659, a formação de famílias ou pequenos grupos econômicos, constituídos por quatro categorias de indivíduos: agricultores; artesãos; marinheiros e professores de artes e ciências. Cada um creditado pelo que levasse à associação: terra, dinheiro, meios de transporte. Era a cooperação integral.

John Bellers (1654-1725): Imaginou as 'colônias cooperativas de trabalho' para comportar de 300 a 3.000 associados, os quais suprimiriam as despesas, os lucros dos intermediários e das indústrias inúteis, os honorários de advogados, etc.

Willian King (1786-1865): Em 1827, fundou uma cooperativa em Brighton, uma união de pessoas influenciadas por seus ensinamentos. Em março de 1828, começou a publicação de uma revista mensal, *The Co-operator*, que continuou a aparecer até agosto de 1838. Nela desenvolveu o Dr. King uma teoria de cooperação que fez centenas de adeptos entre os trabalhadores da Grã-Bretanha e deu lugar à criação de uma multidão de cooperativas organizadas, em que cada associado levava uma pequena quantidade semanal e, com o arrecadado, se abria uma tenda. Os lucros obtidos da reunião constituíam um fundo comum, destinados a comprar terras ou casas, que possuiriam logo em comum todos os associados. A idéia que guiava estas empresas era a de que o operário devia melhorar sua situação por si mesmo, sem recorrer ao auxílio dos capitalistas generosos.

François Marie Charles Fourier (1772-1837): Contemporâneo de Robert Owen, escapou à guilhotina, filho de comerciantes ricos herdou apreciável fortuna, que perdeu em negócios com produtos coloniais. Empobrecido, empregou-se em uma casa comercial de Marselha, o que lhe possibilitou observar com amargura as atividades especulativas do comércio.

Saint-Simon (1760-1825): É identificado como o precursor do Sansimonismo ou Socialismo Industrialista. Pensava ser a produção de coisas úteis à vida (noção construtiva) a finalidade da existência do mundo. Saint-Simon pregava à reforma do setor da produção através da própria produção, ou seja, a produção deveria alcançar o máximo de expansão, assegurando assim, com prosperidade, a melhor organização social.

Pierre Joseph Proudhon: Escritor, contabilista e produtor de uma obra valiosa acerca das questões socioeconômicas, preocupava-se especialmente com o problema do crédito. Ao considerar que o juro sobre os empréstimos era um dos principais vícios da economia, preconizou o crédito gratuito. Na busca do equilíbrio das forças econômicas e da mudança da ordem social, Pierre Joseph Proudhon defendia a mutualidade (princípio da ajuda mútua) em suas propostas de organização econômica da sociedade. Nesse sentido, foi o primeiro autor a utilizar a expressão crédito mútuo. Colocou em relevância o princípio da equidade ao arguir que os direitos individuais deveriam ser preservados em equilíbrio com as relações sociais. Assim sendo, os precursores da ideologia cooperativista moderna, tanto nas idéias quanto nas obras, tiveram como inspiração a transformação socioeconômica provocada pelo deslocamento da cultura agrária às inovações da cultura tecnicista.

Jean Charles L. Sismonde de Sismondi: Procurou desenvolver idéias no sentido de resolver as relações de trabalho com a liberdade da produção e da acumulação, mais também em defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores. Ou, para a produção (os donos do capital) que deveriam cuidar da saúde dos operários sem interferir nos salários, bem como, do desemprego tecnológico.

Phelippe Josephnh Benjamins Buchez (1796-1865): Nasceu em 1796 na Bélgica e formou-se em Medicina. Tomou parte nas barricadas em 1830 e 1848, chegando a presidente da Assembléia Nacional. Preconiza para as associações de produção um capital social perpétuo, indivisível, impessoal e inalienável, formado da quinta parte dos proventos obtidos, capital que asseguraria a estabilidade da associação e seria continuamente acrescido pela entrada de novos associados. Alegou que se o capital social não fosse inalienável, a associação poderia transformar-se em entidade capitalista.

Louis Blanc (1812-1882): Exigia ampla intervenção do Estado para que a associação operária pudesse modificar o meio socioeconômico. Condenou a livre-concorrência, a qual considerava a principal responsável pelos males e injustiças sociais, nociva para os operários e também para a burguesia. Daí a necessidade de criação de associações em que cada um fosse co-proprietário dos instrumentos de produção: o atelier social ou a oficina social, composta de trabalhadores do mesmo ramo de produção.

Charles Gide (1847-1932): Diante da incontestável existência das leis naturais da Economia Política, curvou-se a elas; mas também as reduziu, por uma crítica conveniente, às verdadeiras proporções. Não perpetuou o erro de negá-las. Aceitou-as como aceitava as leis da física, sempre sujeitas à correção e a reação pelas conveniências na vida humana. Foi assim que submeteu ao imperativo da intervenção moderada e ao determinismo da economia dirigida pelas associações; foi assim que descobriu as virtudes do solidarismo, pelo quais os homens associados em cooperativas poderiam realizar aquilo que o indivíduo não consegue e para o que o Estado é inapto. Nem individualismo nem socialismo; mas solidarismo, para que o homem não desapareça senão no grupo em que está multiplicando suas forças; e, acima dos grupos, o Estadismo suficiente para coordená-los e avançar os passos que os homens em associados podem dar. (Pinho (1977, p. 73).

Nesta fase foram realizadas numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas principalmente pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo. A criação de cooperativas na linha owenista estava estritamente relacionada com

a luta de classes. O owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora.

3.2 A COOPERATIVA PRECURSORA

Em sua fase de desenvolvimento e amadurecimento o cooperativismo chega a um momento que deixa de ser informal e passa a atuar de maneira organizada e com foco nas melhoras sociais para seu próprio grupo. Conforme já citado anteriormente, o continente europeu deixa o feudalismo e entra no capitalismo mudando drasticamente seu contexto social, religioso, político e econômico. Assim, a burguesia industrial exigia cada vez mais da classe operária.

A realidade da época era que os mestres artesões haviam perdido sua importância com a intromissão das máquinas na revolução industrial e desta forma os produtos passaram a ser produzidos em maior escala, barateando seus custos e contratando pessoas desprovidas de qualquer habilidade artesanal, haja, vista que a máquina cada vez mais passa a exercer a função do antigo artesão. Assim, em pouco tempo, os trabalhadores das manufaturas se viram privados do seu principal meio de subsistência.

Entretanto, com a chegada do século XVI surgem os socialistas utópicos, contribuindo para que os trabalhadores ingleses em sua maioria viessem a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores, haja vista, as precárias situações que eram cada vez mais submetidos, baseada numa violenta exploração do trabalho e alta remuneração do capital acabam por definir um campo fértil para os sentimentos e experiências socialistas, como a de Rochdale, baseada nas idéias de Robert Owen.

Enfim, o empreendimento “cooperativo” surgiu, nesse contexto, com o intuito de promover uma mudança estrutural, proporcionando melhores condições de trabalho aos proletários e bloqueando a ação dos intermediadores. Neste cenário “O cooperativismo europeu aparece, pois, como uma reação proletária ao liberalismo do capitalismo competitivo, como uma estratégia de sobrevivência, constituindo também um projeto político”. (RIOS, 1987, p 21).

As iniciativas já mencionadas do cooperativismo de consumo na Inglaterra de crédito na Alemanha são consideradas como um período de tentativas do cooperativismo, chamadas por diversos estudiosos de “pré-cooperativas”, pois antecederam a experiência da cooperativa

rochdaleana. Para Schneider (1991), este período era caracterizado por ser uma época de grave crise econômica e social do capitalismo, sendo que por volta dos anos 1840 foi identificado como “a faminta década dos anos 40 do século XIX”, que se estendeu de 1836 a 1850. Nos distritos de algodão e de lã de Yorksire e de Lancashire, uma região que se localiza a cidade de Rochdale, na época com 25.000 habitantes, a crise do capital também foi severa deixando para a cidade a fome, o desemprego, à exploração do trabalho e da habitação entre outras mazelas sociais. (SCHNEIDER, 1991).

Os futuros integrantes da “Cooperativa de Rochdale” não se formaram de maneira espontânea, pois eram integrantes oprimidos da realidade que circundava a economia naquela época. Cada um originário de uma corrente ideológica diferenciada (owenistas, cartistas, cooperativas de consumo de King, entre outras), mas com finalidades iguais, ou seja, almejavam a melhora da sua situação social e econômica na época.

Já bem anteriormente, em 1830, se fundara a “Rochdale Friendly Co-operative Society”, com 60 tecelões como sócios e que participaram nos congressos cooperativos de 1832. Três dos futuros pioneiros, entre eles, Chales Howarth, dela participaram. Em 1838, vários futuros pioneiros aderiram à “Comunidade universal dos religiosos racionais”, de inspiração owenistas, e obtiveram uma sala para reuniões (SCHNEIDER, 1991, p. 77).

A cidade de Rochdale era tida como um importante centro de indústrias de fiação e tecelagem, tradição esta que provinha já desde o século XIV, atraindo muitos migrantes do interior da Inglaterra de países vizinhos como a Irlanda. Com o cansaço das consequências advindas do capitalismo alguns partiram para a nova Inglaterra (EUA), outros acreditavam no movimento cartista, outros esperavam que o recente movimento cooperativista se propagasse melhorando a situação dos operários e a revolta de outros expressos em greves trabalhistas. (SCHNEIDER, 1991).

Numa destas greves em 1843 ocorreu o fracasso por parte dos funcionários, e desde então os companheiros de Rochdale reuniram-se constantemente com o intento de constituírem um empreendimento cooperativista. Assim, seus integrantes por ser a maioria pessoas que já haviam participado de outros movimentos semelhantes, passaram a discutir de maneira mais disciplinada a realidade em que estavam submetidos, pois já haviam presenciados os erros e acertos de outras tentativas anteriores.

A influência do ideal owenista e socialista, segundo Holyoake, estiveram especialmente nestas reuniões, pois estavam convencidos de que era preciso modificar o conjunto das circunstâncias e o ambiente social, para criar um espaço de maior dignidade para o trabalhador. Mas o ponto de partida teria que dar-se através de um novo modelo de cooperativa de consumo. Quando este modelo, baseado unicamente na auto ajuda, aos poucos se foi delineando,

decidiram iniciar a arrecadação de contribuições entre os companheiros, para a formação de um fundo comum. A contribuição foi de dois peniques semanais, que pouco depois foi aumentado para três peniques. Por fim, quando o fundo chegava a 28 libras esterlinas, decidiram abrir o armazém cooperativo de consumo (SCHNEIDER, 1991 p. 97).

Apesar de existir todo um romantismo em volta da ação destes pioneiros em Rochdale, a realidade dos mesmos não era fácil. Esse movimento reformador evidenciava claramente sua postura altamente democrática, humanística, contrariando e combatendo a forma individualista e desumana com que o capitalismo da época agia, sendo que esta maneira de se organizarem visava à criação de condições alternativas para a sua sobrevivência como indivíduos através de uma ação grupal.

Conforme Schneider (1991), em 15 de agosto de 1844, em um dos distritos de Lancaster em Rochdale Inglaterra foi oficialmente registrada como “Friendly Society” o armazém cooperativo dos Probos Pioneiros de Rochdale, após alugarem uma sala num prédio da Rua Toad - Lane (Beco do Sapo). Com o restante do dinheiro (28 libras) os pioneiros adquiriram pequenas quantidades de produtos (farinha, azeite, açúcar, entre outras mercadorias) e, em 21 de dezembro na presença de vizinhos de dos 28 cooperados, foi inaugurado o armazém cooperativo (figura 06) chamado e conhecido por “Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale” (Rochdale Society of Equitable Pioneers).



Figura 06: Fotografia da Sede da Cooperativa Pioneira de Rochdale.
Fonte: Tenório Filho (1999).

Desta forma, democraticamente organizados os pioneiros aplicavam a sistemática de reuniões semanais, visando à discussão e operacionalização da cooperação, reforçam a prática de uma iniciativa autogerida e democrática. De acordo com Singer (2002) os Pioneiros de Rochdale eram a maioria owenista e, a partir dos ideais deste pensador e de outras iniciativas propuseram e implantaram os princípios cooperativistas, sendo eles:

- Um voto por membro, não importando quanto investiu, e essencial que haja democracia nas decisões;
- Era aberto o número de membros da cooperativa, na qual aderiria este princípio, conhecido como o da porta aberta, quem desejasse;
- Se a cooperativa fizesse algum empréstimo a taxa de juro seria fixa;
- Adotam o princípio da divisão das sobras, que será dividida proporcionalmente às compras de cada um na cooperativa.
- As vendas só á vista;
- Só vendiam produto puro, não adulterado;
- Empenhar-se-iam na educação cooperativista;
- Perante as questões religiosas e políticas a cooperativa deveria estar neutra.

Para Pinho (1982), o objetivo central desses precursores era melhorar a qualidade de vida do grupo. Para tanto, trouxeram algumas práticas e experiências anteriores para a nova instituição como:

- Formação de capital para emancipação dos trabalhadores, mediante economias realizadas com a compra em comum de gêneros alimentícios;
- Construção de casas para fornecer habitação a preço de custo;
- Criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir direta e economicamente tudo o que fosse indispensável às necessidades dos trabalhadores, e assegurar trabalho aos operários desempregados ou que percebiam baixos salários;
- Educação e luta contra o alcoolismo;
- Comercialização (compra e venda) somente a dinheiro, para que os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias, e evitando o crédito, que considerava um "mal social";

- Cooperação integral.

Assim, após vários debates e reuniões sobre as peculiaridades da cooperativa, os pioneiros efetivamente dão início as suas atividades:

Numa triste tarde de inverno, a mais longa do ano, a 21 de dezembro de 1844, os probos pioneiros inauguraram as suas operações, oferecendo, inicialmente, quantidades pequenas de manteiga, açúcar, farinha de trigo e de aveia (mais tarde o fumo e o chá foram oferecidos).

Corria a notícia entre os comerciantes de que alguém ia fazer-lhes concorrência.

Olhares se dirigiam para “Toad Lane” (Travessa do Sapo – endereço da nova loja), à procura do inimigo, mas, como em alguns combates de que se tem ciência, apenas pela sua fama histórica, os inimigos não apareciam. Alguns cooperados se reuniram clandestinamente para assistir à inauguração dos negócios e se encontravam no recinto triste e incômodo do armazém, como conspiradores, perguntando-se a si mesmos, quem teria a coragem de abrir as portas e iniciar a distribuição das mercadorias. Um, preferia não ser encarregado. Outro, não desejava ser visto no armazém, para não sofrer represálias dos comerciantes. Enfim a situação era dramática. Por fim, um deles, mais audaz do que o outro, sem se preocupar com a opinião pública, abriu a porta do armazém e em poucos segundos colocou em reboliço “Toad Lane” inteira.

Enfrentaram dificuldades das mais diversas, porém, sem nunca esmorecer. A população caçoando, comerciantes impondo resistências, mas os embrionários comerciantes compreenderam rapidamente que teriam que lutar contra obstáculos mais sérios do que as caçoadas da população. O exíguo capital social os obrigava a fazer aquisições em pequenas escalas, com prejuízos de preço e da qualidade dos produtos. Alguns sócios estavam endividados com os seus antigos fornecedores e não podiam, pois, nem se atreviam a comprar no armazém social. Por outro lado, como acontece quando se iniciam novas instituições, vários sócios não tinham nem a prudência nem a virtude de compreender o seu interesse e não podiam aperceber-se de que para serem bons cooperados era fundamental que se submetessem a fazer algum sacrifício, pelo menos por algum tempo. Esse é o preço do pioneirismo (OCEPAR, 2005).

Em 1845 já havia subido dos 28 cooperados (Quadro 01) iniciantes para 74, um ano após, organizaram debates todos os sábados à tarde. Até o início da década de 1850, os cooperados em conjunto conseguiram adquirir uma biblioteca e uma alfaiataria, quando foi construído o Rochdale Co-operative Corn Mill (Moinho¹² de Trigo Cooperativo de Rochdale), um considerável poderio financeiro para um grupo de antigos operários desempregados.

¹² Quando o moinho cooperativo de Rochdale começou a fornecer o seu trigo, os sócios reclamaram do gosto. Foi preciso convencê-los de que estavam acostumados ao trigo adulterado, para que aceitassem o produto puro. (SINGER, 2002).

Quadro 03: Relação dos Probos Pioneiros de Rochdale

Os Probos e Pioneiros de Rochdale					
Pioneiros	*	**	***	Ocupação	Ideologia
ASHWORT, Miles	52	1868	76	Tecelão de flanela de lã	Radical
ASHWORTH, Samuel	19	1871	46	Tecelão de flanela de lã	Radical
BENT, John	27	1894	77	Alfaiate	Socialista
BROOKS, David	37	1882	75	Estampador	Radical
COLLIER, John	36	1883	75	Mecânico	Socialista
COOPER, William	22	1868	46	Tecelão de flanela de lã	Socialista
DALY, James	-	1849	-	Marceneiro	Socialista
GARSIDE, John	45	1862	63	Marceneiro	Socialista
HEALEY, George	37	1889	82	Manufaturador de seda	Socialista
HILL, John	30	1899	85	“haïter”	Unitariano
HOLT, John	-	-	-	“slubber”	radical
HOWART, Charles	30	1868	54	prensador	socialista
JORDAN, Benjamin	19	1904	79	marceneiro	radical
KERSHAW, John	26	1893	75	Armazenador	radical
MADEN, James	41	1873	70	Tecelão de flanela de lã	Radical
MANOCK, James	-	-	-	-	socialista
MALLALIEU, William	48	1863	67	Manufaturador de algodão	Socialista
PAMFORD, James	19	1879	54	“shiemaker”	Congregacionalista
RUDMAN, Benjamin	31	1876	63	Tecelão de flanela de lã	Radical
SCOWCROFT, John	59	1870	85	“haker”	Unitariano
SMITH, Joseph	-	1868	-	Classificador de lã	Socialista
SMITHIES, James	25	1869	50	Classificador de lã	Socialista
STANDRING, James	40	1872	68	Tecelão de flanela de lã	Unitariano
TAYLOR, Robert	-	1895	-	Tecelão de flanela de lã	Socialista
TAKLOR, William	30	1854	40	Inspetor de Tear	Socialista
TWEEDALE, James	25	1886	67	“Clogger”	Socialista
TWEEDALE, Samuel	36	1881	73	Chefe (Equipe de tecelões)	Socialista
VILKINSON, James	57	1858	71	“shiemaler”	Unitariano

* Idade dos Pioneiros na data da inclusão na Cooperativa de Rochdale. (1844).
 **Ano de falecimento dos Probos Pioneiros.
 ***Idade de falecimento dos Probos Pioneiros.

Fonte: SESCOOP-OCESC.

Uma década após a criação do primeiro “armazém de provisões”, a Sociedade de Rochdale ultrapassava os limites locais e se expandia por toda a Grã-Bretanha, abrindo filiais de consumo e criando outras cooperativas, como as que atuavam na fabricação de produtos e habitação. “Em 1849, a cooperativa contava com 390 associados, em 1859, havia 2.703 associados; em 1869 eram 5.809 e em 1879, o total de associados era de 10.427, com um capital de 28.035 libras”. (FONSECA; VEIGA, 2002, p.20).

Apesar de não ser um empreendimento completamente inovador, a Sociedade dos Pioneiros (figura 07) Equitativos de Rochdale agiu de maneira revolucionária para os modelos

econômicos da época, pois ela não possuía funcionários e os próprios cooperados se revezavam nas atividades da cooperativa, ou seja, a concepção e a execução das atividades de trabalho na cooperativa não apresentavam distinções, podendo ser considerada efetivamente como uma iniciativa plena de aplicação da autogestão.



Figura 07: Fotografia dos Pioneiros de Rochdale
Fonte: THENÓRIO (1999, p. 45).

Enfim, a iniciativas destes precursores do cooperativismo moderno no mundo, ficou muito aquém da mera criação de um instrumento para solução de problemas circunstanciais que estavam vivenciando. Eles almejaram e conquistaram um empreendimento democrático e autossuficiente, onde o que prevaleceu foi à ajuda mutua a igualdade social e a fraternidade, através da exposição de seus princípios em um estatuto geral para a cooperativa. Assim, estava criado um modelo singular de organização social e econômica visando o bem comum do grupo envolvido na cooperativa.

3.3 O DESENVOLVIMENTO E A PROPAGAÇÃO DO COOPERATIVISMO

Conforme já mencionado anteriormente, a iniciativa de Rochdale foi assimilada de maneira surpreendente para a realidade que a Europa vivenciava nesta época, onde esta nova organização econômica no formato de “cooperativa” evolui consideravelmente, tornando-se cada vez mais complexo.

Inicialmente com os Probos Pioneiros e após com outras cooperativas que iam

surgindo, foram adquiridas diversas filiais, haja vista, o alargamento cada vez mais significativo das faixas de mercado.

Para Singer (2002), este crescimento exagerado do cooperativismo varejista deu forças para que as cooperativas também pudessem atuar no mercado atacadista, surgindo desta forma, as cooperativas de segundo grau¹³ atacadistas que passou a dominar cada vez mais os distintos mercados em que faziam suas operações mercadológicas.

Tais inovações permitiram que a grande crise dos anos 1873-1895 pudesse ser superada, pois com a modernização, os investimentos pesados na agricultura e nos recursos naturais, a solução de certa forma estava com as cooperativas agrícolas e de poupança que garantiu a sobrevivência dos pequenos produtores.

Esta nova sistemática de se organizar e agir na economia (cooperativas) chegou aos Estados Unidos, Suíça, Itália e França entre 1845 e 1850, onde passaram a agir de maneira semelhante com Rochdale e a partir do crescimento das cooperativas locais, passando também do “varejo para o atacado”, propuseram a institucionalização de uma união cooperativa nacional.

Em 1904 essa evolução do cooperativismo local até o surgimento do movimento Nacional já estava consumado em diversos países pioneiros do setor. Na França em 1907 já haviam 2166 cooperativas com mais de 600 mil cooperados, na Bélgica a federação nacional possuía 168 cooperativas afiliadas em 1905, na Itália em 1904 eram 1448 cooperativas registradas. Na Alemanha, uma União Central tinha 787 cooperativas afiliadas, além de 260 ligadas ao cooperativismo de crédito. (SINGER, 2002).

De acordo com Gomes (2005), o cooperativismo é historicamente uma manifestação social remota de participação social através da ação coletiva necessária à viabilização de atividades econômicas. Nos primórdios, tinha uma atuação de mero facilitador de transações para tornar-se aos poucos uma opção aplicável à economia mercantil, padecendo de suas mesmas injunções concorrenciais e de mercado desta última, mas sob a forma de agente da economia social.

Na Figura 8 está esquematizado um esboço da ascensão e o declínio do movimento cooperativista ao longo de seus 168 anos de existência.

¹³ Classificação das Cooperativas por grau: Cooperativas de Primeiro Grau: têm seu quadro social composto por pessoas físicas; Cooperativas de Segundo Grau: são as centrais de cooperativas e as federações de cooperativas. Seu quadro social é formado por cooperativas singulares; Cooperativas de Terceiro Grau: são as cooperativas cujo quadro social é formado por centrais de cooperativas e federações. (OCEPAR, 2012).

Figura 8: Aplicabilidade do Cooperativismo em Nível Mundial.



Fonte: Caldeira (2007). Org.: DE OLIVEIRA (2013).

No entanto, essa evolução da condição de simples intermediário de transações para a condição de alternativa à economia mercantil, suportando o enfrentamento de um mercado extremamente competitivo citada por Caldeira (2007), foi marcada por infinitos debates e teorias acerca da aplicabilidade e funcionalidade do movimento, caracterizando-se por uma “instabilidade conceitual e prática” ao longo destes anos. Assim, a não linearidade da aplicação e incidência do cooperativismo mundial apontado por Caldeira (2007), fica claro em razão dessas oscilações e rugosidades teóricas e práticas disposta na trilha das cooperativas.

Para Schneider (1999) e Cançado & Gontijo (2009), as primeiras mudanças que o movimento cooperativista sofreu, ocorreram de maneira quase que arbitrária em 1895 por ocasião da constituição da *International Co-operativ Alliance* – ICA, visto que até então o cooperativismo não possuía ainda uma identidade definitiva. Desta forma, a partir da criação e atuação da ACI o movimento realmente foi internacionalizado, congregando organizações cooperativas de diversos países.

Com a criação de um movimento em âmbito mundial a base então existente para identificar a ideologia cooperativista foi construída a partir das regras da Cooperativa de Rochdale, numa espécie de readequação conceitual e apreensão desta noção para as novas realidades que o mercado exigia para o setor.

Singer (2002) menciona que assim como ocorre com os variados ciclos e sistemas econômicos, o cooperativismo também teve suas mudanças funcionais, visto que ao longo de sua história foram acrescentadas, excluídas, ampliadas e mudadas suas normas e ponderações

primordiais (genuínas) dos seus primeiros estatutos. Com isso foi perdendo seu caráter social, haja vista, esse notável afastamento dos ideais iniciais com a ânsia em uma melhor eficiência econômica e adaptação à realidade econômica vigente.

As principais mudanças em nível mundial dos princípios cooperativos podem ser visualizadas na Tabela 03, em que esta explicitada de maneira breve as principais alterações ocorridas ao longo dos anos nos princípios cooperativistas, sendo que sempre foi uma iniciativa da Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Quadro 4: Evolução dos Princípios Cooperativistas (ACI)

Evolução dos Princípios Cooperativistas			
Estatuto de 1844 (Rochdale)	Congressos da International Co-operative Alliance		
	1937 (Paris) *	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
1. Adesão Livre 2. Gestão Democrática 3. Retorno <i>Pro Rata</i> das Operações 4. Juro Limitado ao Capital investido 5. Vendas a Dinheiro 6. Educação dos Membros 7. Cooperativização Global	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros 1. Adesão aberta 2. Controle ou Gestão Democrática 3. Retorno Pro-rata das Operações 4. Juros Limitados ao Capital b) Métodos Essenciais de Ação e Organização 5. Compras e Vendas à Vista 6. Promoção da Educação 7. Neutralidade Política e Religiosa.	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social) 2. Gestão Democrática 3. Distribuição das Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados pro-ratadas operações 4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social 5. Constituição de um fundo para a educação dos associados. 6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional.	1. Adesão Voluntária e Livre 2. Gestão Democrática 3. Participação Econômica dos Sócios 4. Autonomia e Independência 5. Educação, Formação e Informação 6. Intercooperação 7. Preocupação com a Comunidade
* Os Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros eram obrigatórios para a adesão à ACI, enquanto os Métodos Essenciais de Ação e Organização tinham apenas caráter de orientação.			

Fonte: adaptado de Braga e outros (2002) e Cançado e Gontijo (2009).

A discussão sobre as alterações e propostas atinentes aos princípios cooperativos ocorridos em nos congressos da ACI são precedidos de consultas às cooperativas, especialistas e estudiosos sobre cooperativismo. Em todos os casos, foram realizados debates que duraram alguns anos antes dos congressos, de forma que as alterações ocorridas foram longamente debatidas (SCHNEIDER, 1999; CANÇADO e GONTIJO, 2009).

Para Cançado e Gontijo (2009), permanência ou não de alguns princípios ocorre no sentido de atualizá-los de acordo com as novas realidades que se apresentarão as cooperativas. O congresso de Paris, em 1937, aconteceu no período entre guerras e após o *Crash* de 1929; o de Viena (1966) em plena Guerra Fria depois da segunda grande guerra; e o de Manchester (1995) ocorreu após a queda do Muro de Berlim. Desta forma, o cooperativismo se atualizou

de maneira harmônica com os variados contextos capitalistas que se faziam presente em suas realidades.

3.4 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

Assim como ocorreu na Europa, o cooperativismo brasileiro também apresentou suas experiências primordiais. No caso do Brasil, a ideia de cooperação já era compartilhada com a ação dos jesuítas no século XVII na América, através da construção de uma espécie de estado cooperativo em bases integrais. Por mais de um século vigorou a iniciativa do trabalho coletivo, a persuasão ao amor cristão (catolicismo), do auxílio mútuo (mutirões) e a construção de comunidades solidárias nas reduções jesuíticas. Neste momento, vigorava apenas as práticas da cooperação, sendo que o cooperativismo iria aparecer posteriormente.

Alguns autores chegam a sugerir o movimento quilombola brasileiro como uma característica bem aproximada do cooperativismo. Entre os séculos XVII e XIX, essas comunidades compostas por escravos fugitivos aplicaram algumas noções cooperativistas e em determinado ponto até conseguiram certo grau de sucesso. Porém, até então o que se via era apenas uma adaptação dessas comunidades as realidades em que estavam inseridas, visto que esse movimento com ideologia genuína surge no Brasil no século XIX com a chegada dos imigrantes europeus, os responsáveis pela consolidação do sistema.

Conforme dados da OCB (2012), o cooperativismo brasileiro teve início por volta de 1847 através da iniciativa do médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das ideias reformadoras de Charles Fourier, que em conjunto com um grupo de europeus fundou nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina (atual município Cândido de Abreu/PR), organizada em bases cooperativas. A colônia não era uma Cooperativa e, sim, uma organização comunitária que funcionava de acordo com os ideais cooperativistas.

Em 1887 em Campinas/SP outra iniciativa de cunho cooperativista ocorre com o surgimento da Cooperativa de consumo dos empregados da companhia Paulista e da Cooperativa dos funcionários públicos de Minas Gerais, instalada após em 1889 como a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, atuando no ramo de consumo.

No Estado do Rio Grande do Sul no município de Nova Petrópolis, por iniciativa do Padre Suíço Theodor Amstadt é registrado em 1902 em uma colônia alemã, através dos imigrantes uma pequena Reiffeisenkasse, aos moldes das tradicionais Sociedades de Ajuda

Mútua. Assim, os colonos puderam se associar pagando contribuições, e obter empréstimos para o subsídio da safra e outros benefícios, como o seguro saúde (OCEPAR, 2012).

Para Gawlak e Ratzke (2001), o movimento cooperativista brasileiro iniciou na área urbana, com a iniciativa das primeiras cooperativas de consumo que se tem registro no Brasil e que elas juntamente com as cooperativas de crédito foram preponderantes nos primeiros anos do cooperativismo brasileiro. Até que a partir de 1906 nascem e se desenvolvem as cooperativas no meio rural idealizado por produtores agropecuários, cuja propagação deu-se em vários estados, principalmente junto às comunidades de imigrantes alemães e italianos, dando forma ao cooperativismo hoje existente no país.

Conforme Pinho (1982), no Brasil o cooperativismo foi caracterizado por duas grandes tendências, sendo uma primeira fase predominada pelo pensamento doutrinário rochdaleano, iniciando no final do século XIX até o fim da década de 1960, quando então ocorre uma tentativa de combinar a promoção da atividade humana solidária com a racionalidade empresarial, deixando de ser idealista para se afirmar na economia de mercado como cooperativa-empresa.

Para Misi (2000), a realidade do surgimento e desenvolvimento do cooperativismo no Brasil difere do que aconteceu na Europa, visto que foi promovido pelas elites agrárias, através de um movimento imposto “de cima para baixo”, implantado como uma política de controle social e de intervenção estatal. A característica de cooperativismo desenvolvido no meio rural deu-se em virtude do país ter uma economia eminentemente agrária, mesmo após a industrialização do país, o que acentuou ainda mais o seu caráter conservador.

O controle e estímulo do desenvolvimento cooperativista por parte do Estado já era notório a partir de 1907, quando foram implantadas as primeiras cooperativas agropecuárias em Minas. Com intervenção do governador de Estado João Pinheiro, foi lançado um projeto para o setor objetivando eliminar os intermediários da produção agrícola, cuja comercialização era controlada por estrangeiros. O café era o carro-chefe das suas preocupações e foi criada uma seção exclusiva para o produto, concedendo-lhe isenções fiscais e estímulos materiais.

De acordo com Franco Cenni (2003), interesse que o governo dispensava para o desenvolvimento cooperativista no setor agropecuário era grande, chegando a contratar por volta de 1910 o técnico italiano Stéfano Paternó, iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ativista do setor cooperativista que contribuiu para a propagação destes ideários na região, como um brilhante orador, homem culto e experimentado, que recebera do governo central a missão de orientar o empreendimento de implantação das cooperativas.

Não demoraram a surgirem os efeitos positivos do movimento, já que se criaram cooperativas em Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Alfredo Chaves e em Guaporé; também foi conseguido um vultoso empréstimo para a importação de máquinas, além da contratação de enólogos estrangeiros para qualificar os aspectos técnicos e industriais dos produtos.

Entretanto, como sempre ocorre o interesse do Estado e a vontade do governo, após as cooperativas agrícolas se desenvolverem e consolidarem, destacando-se entre elas as cooperativas vinícolas, as tritícolas, as madeireiras, as de laticínios e etc. Não se fazia mais necessário o desenvolvimento desta ideologia na região, ficando latente o conservadorismo agrário, como marca do pensamento dos colonos que habitavam na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul.

Enfim, esse clima de consolidação e desenvolvimento da ideologia cooperativista permeou até o início da década de 1930, visto que as cooperativas eram reconhecidas como utilidade pública, mas não a sua forma jurídica de maneira distintas das demais instituições. A crise econômica mundial estimulou a emergência de cooperativas, especialmente no sul do país. A depressão de 1929 fez o governo se interessar pelo cooperativismo, especialmente como instrumento de política agrícola.

Até esta data, Culti (2002) enumera apenas algumas iniciativas de destaque:

No Brasil foram fundadas as primeiras cooperativas por volta de 1887, como a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (SP) e a Sociedade Econômica Cooperativa dos funcionários Públicos de Minas Gerais. Em Limeira (SP), em 1899, foi criada a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica e, no Rio de Janeiro (RJ) em 1894, a Cooperativa Militar de Consumo e também em 1895, a de Camaragibe (PE). Em 1902, em Nova Petrópolis (RS), surge à primeira cooperativa de crédito fundada por produtores de vinho e, no mesmo estado em 1906, a primeira cooperativa agropecuária. De 1913 a 1929, outras cooperativas continuaram a aparecer, dentre elas, em 1913 surgiu no Rio de Janeiro, a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea e, em Santa Maria (RS) foi fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer). Em 1917, os ferroviários fundaram cooperativas de consumo (CULTI, 2002, p. 5).

O setor tomou força com o advento da Lei 22.239, em 1932, que decretou o cumprimento dos fundamentos do Cooperativismo, reconhecendo as cooperativas como organizações legítimas e distintas. Pinho (2004) divide a história do cooperativismo em oito períodos:

De 1530 a 1877 – experiências esparsas e efêmeras de pré-cooperativas;

De 1878 a 1931 – primeiras cooperativas de consumo (modelo Rochdale) e de

credito (Raiffeisen, Luzzatti, mistas com seção de crédito);

De 1932 a 1964 – primeira Lei Cooperativa (Decreto 22.239/32) que deu ampla liberdade para as cooperativas se desenvolverem e a reforma bancária de 1964;

De 1965 a 1970 – disputas internas, liquidação quase total das cooperativas de crédito, fortalecimento da liderança do cooperativismo agrícola e a sua reorganização e renovação;

De 1971 a 1987 – Lei 7564/71: implantação do sistema OCB, reforma estrutural do cooperativismo e representação única;

De 1988 a 1995 – proibição constitucional de interferência do estado em associação, autogestão do cooperativismo, intenso crescimento das cooperativas de crédito e das cooperativas de trabalho;

De 1996 a 2002 – internacionalização do cooperativismo brasileiro, fortalecimento das confederações de credito do Bansicredi (Banco Cooperativo Sicredi) e do Bancoop (Banco Cooperativo do Brasil) emergência da vertente cooperativista de economia solidária

De 2003 em diante – expansão do microcrédito cooperativo, multiplicidade de representação das cooperativas e criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Enfim, de maneira geral, foi na segunda metade século XX que ocorre efetivamente um surto de desenvolvimento cooperativista no Brasil, principalmente em decorrência do término da Segunda Guerra Mundial, com restabelecimento do comércio internacional e o aumento na procura por produtos agrícola. Essa situação foi encarada como uma alavanca para o governo brasileiro aumentar suas divisas comerciais externamente. Assim, ele viu no setor cooperativista uma oportunidade de conseguir o seu intento.

Para Schneider (1991), estes incentivos para o setor se concretizaram realmente no governo militar a partir de 1964, com uma política dotada de incentivos fiscais e subsídios do governo, proporcionando um movimento de afirmação das cooperativas brasileiras focando principalmente o setor agroexportador. Este contexto contribuiu, por um lado, no que tange a modernização das instalações do empreendimento, a ampliação na quantidade de silos e armazéns, assim como um aumento expressivo no número de associados. Mas este aumento no tamanho da organização causou, por outro lado, um a perda de identidade da cooperativa em relação com os valores e princípios da doutrina rochdaleana.

Neste período o cooperativismo se fortaleceu mais ainda com a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras e a implantação da Lei do cooperativismo brasileiro (com o Decreto-Lei 5.764 de dezembro de 1971) no governo Médici. Essas conquistas tornaram hegemônico o caráter patronal das cooperativas agrícolas brasileiras.

Parra (2002) discorre o assunto e cita que nas décadas de 1960 e 1970, grandes cooperativas agropecuárias eram organizadas com forte apoio do Estado como projeto de levar a modernização ao campo, direcionando essas políticas para os ciclos econômicos mais lucrativos em cada momento e região (leite, álcool, açúcar, beneficiamento de grãos, entre outros), em que eram quase sempre ocupadas pelas elites agrárias e com contornos patrimonialistas, que aprofundaria o processo de êxodo rural.

Essa intervenção estatal expansionista do cooperativismo agrário recebia assessoria de diversos órgãos do governo. Serra (2008) aponta a realidade de muitas cooperativas de cafeicultores que foram criadas na década de 1960 com a assessoria do BB e do IBC nas zonas cafeeiras paranaenses. Conforme mudava os ciclos econômicos, o governo também alternava os estímulos do setor, como ocorreu com o café que deixa de ser interessante para a balança comercial e também é prejudicado em meados dos anos 1970 quando fortes geadas atingem e destroem as lavouras regionais.

Para Serra (2008), ocorre neste momento uma política de desestímulo a cafeicultura no Paraná em prol da substituição dos antigos cafezais para a entrada das culturas mecanizadas, com destaque para a soja, o trigo e o milho. Nesta nova realidade, os trabalhadores e os pequenos proprietários pagam o preço mais alto, os primeiros porque perdem seus empregos no setor agrícola, diante de um quadro em que as novas lavouras passaram a depender muito mais do fator capital (tratores, colheitadeiras, por exemplo) e muito menos do fator trabalho, o que gera a dispensa em massa de trabalhadores; os segundos porque o novo modelo não se enquadrava na pequena extensão de suas propriedades, dependendo de áreas maiores, o que leva à concentração fundiária.

Na década de 1970, a produção de soja ainda estava praticamente confinada ao Rio Grande do Sul, mas passados 20 anos já estava circundando a floresta amazônica. E assim se anuncia agora para as lavouras de cana em São Paulo e no cerrado do Centro-Oeste, voltada quase exclusivamente para a geração de etanol.

No Sul do Brasil, parte significativa do crédito rural foi orientada para cooperativas de agricultores, que passaram a produzir soja e trigo (cultura de inverno). Situação similar ocorreu com a criação de frango, que rapidamente conquistou mercados mundiais, cujas agroindústrias (Perdigão-Sadia, Doux-Frangosul) puderam economizar custos com mão-de-obra ao terceirizarem a produção (os “contratos integrados” com os pequenos proprietários familiares).

Esse quadro caracterizou a constituição de um cooperativismo com uma versão empresarial, precarizando o direito dos trabalhadores em virtude do excessivo controle por

uma elite dominante do setor rural, empresariado e a convivência com o sistema de organização e representação das cooperativas brasileiras (OCB), realidade esta iniciada com a política pública adotada ainda no Regime Militar.

O padrão altamente tecnológico do capitalismo moderno exige níveis de financiamento inéditos, em muito superiores às possibilidades de um único empreendedor capitalista. A construção desse novo meio geográfico, mais denso em técnica e informação, corresponde às novas necessidades logísticas das grandes corporações empresariais para a competição intercapitalista. Na dimensão da economia-mundo, os “circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação” (SANTOS, 1994; 1996) formam escalas produtivo-territoriais bem mais amplas que aquelas das tradicionais solidariedades produtivas em base local e regional.

Na atualidade o que se observa são algumas divergências teóricas e práticas acerca do cooperativismo brasileiro. Estudos da nova proposta da Lei cooperativista, crítica ao cooperativismo capitalista, ressurgimento do cooperativismo solidário e as pesquisas e estudos destinados ao assunto acabam por tornar o assunto ainda mais polêmico e discutido no meio social. Tanto, que já há mais de um século de discussão e experiência e o cooperativismo ainda não conseguiu criar uma proposta conceitual hegemônica no seu meio, de maneira que possa partilhar das mesmas discussões e análises em nível mundial.

Todo este conflito de interesses dentro do cooperativismo é reflexo de um diuturno processo de degeneração que ocorreu no setor nos últimos anos, perdendo seu caráter revolucionário em nome da sobrevivência na economia de mercado e, embora mantenha os mesmos princípios, não os opera integralmente.

3.5 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O COOPERATIVISMO

No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as leis cooperativistas foram criadas a partir da incorporação do modelo europeu, ou seja, dos Pioneiros de Rochdale a partir das orientações da Associação Cooperativista Internacional – ACI, com o objetivo de desenvolver e modernizar o processo de produção agrícola no país. O cooperativismo foi implementado a partir de um Decreto (1932) e sistematizado em 1971 com a Lei do cooperativismo brasileiro, de modo autoritário, com controle e intervenção do Estado e voltado essencialmente para a exploração agrícola em moldes de empresa agroexportadora. Becho (2008) menciona algumas realidades de criação de determinadas lei direcionadas ao

sistema cooperativista e fica claro que o Brasil acabou por seguir esta tendência mundial de constitucionalização das Cooperativas:

Hungria. Republica Popular da Hungria, Constituição de 18 de agosto de 1949 I, “A Ordem Social da Republica Popular da Hungria”, art. 10. “1. As cooperativas formam parte da ordem social socialista: servem os interesses de seus membros em harmonia com os interesses social e econômico do Estado. Socialista. 2. O Estado apóia o movimento cooperativo baseado na associação voluntária dos trabalhadores e o desenvolvimento da propriedade cooperativa socialista garante a autonomia das cooperativas; no interesse dos valores e princípios das cooperativas socialistas, exercer a supervisão da sua atividade.”

Polônia. Republica Popular da Polônia. Constituição de 22 de julho de 1952, capítulo II – “O Regime Social e Econômico”, Art. 16: “A Republica Popular da Polônia apóia o desenvolvimento das mais variadas forma de movimento cooperativa nas cidades e no campo concedendo uma ajuda direta, no cumprimento dos objetivos da pessoal humana de suas tarefas, e dispensa à propriedade cooperativa, desde que propriedade socializada, uma atenção e proteção especial”.

Venezuela. Republica da Venezuela. Constituição de 23 de janeiro de 1961, título III – “Dos deveres, direito e garantias” capítulo IV- “Direitos Sociais”, art. 72: “O Estado protegerá as associações, corporações, sociedades e comunidade que tenham por objeto o melhor cumprimento dos objetivos da pessoa humana e da convivência social, e fomentará a organização de cooperativas e demais instituições destinadas a melhorar as condições de economia popular”.

Espanha. Constituição Espanhola, de 31 de outubro de 1978, título VII “Economia e Fazenda”, art. 129 “1. A lei estabelecerá as formas de participação dos interessados na Seguridade Social e na atividade dos organismos públicos cuja função afete diretamente a qualidade da vida ou o bem-estar geral. 2. Os poderes públicos promoverão eficazmente as diversas formas de participação na empresa e fomentarão, mediante uma legislação adequada, as sociedades cooperativas. Também estabelecerão os meios que facilitem o acesso dos trabalhadores à propriedade dos meios de produção” (BECHO, 2008, p. 58).

De acordo com Cenzi (2009), a doutrina cooperativista inicializada na Europa no século XIX, logo se firmou também no Brasil, visto que desde a época imperial esta ideologia já se fazia presente no país. Em 1872 o Império editava a primeira norma onde deixava claro o reconhecimento brasileiro sobre o cooperativismo através do Decreto N°. 5.084 de 11 de Novembro de 1872, que autorizava a incorporação da Associação Popular Cooperativa Predial da cidade de Recife.

A primeira legislação destinada ao assunto veio a ocorrer em 06 de janeiro de 1903 com o Decreto n° 979, facultando aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus integrantes. A partir desta organização sindical em 05 de janeiro de 1907 com o Decreto n° 1.637 promulgou-se à criação de sindicatos

profissionais e sociedades cooperativas.

Segundo Cenzi (2009), num primeiro momento as cooperativas brasileiras foram originárias dos imigrantes e por isso se localizavam inicialmente na região Sul e no Nordeste do Brasil, mantendo-se nos Estados litorâneos, em razão das constantes chegadas e influências dos imigrantes que aportavam no país.

A experiência dos trabalhos conjunto de alguns imigrantes, principalmente os Italianos, Alemães e Japoneses contribuiu em muito para um grande salto no cooperativismo brasileiro, incentivando um enfoque mais direto nos empreendimentos e iniciativas cooperativistas. Assim, em 1932 é lançada a primeira lei básica do cooperativismo através do Decreto nº. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, reformulando as disposições do Decreto nº 1.637, na parte referente às sociedades cooperativas, e em seu artigo 24, define cooperativa de trabalho.

Outra iniciativa destinada ao tema ocorria com o Decreto nº 23.611, de 20/12/1933, onde era revogado o Decreto nº 979, de 06/01/1903, e facultou a instituição de consórcios profissionais cooperativos.

Em 1934 o Decreto nº. 22.239, de 19 de dezembro de 1932 é revogado e é promulgado o Decreto nº 24.647, de 10 de setembro de 1934, estabelecendo as bases e princípios para a cooperação profissional e para a cooperação social; facultou auxílios diretos e indiretos às sociedades cooperativas, embora ainda mantivesse o controle estatal sobre o regime, ele gozava de significativa proteção e incentivo do governo getulista.

Mais algumas intervenções acontecem posteriormente visando à fiscalização, controle e incentivo do cooperativismo no país. Em 01/08/1938 instituiu-se o Decreto-Lei nº 581, que dispunha sobre registro, fiscalização e assistência de sociedades cooperativas; revogando os Decretos nº 23.611, de 20/12/1933 e 24.647, de 10/07/1934 e revigorou o Decreto nº 22.239, de 19/12/1932. Neste mesmo ano em 05/12/1938 instituiu-se o Decreto-Lei nº 926, que dispunha sobre a constituição, funcionamento e fiscalização das sociedades cooperativas de seguros.

Com o Decreto nº 6.980, de 19/03/1941, estabelecido no Decreto-Lei nº 581, de 01/08/1938, aprovou-se o regulamento para a fiscalização das sociedades cooperativas. O Decreto-Lei nº 5.893, instituído em 10/10/1943 dispunha sobre a organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas. Já em 14/02/1944 o Decreto-Lei nº 6.274, alterou disposições do Decreto-Lei nº 5893, de 19/10/1943.

Dois anos subsequentes em 19/12/1945 instituiu-se o Decreto-Lei nº 8.401, que revogou os Decretos-Leis nº s 5.893, de 19/10/1943 e 6.274, de 14/02/1944, exceto as

disposições dos artigos 104 e 118 e seus parágrafos, revigorando o Decreto-Lei nº 581, de 01/08/1938, e o Decreto nº 22.239, de 19/12/1932.

Em 30/11/1964 com a promulgação da Lei nº 4.504, o Estatuto da Terra, em seu art. 4º, VIII, define cooperativa integral de reforma agrária (C.I.R.A), toda sociedade cooperativa mista, de natureza civil, criada nas áreas prioritárias de Reforma Agrária, contando temporariamente com a contribuição financeira e técnica do Poder Público, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com a finalidade de industrializar, beneficiar, preparar e padronizar a produção agropecuária, bem como realizar os demais objetivos previstos na legislação vigente. O cooperativismo vem tratado nos artigos 79 e 80.

Já em período militar, no governo Castello Branco o cooperativismo ficou resumido em apenas 26 artigos do Decreto Lei nº 59, de 21 de Novembro de 1966, definido as políticas nacionais de cooperativismo, criando o Conselho Nacional do Cooperativismo e dá outras providências, revogando o Decreto-Lei nº 22.239, de 19/12/1932. Costa e Silva regulamentou essa legislação um ano subsequente com a promulgação do Decreto-Lei nº 60.597, de 19/04/1967.

E finalmente a Lei que regulamenta até os dias atuais o cooperativismo brasileiro foi editada ainda em plena ditadura militar a Lei nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo, instituindo o regime jurídico das sociedades cooperativas e dando outras providências.

Outras conquistas foram alcançadas desta época até a atualidade, como a possibilidade de extensão do direito ao FGTS aos diretores não empregados de sociedade cooperativa, com a resolução do Conselho Nacional de Cooperativismo nº 20 de 20/10/1981. Em 16 de Março de 1993 institui-se a Portaria nº 3.025 do Ministério do Trabalho (Mtb) que aprovou o formulário para registros de empregados rurais participantes de cooperativas de trabalho. Já na Portaria nº 3.022 promulgada em 07/01/1985 do Mtb facultou às cooperativas de trabalhadores rurais a utilização de formulário contínuo para registro de empregados.

Um marco fundamental para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras ocorre em 1988 com a Carta Magna destinando novos incentivos para o setor. A partir de então o programa de autogestão é aplicado nas cooperativas, haja vista, ser vedado à interferência estatal no setor e o órgão de representação das cooperativas passa a atuar como uma autarquia.

Este dispositivo e outros apontamentos podem ser visíveis na CF/1988 (Tabela 04), disciplinando sobre a constituição e independência das cooperativas. Até então, as cooperativas brasileiras eram tuteladas pelo governo federal, através do INCRA - Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária, após a promulgação da nova constituição, as cooperativas passaram a atuar como empresas de mercado. Este novo posicionamento levou obrigatoriamente a uma readequação estrutural para serem empresas competitivas (OCEPAR, 2006).

Quadro 5. Dispositivos Constitucionais para o Cooperativismo.

Dispositivo	Conteúdo
Título II, Capítulo I, Artigo 5º, XVIII:	[...] a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
Título VI, Capítulo I, Seção I, Artigo 146, III, item c:	[...] adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
Título VII, Capítulo I, Artigo 174, § 2o.	[...] A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Com a Instrução Normativa nº 7, de 21/02/1990, do Mtb ficou aprovada instruções para fiscalização das empresas de prestação de serviços a terceiros. Já em 07/12/1991 promulga-se o Decreto nº 356, que regulamentou a Lei nº 8212/90, que dispunha sobre o custeio e o financiamento da Seguridade Social, equiparando, em seu artigo 10, IV, c, nº 4, o cooperado que presta serviços a terceiros ao trabalhador autônomo.

Em 09/12/1994 promulga-se a nebulosa Lei nº 8.949, que acrescentou o parágrafo único ao artigo 442 da CLT, dispondo sobre a ausência de vínculo empregatício entre a cooperativa e cooperado e entre este e o tomador de serviços daquela, causando grande celeuma entre juristas e uma brecha legal para empresários fraudadores, que visam maximizar lucros a qualquer custo.

Com Portaria nº 925, de 28/09/1995, do Mtb, autorizou o agente de Inspeção do Trabalho a fiscalizar empresa tomadora de serviços de sociedade cooperativa, urbana e rural, para evitar fraude, e a realizar levantamento físico objetivando detectar a existência dos requisitos da relação de emprego entre a empresa tomadora e os cooperados.

No final da década de 1990 novas conquistas foram destinadas para o setor, recentemente com a Lei n.º 9.876, de 26/11/1999, ficou estabelecido que a empresa contratante deverá efetuar o recolhimento da contribuição previdenciária de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a Cooperativas de Trabalho, qual seja, sobre os serviços prestados pelos cooperados.

Através da Medida Provisória nº 1715 de 1988 foi criado o Serviço Nacional de

Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) em nível nacional, uma instituição sem fins lucrativos regulamentada com o Decreto nº 3017 de 1999, integrante do Sistema “S”, que tem como objetivo o desenvolvimento do cooperativismo e o cumprimento de ação social e econômica para os seus associados.

Além de ser representado por uma entidade autárquica (Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB) que é vinculada junto ao Ministério da Agricultura através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), sendo que desde 1997 têm como órgão de apoio o SESCOOP/OCB (integrante do sistema “S” nacional), responsável pelo desenvolvimento técnico, fomento educacional e promoção social das cooperativas brasileiras.

E a mais recente conquista para o setor cooperativista que foi o Projeto de Lei nº 4622/2004 que alterou a lei 5764/2004, foi transformado em lei, originando a Lei 12.690/2012, publicada no DOU no dia 20 de julho de 2012. Assim, com este novo dispositivo é destacada a atuação das cooperativas de trabalho, bem como institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOOP).

Com esta última conquista o setor informal que muitas cooperativas atuavam e as pseudo-cooperativas (coopergatos) terão uma regulamentação estipulada pela nova lei. Assim, a nova lei resolve alguns impasses que existia no setor, pois determina que todos os trabalhadores, por conta alheia e própria quando associados em cooperativa, têm os mesmos direitos. Cooperativas de baixa renda que agora não ganham o suficiente para garantir aos sócios os seus novos direitos terão prazos para elevar sua renda, com o auxílio do Programa de Fomento das Cooperativas de Trabalho (Pronacoop), previsto na nova lei.

4 CONCEITUAÇÃO DO COOPERATIVISMO

4.1 A INSTITUIÇÃO COOPERATIVA

A noção de cooperativismo é uma experiência humana de tempos bem remotos, a partir da necessidade conjunta das aldeias humanas no enfrentamento de suas dificuldades diárias, visto que a sua sobrevivência dependia da contribuição do outro semelhante. Assim, sem saber que estava praticando o cooperativismo o homem já há muito tempo começa a construir uma sociedade amparada na reciprocidade e busca de objetivos comuns.

O cooperativismo se tornou ainda mais importante com uma gradual individualização que o homem foi adquirindo ao longo do seu processo evolucionista, principalmente com o crescimento da propriedade privada dos meios de produção, um processo natural e automático como consequência do capitalismo¹⁴. Desta forma, o cooperativismo foi retomado com mais consistência nos últimos séculos e tem recebido uma atenção cada vez mais acentuada por parte das universidades, governos, empresas e outras iniciativas sociais.

Para Costa (2007), existe uma confusão por parte de alguns autores quanto ao “ato de cooperar” em si e o conceito histórico do cooperativismo, pois se subentende que o primeiro é qualquer atividade ou iniciativa em que algumas pessoas de maneira equitativa e da auto-ajuda realizam uma determinada atividade socioeconômica, enquanto que o segundo é categoricamente entendido como um movimento social que procurou, através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX.

Assim, muitas experiências cooperativistas e associativistas que ocorreram em períodos remotos não são consideradas, para Costa (2007), como parte do movimento cooperativismo moderno, haja vista, que não passam de manifestações de sociabilidade características do homem inserido em uma sociedade humanizada. Enquanto movimento social, o cooperativismo surge triunfalmente em oposição as consequências do liberalismo econômico vigente na França e na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX.

Apesar de ser uma realidade já praticada e conhecida há muito tempo, a cooperação é

¹⁴ Capitalismo, como sistema econômico, tem uma característica própria de se regular, com um governo que pouco se envolve em decisões econômicas. Este sistema depende de forças de mercado para determinar os preços, alocar os recursos e para distribuir a renda à produção. No capitalismo as forças da demanda e da oferta comandam a economia. Os fatores de produção são de propriedade privada e cada proprietário dos recursos faz as decisões de produção motivadas pelo desejo de realizar um lucro (MENDES, 1998: p.14).

um fenômeno ainda obscuro e pouco compreendido, principalmente pelos economistas, que, por vezes, têm concebido a cooperativa e o cooperativismo somente sob os aspectos doutrinários, românticos e utópicos ou apenas sob o olhar da empresa privada.

Essa é uma das realidades contemporâneas da cooperação em que pesa a incidência e o enfoque errôneo sobre as suas ideologias, onde o foco quase sempre se fixa em aspectos doutrinários e ainda a crítica social utópica. Assim, será realizada uma análise das origens e do desenvolvimento do cooperativismo, visando de certa forma definir melhor o estudo do cooperativismo e ainda compreender suas configurações e tendências.

Conforme Pinho (1966), embora etimologicamente *cooperação*, *cooperativa* e *cooperativismo* derivem do verbo cooperar, de origem latina *cooperari* (*cum* e *operari*) que significa trabalhar com alguém, eles são conceitos distintos. Enquanto a cooperação significa ação conjunta com vista ao mesmo objetivo, o cooperativismo, por sua vez, significa sistema, doutrina ou ideologia e, finalmente, a cooperativa seria uma entidade ou instituição onde as pessoas cooperam objetivando o mesmo fim. Desse modo, Pinho (1966, p.7) afirma que cooperativismo e cooperativa se diferem significativamente:

Etimologicamente cooperação (do verbo latino cooperari, de cum e operari—operar juntamente com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo. Portanto, cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas. Entretanto, o termo cooperação tem sido geralmente usado: como equivalente de cooperativismo. É o que se verifica em Gide, Gaumont, Lavergne, Lasserre, Poison, Broukère, Totomianz, Borea – para citar apenas alguns exemplos – e também autores brasileiros tais como Saturnino Brito, Srandy Raposo, Valdiki Moura e outros; e, embora com menos frequência, como equivalente de cooperativa (Pinho, 1966, p.7).

A ideologia cooperativista é apontada e delimitada ainda por esta autora quando ela cita que “a doutrina cooperativista coloca, em primeiro lugar, a pessoa humana e procura através do self-help (ajude-te a ti mesmo) e da associação democrática (ajudem-nos uns aos outros), corrigir os males da sociedade capitalista e prestar serviços”.

Entretanto, toda essa complexa noção citada pela autora não foi construída de maneira clara e espontânea no meio cooperativista. Foram necessários inúmeros embates teóricos, metodológicos, práticos, operacionais, ideológicos, políticos, burocráticos, sociais entre outros, para a construção do escopo estrutural atual presente e vigente na economia

mundial.

Essa prática e noção social (cooperativismo) tem despertado interesse de inúmeros setores do meio humano, principalmente com a pesquisa acadêmica. Conforme Schneider (1999), os princípios do cooperativismo, determinados primeiramente pelos fundadores da Cooperativa de Rochdale, passaram posteriormente a ser discutidos e controlados pela ACI (Aliança Cooperativa Internacional), organização cooperativa mundial, que em seu 10º Congresso realizado na Basileia em 1921, ficou aprovado que as cooperativas seriam recomendadas a se orientar pelos princípios de Rochdale, tornando-se, inclusive, um critério para afiliação.

As contribuições do economista Charles Gide (1847-1932), apesar de indiretamente e de maneira não intencional foram de vital importância para atuação da ACI neste setor. Gide com a idéia da “República Cooperativa” onde, segundo ele, inicialmente se implantaria as cooperativas de consumo, depois as de produção industrial e, finalmente, as de produção agrícola. Um programa com base nos consumidores transformaria a sociedade, eliminaria os conflitos e as injustiças sociais, numa solução pacífica sem expropriação.

Desta forma, a ACI incorpora essa concepção sistematizada por Gide e passa a difundir-la pelo mundo, consolidando-se de vez como a responsável pela representação formal deste movimento em nível internacional, tendo a responsabilidade de ser, então, a “entidade responsável” pela discussão dos princípios cooperativistas. Posteriormente, em 1948 em outro Congresso realizado pela ACI na cidade de Praga, aprovou e delimitou uma conceituação para o cooperativismo: “Será considerada como cooperativa, seja qual for a sua constituição legal, toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mútua e que observe os princípios de Rochdale”.

Da valorização dessas uniões, surgiu em 1895 a ACI – Aliança Cooperativa Internacional, a primeira organização não governamental presente nos cinco continentes, que reúne, representa e apóia a autonomia, a integração e o desenvolvimento do cooperativismo. Tendo como objetivos principais a promoção e o fortalecimento das cooperativas em todo o mundo, assim como dos seus princípios e valores. A ACI tem sua sede em Genebra na Suíça, reunindo mais de 657.00 cooperativas e 780 milhões de cooperados (OCEPAR, 2005).

Na atualidade o cooperativismo tem recebido conceitos distintos conforme o país ou instituição que trata esta temática. No Brasil a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras –, sediada em Brasília, teve sua fundação em 1971 com a fusão da ABACOOOP e da UNASCO para representar o cooperativismo brasileiro que atualmente é composto por

mais de 7.026 cooperativas e mais de 5.258.600 cooperados. Ela define cooperativa como: “Uma sociedade de, pelo menos, vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútuas, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos das outras sociedades.” (X Congresso Brasileiro de Cooperativismo – Brasília, 1988).

Para a Organização das Cooperativas Paranaense (OCEPAR) o cooperativismo origina-se da palavra cooperação, e é uma doutrina cultural e socioeconômica que consagra os princípios fundamentais de liberdade humana, apoiada por um sistema de educação e participação permanente (OCEPAR, 2006). Neste enfoque, as cooperativas apresentam como principal intento atuar de forma diferenciada e avançada como organização da sociedade civil, proporcionando o desenvolvimento socioeconômico aos seus integrantes e à comunidade de maneira justa e igualitária.

4.2 O COOPERATIVISMO CAPITALISTA

A regularização das normas e práticas do cooperativismo brasileiro como se conhece no meio social atualmente (cooperativismo capitalista) estão definidas atualmente através da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que estabeleceu o regime jurídico das sociedades cooperativas, regulamentando sua estrutura, organização e funcionamento.

Dentro da ótica desse instrumento legal, estas organizações foram regulamentadas e são conceituadas nos artigos 3º e 4º. O primeiro menciona que: “celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”. O artigo 4º cita: “que as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades”.

Recentemente, já em 1995 por ocasião da realização do Congresso Mundial da ACI em Manchester, após muito tempo se falando sobre o termo surge a primeira definição oficial para a instituição “cooperativa”: “Uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender as suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada”. Tal conceituação foi reafirmada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que em sua 90ª Conferência realizada em 2002 revisou seu conceito antigo sobre o assunto e recepcionou

o então adotado no Congresso Centenário da Aliança Cooperativa Internacional.

Entretanto, apesar destas dificuldades de apreensão conceitual e suas inovações, o desenvolvimento que o cooperativismo tem angariado atualmente é de tamanha significância que conseguiu constituir uma forma jurídica “*sui generis*” própria, não se enquadrando na forma de associações ou outra espécie societária.

De acordo com Waldírio Bulgarelli (1999), “[...] a sociedade cooperativa é hoje mais que um tipo de sociedade, com forma jurídica própria, pois tantas foram às modificações, adaptações e limitações que sofreram as regras oriundas dos outros tipos societários, que se torna impossível, confundirem a atual sociedade cooperativa com os demais tipos societários”.

Tal realidade em existir uma dificuldade em definir de maneira mais precisa o cooperativismo contemporâneo é para Bulgarelli (1999), uma resultante de esta noção ter sido definida inicialmente por economistas que realçavam a supressão do intermediário e a característica de não existir o lucro propriamente dito nas cooperativas, ou seja, a partir desta análise isolada de fatos distintos e sendo apontada por pesquisadores a margem da ideologia cooperativista, perdeu-se a originalidade do cooperativismo deixando-o com esta sua face atual totalmente ambígua em definição conceitual. Considerando que toda esta realidade ainda era obrigada a coexistir com o fato de as cooperativas atuarem em diversos setores da atividade humana, se dividindo e subdividindo em inúmeros tipos e categorias.

As contradições ideológicas são intrínsecas do cooperativismo, sendo que para Rech (2000) existem duas grandes posições que coexistem e que foram importantes para a constituição do caráter singular que esta temática apresenta. Os dois extremos são o ponto de vista capitalista e o ponto de vista socialista, onde o primeiro item sugere que as origens das cooperativas serviram para conquista de mercados e acumulação de capital, enquanto que o ponto de vista socialista, as cooperativas eram entendidas como um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social.

Esta vertente teórica é também defendida por Menegário (2000, p.15), ao afirmar que: “a doutrina cooperativista define-se como intermediária entre a doutrina liberalista, também chamada individualista, e a doutrina socialista, já que consegue realizar equitativa repartição dos ganhos, mantendo, ao mesmo tempo, a liberdade dos indivíduos”.

Estes dois autores se posicionam claramente para a incidência de um cooperativismo mais eclético voltado para o mercado, quando apontam uma doutrina cooperativista baseada

na coalizão e espécie de equilíbrio entre o capitalismo e o socialismo¹⁵. Quanto ao capitalismo, o mesmo é visto com um regime concentrador, porém é mais propício para a geração de riqueza, enquanto que o socialismo tem como característica a distribuição de forma mais equitativa.

A atuação da cooperativa de maneira dualista é apontada por Boesche (2005) ao destacar a sociedade cooperativa pressuposta em duas entidades: uma “associação de pessoas” e outra no formato de uma “empresa comum”. No primeiro caso, a instituição visa ações focadas no fomento social do seu quadro social precisando ser democrática, participativa e equitativa. Como empresa comum, precisa ser focada ao mercado, comprometida com resultados, inovações tecnológicas e prestar o melhor serviço ao cooperado.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as cooperativas brasileiras definitivamente ficaram independentes e passaram efetivamente a atuarem como empresas de mercado, levando a um novo posicionamento e obrigando uma readequação estrutural para serem empresas competitivas (OCEPAR, 2006).

Zylbersztajn (2002, p.55), entende o funcionamento do cooperativismo conforme os postulados ditados pela ACI, deixando de apontar a questão do trabalho assalariado e da divisão dos excedentes. Desta forma, assume claramente um apoio a construção de um cooperativismo com ideários capitalistas.

As cooperativas são arranjos institucionais amplamente difundidos por diferentes setores da economia, cuja característica comum é compartilhar os princípios fundamentais do cooperativismo. O compartilhamento doutrinário, embora não seja homogêneo e universal, criou as bases para uma linguagem comum, permitindo que se faça referência a um movimento cooperativista internacional, devidamente estruturado e égido, institucionalmente, pela Aliança Cooperativa Internacional. (ZYLBERSZTAJN, 2002).

Conforme Bialoskorski (2002), apesar de considerar a variável econômica como um item secundário, o cooperativismo brasileiro está inserida em um ambiente econômico e deve investir em estratégias comerciais para serem competitivas, buscando atender prioritariamente aos interesses dos cooperados (donos e patrões da instituição cooperativa).

Essa situação é focada principalmente em rentabilizar a atividade individual do cooperado, sendo que é também partilhada por Rech (2000, p.22):

¹⁵ Socialismo, como um sistema econômico, é a propriedade coletiva ou estatal dos recursos produtivos, sendo que o Estado toma as decisões. As indústrias são de propriedade da sociedade como um todo. O controle da propriedade é mantido pelo Estado para o mútuo benefício da população. As três características básicas do socialismo são: a) a coordenação de toda ou quase toda atividade produtiva diretamente pelo governo; b) a propriedade governamental ou coletiva dos fatores de produção, exceto os seres humanos; e c) a falta de incentivos para a ação dos agentes econômicos. (MENDES, 1998: p, 17).

A cooperativa é uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por possuir dupla natureza, partindo de fato de a mesma ser simultaneamente uma entidade social (um grupo organizado de pessoas) e uma unidade econômica (uma empresa financiada, administrada e controlada comunitariamente), tendo como objetivo principal o de ser utilizada diretamente pelos associados como meio de prover bens e serviços que necessitam e que não conseguem obter individualmente em condições semelhantes.

Os apontamentos de Bialoskorski e Rech evidenciam um cooperativismo focado no crescimento econômico unitário e individualizado de um determinado grupo (cooperados) na cooperativa em detrimento da maioria (funcionários, romanticamente ou sarcasticamente chamados de colaboradores). Enfim, esta noção é baseada em parâmetros e exigências de seus principais órgãos de representação (ACI, OCB, OCE's, SESCOOP), onde o intento principal é a manutenção e a sobrevivência econômica do empreendimento cooperativista e que nem sempre o foco principal é o associado, pois o maior interessado será sempre o mercado (capital).

O que ocorre de verdade é a formação de pequenos grupos econômicos (cooperados) com enorme concentração de capital e de influência nas áreas de atuação de suas respectivas cooperativas, mais bem entendido com a definição estabelecida para (Silva, Lourenço e Salanek, 2006): "o cooperativismo é um tipo de organização que promove a aproximação e a interação dos agentes".

A própria ACI deixa de tratar de maneira direta em seus princípios a questão do trabalho assalariado e a distribuição dos excedentes, deixando margem para interpretações voltadas para o interesse financeiros das cooperativas, o que faz com que elas possam contratar mão-de-obra assalariada sem contrariá-los, reforçando os preceitos capitalistas, ou, usando a expressão marxista, expropriando a mais-valia.

Para Singer (2000), ocorreu uma literal adaptação ao capitalismo por parte das cooperativas, deixando de ser solidárias quando elas passaram a assalariar os seus trabalhadores e administradores (cooperados) para que eles desenvolvessem seu trabalho na cooperativa.

Uma situação que é realidade na maioria das cooperativas brasileiras, mais bem perceptíveis nos complexos agroindustriais nacionais, onde esta noção empresarial é dominante em virtude do enorme quantitativo de pessoas assalariadas atuando nelas, sem qualquer diferenciação com os modelos aplicados no setor empresarial privado.

Um exemplo bem fácil de ser observado é o caso do Estado do Paraná, onde as cooperativas agropecuárias atuam de forma regionalizada, atendendo os produtores rurais de vários municípios através de suas unidades de recebimento de cereais e comercialização de

insumos. A produção recebida é comercializada ou direcionada para a industrialização para a agregação de valor a fim de melhor rentabilizar o cooperado (OCEPAR, 2006). Neste sentido, muitas cooperativas acabam se comportando como se fossem empresas privadas, esquecendo assim os princípios básicos do cooperativismo.

Estas instituições como qualquer outro empreendimento também se desenvolveu economicamente. Conforme Serra (2008), no caso paranaense, as cooperativas agrícolas então estruturadas como receptoras e repassadoras de matérias primas, e cresceram no contexto do Complexo Agroindustrial, principalmente após a década de 1970, e atualmente, assumem um comportamento híbrido e contraditório ao operar, ao mesmo tempo, com associados livres, associados integrados e terceiros ao empreendimento cooperativo.

Serra (2008) entende que o cooperativismo é um sistema universal que se sustenta nos princípios da ajuda mútua e da ajuda própria e que incorpora particularidades e características de cada espaço geográfico em que é implantado, principalmente nos segmentos social e econômico.

O autor reconhece que este “Cooperativismo Capitalista”, é o mais aplicado no país e que se propagou de maneira significativa, sendo responsável pela maior parte do processamento da produção agroindustrial e ainda dos seus insumos e logística de manutenção. Vale ressaltar ainda que, inúmeros outros ramos econômicos são geridos por cooperativas desta vertente capitalista, sendo destaque as de saúde, trabalho, produção entre outras.

Nestas cooperativas, é notável que na realidade se fazem presente um determinado grupo de pessoas (cooperados) e uma “cúpula intocável e inacessível” (direção) que são de certa maneira os gestores da cooperativa, onde trabalham centenas e até milhares dos chamados colaboradores (empregados) com salários e condições de trabalho iguais ou até mesmo inferiores aos praticados no mercado tradicional.

Neste contexto, a cooperativa que na realidade atua como uma eliminadora de atravessadores no empreendimento econômico, não apresenta nenhuma vantagem significativa em sua operacionalização, ou seja, ela continua se apropriando da “mais valia” como qualquer empresa capitalista em benefício dos seus gestores.

Para Fajardo (2008), as grandes cooperativas agroindustriais brasileiras no ímpeto de competir e manter-se a altura de mercado das grandes empresas multinacionais do setor acabam por adotar estratégias semelhantes a essas. Estratégias essas dotadas de todas as ferramentas possíveis dentro da atuação capitalista.

Citando os trabalhos de (Vilela, 1998, p. 308-309) e (Bernardo, 1998, p. 105-109),

Fajardo (2008) frisa que o Brasil sempre foi dotado de uma desorganizada estrutura agrária, fator que de certa maneira contribuiu para o surgimento de um cooperativismo focado no combate aos conflitos socioeconômicos das classes produtoras, no ápice da pirâmide social.

Entretanto, essas mesmas cooperativas passaram a atuar como empresas capitalistas, vindo a deixar de aplicar na prática muitos dos princípios cooperativistas, que deram lugar aos princípios econômicos.

Fajardo (2008) cita que a verdadeira intenção dessas cooperativas é a expansão da sua capacidade de produção e a sua competitividade no setor agroindustrial através de uma atuação empresarial e com investimentos milionários.

A cooperativa, inserida em uma sociedade capitalista e atuando no mercado, precisa assumir certos padrões de conduta, que lhe assegurem alguma competitividade neste meio. Desta forma, a inserção no mercado projeta sobre a cooperativa uma de suas dimensões, levando-a a assumir uma aparência semelhante à empresa capitalista. (FLEURY, 1983 apud FAJARDO, 2008).

Desta forma, Fajardo (2008) coloca em foco um grande dilema conceitual que se faz presente neste setor, haja vista, que cada vez mais esses empreendimentos cooperativistas se autoafirmam no mercado como empresas capitalistas e ainda conciliam a sua existência enquanto entidade cooperativa.

A ação deste tipo de cooperativa delimita e forma uma rede estabelecida pela relação entre os cooperados, que aos poucos além de exercerem sua influência internamente na cooperativa a qual pertencem, também passam a investir em sua região como pessoa jurídica (cooperativa), dado ao constante processo de concentração de renda oriunda com as atividades econômicas da cooperativa. Assim, a aplicação das técnicas e táticas capitalistas são cada vez mais amplamente aplicada no meio cooperativista visando o autointeresse de uma minoria pertencente à cooperativa.

O próprio conceito da ACI sobre o tema nos deixa margem para interpretações e aplicações com viés capitalista para o setor, que na maioria das vezes aparece de maneira extremamente romântica no “papel”, mas a realidade é bem diferente na prática.

O cooperativismo que é tido como um intento focado “[...] na tradição de seus fundadores, os membros da cooperativa acreditam nos valores éticos da honestidade, democracia, transparência, responsabilidade social e solidariedade”. Ainda, “uma cooperativa é uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sócias e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida” (ACI, 2012).

4.3 O (DES) CAMINHO DO COOPERATIVISMO

A noção capitalista que se aplica na maioria das cooperativas contemporâneas é para Cançado (2004) uma evidência do verdadeiro intento da ACI para o setor, ou seja, o foco central é o crescimento econômico do empreendimento cooperativo, com uma atuação similar as empresas mercantilistas, haja vista, a clara possibilidade de contratação de mão-de-obra assalariada e deixa ainda de lado a questão dos excedentes. No entanto, outros estudiosos a exemplo de Cançado direcionam outro olhar para o cooperativismo.

De maneira geral, esta outra face do cooperativismo pode ser formalmente entendida como uma forma jurídica representativa de determinado grupo para prestação de serviços, venda de produto ou trabalho, visando à prática social de suas habilidades e conhecimentos profissionais.

Esta iniciativa visa um desenvolvimento democraticamente gerido, através do trabalho conjunto, a cooperação enquanto ação, a reciprocidade, o compartilhamento do poder, da decisão e a horizontalidade em todos os acontecimentos condizentes com o empreendimento (cooperativa).

A própria maneira de difusão e desenvolvimento do cooperativismo nas diversas nações do mundo teve suas maneiras diferenciadas de aplicação prática. Para Cançado (2004), se destacaram duas formas principais de surgimento do cooperativismo, sendo uma através da intervenção política de Estado, com o subsidiamento e fomento ao seu desenvolvimento, caso do Brasil que sempre recebeu amplo apoio do governo, e as situações em que imperaram verdadeiras unidades de transformação social, partilhando quase sempre da iniciativa popular.

Rigo et al. (2010), citados por Alencar (1986) apresenta três perspectivas básicas de concepção do cooperativismo, cada qual com um modelo próprio de gestão:

- Rochdaleana ou social reformista;
- Trabalhista ou de transformação social;
- Técnico-econômica.

A perspectiva rochdaleana ou social reformista fundamenta-se basicamente na ideologia dos socialistas utópicos (Fourier, Owen e Saint-Simon), em que a cooperativa estaria livre da influência externa (sociedade capitalista), através da constituição de uma comunidade autossuficiente. A partir dessa concepção, pode-se afirmar que os associados da cooperativa se reúnem em torno de problemas, necessidades e objetivos comuns por meio da

ajuda mútua, baseando-se na solidariedade, na liberdade, na igualdade e na justiça social.

Seguindo esta realidade de empreendimento, o intento central é a combinação da racionalidade econômica, através do aumento da produção com uso de no menor tempo e recursos possíveis. O trabalho realizado deve focar-se na equidade, onde os benefícios sociais ocorram proporcionalmente ao trabalho ou às operações dos associados em relação à cooperativa.

Essa noção é bem exposta por (RIGO, 2010, apud, VERHAGEN, 1984:19) quando ele conceitua o empreendimento cooperativo:

Uma associação de pessoas, usualmente com recursos limitados, que se dispõem a trabalhar juntas e de forma contínua, possui um ou mais interesses comuns e que, por estes motivos, formam uma organização democraticamente controlada, em que custos, riscos e benefícios são equitativamente divididos entre os membros. (VERHAGEN, 1984, p. 19).

Para Cançado (2004), a segunda perspectiva, a trabalhista ou de transformação social se fundamenta nos ideais de uma sociedade socialista, que vê no cooperativismo o caminho para superar o capitalismo. Assim, com a sua organização social no formato de cooperativas é possível socializar a produção, transformação e a distribuição dos bens e serviços, ou seja, será viabilizada com a atuação da cooperativa uma forma de transição para a coletivização da terra e do trabalho, características que estão intimamente relacionadas com o conceito de autogestão.

Para o autor, estas duas noções da cooperação (rochdaleana e trabalhista ou de transformação social) são muito próximas e difere bastante da terceira vertente, a técnico-econômica que é o modelo mais conhecido e aplicado na sociedade.

Para Borda (1972), esse modelo pode ser considerado com um meio de adaptação ao sistema capitalista, onde o que vem ocorrendo na prática é o resultado do que ele chama de “decantação dos ideais utópicos”, ou seja, o meio de ajustamento da concepção social reformista à realidade do sistema capitalista.

Nesta perspectiva, a cooperativa é conceituada através dos atuais parâmetros mercadológicos ditados pela ACI e que são seguidos pelos órgãos de representação do cooperativismo na maioria dos países, onde o caso brasileiro é regulado pela Lei 5764 de 16/12/1971.

Além desta divisão teórica sobre o cooperativismo, existem diversas outras teorias¹⁶ que tratam o assunto de maneira mais específica. No entanto, de maneira geral fica claro que

¹⁶ Teoria da cooperativização global, teoria da cooperativização sistêmica, teoria da cooperativização fiduciária, teorias cooperativas neoclássicas, teoria de münster, teoria do comportamento cooperativo. (PINHO, 1982).

o cooperativismo apresenta certa divisão de interesses interiorizados no seu desenvolvimento, onde grosso modo, um lado sugere uma cooperativa dotada de características típicas da heterogestão e a exemplo dos dois primeiros apontamentos citados anteriormente, ocorre à prática da autogestão, resultado da vontade livre e consciente de seus membros, observação essa também compartilhada por Paul Singer quando aponta duas realidades distintas e contraditórias nas cooperativas.

Os dois conceitos distintos elaborados por Singer sobre o assunto mencionam um cooperativismo autêntico e outro capitalista, ou seja, a cooperativa autêntica, com característica socialista, igualitária, solidária e democrática e a cooperativa de visão essencialmente capitalista, alicerçadas pela ACI e OCB, a exemplos das agrícolas onde prevalece a exploração dos pequenos proprietários e trabalhadores assalariados por parte de grandes fazendeiros.

A socióloga Rosa Luxemburgo tratou do assunto, ao afirmar que as cooperativas, exaltadas pela socialdemocracia como uma possibilidade concreta de reformar o capitalismo no sentido de um horizonte socialista.

“São instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; em virtude da concorrência, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força de trabalho, quer dizer, o completo domínio de produção pelos interesses capitalistas” (LUXENBURGO, 1999, p. 208).

A proposta básica do cooperativismo autêntico busca através de uma releitura da ideologia cooperativista¹⁷, criada no século XIX, na Europa, a criação e a instalação de um modelo de organizacional de trabalhadores que atuem de maneira contrária a instituição capitalista, sendo que esta realidade teve ampla propagação após os anos 1990, uma ideologia que distingue totalmente da sua versão capitalista, ficando evidente um enorme abismo conceitual e prático que se coloca entre ambos.

Tal contexto foi brevemente analisado por Valença (2011) através de uma comparação no Quadro 06 sobre os dois tipos de cooperativismo.

¹⁷ Enquanto os antigos intelectuais defendiam o cooperativismo como uma doutrina social e econômica com características morais (Gide, 1937), os atuais o defendem como noção organizativa dentro do sistema capitalista (PINHO, 1982; BELOQUE, 2000).

Quadro 06: Comparação Conceitual do Cooperativismo.

	Cooperativismo Tradicional	Cooperativismo Popular
Valores	Crescimento Econômico / Autocrático	Desenvolvimento Integral e Harmônico
Percepção	Visão Fragmentada	Visão Holística

Fonte: Valença (2011) – Org.: DE OLIVEIRA (2013).

O cooperativismo autêntico focado no bem comum de todos os seus envolvidos é a base dos estudos e pesquisa de Paul Singer. Para Anjos (2008), a importância do autor para essa vertente é tão significativa que ocorre uma convergência ideológica do mesmo com Marx quando ambos apontam para a possibilidade de superação do antagonismo existente entre o “trabalho” e o “capital”, através da atuação da cooperativa operária, ou seja, a constituição de elementos do modo de produção socialista que se desenvolve a partir do modo de produção capitalista.

Nesta análise, Gaiger (2008) afirma que este modelo econômico quando bem estruturado e autogerido, elimina a produção da mais-valia, finalizando o trabalho excedente que era apropriado pelo capitalista, pois ocorre uma participação ativa por parte dos proprietários-trabalhadores visando, além dos interesses individuais, os interesses coletivos.

Neste mesmo caminho, Silva (1986) também partilha da ideia de uma sociedade de pessoas que trabalham no formato de cooperativas com interesses e objetivos semelhantes, vinculados para efetivar a busca e satisfação de seus desígnios.

Cooperação, também cooperativa ou sociedade cooperativa indica em geral qualquer forma de trabalho em conjunto, em contraste com concorrência ou oposição. Em economia e história social o termo é empregado (como o adjetivo cooperativo) para descrever qualquer forma de organização social ou econômica que tem por base o trabalho harmônico em conjunto, em oposição à concorrência. (SILVA, 1986, p.232).

Assim, como se pode notar em Verhagen (1984), Silva (1986) também apresenta uma visão de cooperativa bem próxima da autogestão. A heterogestão passa a ser estranha à cooperativa quando Silva fala em “trabalho harmônico em conjunto”.

Observando essa breve análise sobre a conceituação desses poucos autores entre os diversos que tratam do tema, nota-se que o assunto é extremamente abrangente e que abarca vários aspectos do meio social. Assim, dando continuidade nesta linha de raciocínio, Cançado (2004) discorre duas definições sobre o cooperativismo baseando-se no Dicionário do pensamento marxista e no Dicionário básico do cooperativismo, respectivamente:

[...] a cooperação, para Marx, é a negação do trabalho assalariado. O movimento cooperativo representa uma vitória preliminar da economia política da classe trabalhadora sobre a dos proprietários. A cooperação jamais poderia derrotar o monopolismo, a menos que se desenvolvesse em dimensões nacionais. (BOTTOMORE, 1983, p.20 apud CANÇADO, 2004).

[...] um movimento social, cuja sociedade é definida em função do fator trabalho (proporção de trabalho que cada sócio dedica à cooperativa), tem por objetivo realizar uma atividade econômica, que ofereça benefícios mútuos e onde o interesse das pessoas prevaleça sobre os interesses dos portadores de capital. (TECH, 2000, p.71 apud CANÇADO, 2004).

Estes embates acadêmicos sobre o funcionamento dos diferenciados tipos de cooperativismo são pertinentes pelo papel que essas experiências assumem na contemporaneidade, que assim como nos tempos de Rochdale também está marcada pelo signo da incerteza que o capital continua a disseminar no meio social. Assim, é importante a construção de uma consciência associativa que proporcionará um reflexo mais consistente por parte dos trabalhadores que infelizmente ainda se vêem cada vez mais cercados e imobilizados através da alienante força do capital.

4.4 A APREENSÃO DE UMA NOVA NOÇÃO DO COOPERATIVISMO

As diferentes concepções e metodologias acerca do funcionamento do cooperativismo evidenciam o alto grau de possibilidades de aplicação das suas técnicas nas mais variadas situações presentes no dia-a-dia da sociedade. Para Santos (2000), o movimento cooperativista, hoje, é considerado a terceira via para o desenvolvimento, situando-se entre os modelos capitalistas e socialistas, visto que ao longo dos anos ele tem servido de aliado para ambos os lados, conforme o seu comportamento era mais focava ora no social ora no econômico. Mas, ainda que aceito por ambos como parceiros eventuais, nunca foi admitido como um incondicional e permanente irmão de doutrina.

Entretanto, na prática essa noção doutrinária tem perdido sua força nos últimos anos e com a queda do socialismo e a liberalização comercial advinda da globalização praticamente inexistente alguma instituição que esteja coadunada integralmente com os preceitos de Rochdale, exceto algumas iniciativas de cooperativas populares que através da contribuição alguns pesquisadores do assunto têm-se retomado aos poucos ainda que em nível local alguns dos preceitos dos socialistas utópicos e cientificistas.

A própria cooperativa rochdaleana foi com os tempos perdendo sua identidade inicial e afastando-se de sua vertente autogestionária.

Em 1864, após intensas controvérsias, a maioria dos sócios de Rochdale resolveu abolir os últimos resquícios de participação operária em suas cooperativas de produção: aboliram o dividendo e o direito dos trabalhadores de participarem do capital da cooperativa, que de fato se transformou em empresa convencional, com a peculiaridade de ser possuída por cooperadores (SINGER, 2003, p. 120).

O autor evidencia esta questão da perda identitária que as cooperativas têm passado ultimamente não é algo novo, visto que essa situação representa uma realidade em todas as modalidades do movimento cooperativista do início do século XX, exceto alguns exemplos em determinadas cooperativas de produção que ainda aplicam muitos preceitos rochdalianos, como o Complexo de Mondragón, na Espanha e os *kibbutzs collective villages*¹⁸ em Israel. Iniciativas estas que ainda não se converteram em pseudo-cooperativas, que fazem da autogestão um mecanismo alegórico, digno de homenagens apenas em ocasiões solenes.

Para Valença (2011), as distorções sofridas pelo movimento cooperativista nas últimas décadas contribuíram para o ressurgimento da sua forma original (cooperativismo rochdaliano), visto que dado aos constantes esforços em crescer economicamente, fez com que o cooperativismo fosse aos poucos sendo engolido pelos mesmos motivos e razões que ele combatia nos primórdios. Assim, as cooperativas acataram progressivamente os costumes ditados pelo capitalismo, permitindo a reificação dos seus interesses (trabalhador), que se voltaria contra os próprios trabalhadores.

Seguindo este mesmo alinhamento teórico, Paul Singer também trabalha com esta noção dualista do cooperativismo quando cita a existência de dois tipos de cooperativas: as autênticas, as quais o autor chama de socialistas, solidárias, igualitárias e democráticas, onde a igualdade faz todo sentido; e as cooperativas que levam à frente uma visão essencialmente capitalista. As primeiras com a característica autogestionária e as demais que atuam de maneira patronal.

Assim, o que vem ocorrendo na realidade nos últimos anos, é para Paul Singer uma retomada conceitual de antigos postulados cooperativistas sobre o cooperativismo capitalista, ou seja, a construção de um “novo cooperativismo”, conhecido por Cooperativismo Popular, que na prática apresenta uma ação concreta e latente de expressão da Economia Solidária.

¹⁸ O movimento Kibbutz de Israel é o maior movimento comunitário do mundo, com uma população em 1996 de mais de 125.000 pessoas em 270 aldeias kibbutz, dirigidas como unidades autônomas com base nos princípios da propriedade em comum e de tomadas democráticas de decisões. Cerca de 40% da produção agrícola de Israel é procedente do movimento kibbutz, como também 7% da produção industrial, 9% das exportações industriais e 10% do turismo. A indústria representa hoje 70% da produção total do kibbutz, em 403 empresas que empregam 24.600 pessoas. As vendas anuais dos produtos industriais dos kibbutzs são superiores a 3 bilhões de dólares (OIT, 2001. 196 p.)

O surgimento desta nova noção no Brasil para Singer ocorreu de maneira similar com o cooperativismo moderno que surgiu em decorrência da revolução industrial, essa noção popular surge no Brasil em meados da década de 1990 focada nas classes e setores menos abastadas economicamente na sociedade em resposta ao modelo econômico então implantado (terceira revolução industrial) com a globalização e a tecnologia.

Vale frisar que a noção “cooperativismo popular¹⁹” não apresenta ainda uma definição formal e comum a todos os envolvidos no assunto. O assunto ainda não existe no *stricto sensu*, o que se conhece é o cooperativismo capitalista como uma das formas econômicas presente na economia de mercados, tanto no ponto de vista do Estado como da legislação.

Cançado (2004) comenta sobre o assunto e utiliza inclusive a Lei do Cooperativismo (5.764/71) para falar do assunto ao citar que não há menção a cooperativas populares na legislação, ou seja, legalmente existem apenas cooperativas.

A primeira vez que utilizamos a expressão ‘Cooperativismo Popular’ – que não é invenção nossa, muito pelo contrário, é senso comum – houve muito conflito dentro do próprio sistema cooperativista que a entendia como vontade nossa de criar um novo patamar ou um elemento estranho ao sistema. Viram muito mais como um fator divisor do que como uma via de integração. Utilizávamos sempre o exemplo de habitação popular.

Quando se classifica habitação e habitação popular, não se está desqualificando a habitação, e sim, dizendo que, do ponto de vista legal, em termos financeiros, de requisitos urbanísticos, ela tem de ser diferenciada para que possa vir a integrar parcela considerável da população. E, hoje, na legislação, o que é habitação popular tem, por exemplo, juros diferenciados no sistema de crédito (INCUBADORA TÉC. DE COOPERATIVAS POPULARES, 1998, p. 22).

Esse impasse conceitual do cooperativismo brasileiro contribuiu para o surgimento de duas lideranças distintas e com divergências ideológicas neste setor. Um campo representado pela OCB e outro por representantes das cooperativas que reivindicam seus interesses em desacordo com o alinhamento do sistema oficial. Os militantes deste último alinhamento ideológico do cooperativismo são representados, dentre outros, pela União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), União e Solidariedade das Cooperativas e Empresas de Economia Solidária do Brasil (Unisol), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de

¹⁹ O Cooperativismo Popular, um conceito a ser discutido nasceu da reunião de várias iniciativas populares, algumas desenvolvidas nas atividades assistenciais das Igrejas Católica e Protestante, outras a partir de trabalhos sociais desenvolvidas por Organizações não Governamentais, algumas no seio do movimento sindical, mas que, de forma alguma, representam uma ação ordenada dos trabalhadores frente ao Capitalismo ou possibilidade de constituição de um novo modo de produção, especialmente nos anos 80 e 90 do séc. XX.

ITCPs).

Este cooperativismo popular retomado e recriado principalmente após a Constituição de 1988 apresentou como característica singular em sua criação jurídica ao longo desses anos, sua não vinculação e filiação ao Sistema OCB. Eventos importantes marcam estes fatos, como, por exemplo, a criação, em 1989/90, do Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA); a criação, em 15 de maio de 1992, da CONCRAB²⁰; a realização do seminário “As Perspectivas do Cooperativismo do MST”, em dezembro de 1994, em Caçador/SC, que deu forma conceitual mais sólida para a CONCRAB.

Para Paul Singer, tal realidade significou uma quebra de barreiras para o desenvolvimento do cooperativismo popular no Brasil, pois o que ocorre então é uma espécie de publicação de uma ‘carta de alforria’ em relação ao sistema cooperativista convencional (empresarial), precisamente pelo fato de se ter aparecido uma confederação de cooperativas desvinculadas ao sistema OCB, tendo, portanto, sua própria forma organizacional.

A criação desta Confederação gerou um grande mal-estar para OCB que, sentindo-se desconsiderada, pressionou várias das juntas comerciais, em algumas Unidades da Federação, para que não aceitassem o registro de cooperativas que não viessem a se filiar às organizações das cooperativas dos estados (OCEs) específicas.

Estas entidades de representação oficial do movimento cooperativo nacional internacional direcionam constantemente algumas críticas ao cooperativismo popular, como ocorreu no Congresso Nacional Cooperativo organizado pelo Conacoop (Conselho Nacional de Cooperativas) de Costa Rica, realizado em 1981, declarou:

Que se deve superar a colocação rochdaleana romântica da cooperativa como instrumento de defesa dos mais débeis atores econômicos, posição que conduz a uma ação marginal e limitada [...] Que, em consequência, a cooperativa deve atuar em direção ao exterior, como qualquer outra empresa econômica, respeitando internamente os princípios cooperativistas segundo sua concepção atual (Pinho, 1982, p. 89).

Nas declarações do Primeiro Congresso Colombo-Venezuelano de Integração Cooperativa, ocorrido em 1978, também se faz presente outra afirmação contrária aos empreendimentos solidários:

Em todos os cursos de cooperativismo não se faz outra coisa senão exaltar o exemplo de Rochdale como algo digno de imitação. Mas não puderam dizer como terminou a experiência dos Pioneiros. Não acabaram eles exercendo exploração idêntica à das sociedades capitalistas e cartéis por volta de 1862? (Pinho, 1982, p. 90).

²⁰ Ver mais sobre o assunto em: <http://www.mst.org.br/setores/concrab/indice.html>.

No entanto, os empreendimentos da iniciativa solidária recebem cada vez mais adeptos de sua ideologia social, como o caso da iniciativa de apoio ao setor com a atuação da Igreja Católica através da Caritas, que desde meados da década de 90 com seu trabalho em suas regionais, tem apoiado as iniciativas de cooperativismo alternativo e das redes de produtores. A Igreja católica a cada ano lança um trabalho social mais direcional em conformidade com as realidades que se fazem presente nas comunidades.

Em 1999, através da Campanha da Fraternidade, focou-se na temática Fraternidade e os desempregados com o lema Sem Trabalho Por quê? Iniciativas deste cunho contribuíram para o surgimento de inúmeros empreendimentos cooperativos solidários em diversas comunidades do país. Esta situação fica bem exemplificada no município de Apucarana/PR, onde foi viabilizada e implementada a instalação oficial de uma Cooperativa de coletores de materiais recicláveis (COCAP).

A contribuição da academia para o assunto tem sua atuação prática mais real a partir de 1995, com a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o objetivo principal de servir como apoio para o repasse de informações tecnológicas referentes às questões de gestão e administração dessas cooperativas populares, entendendo o cooperativismo popular como uma ferramenta de transformação social, através das seguintes propostas:

Trabalho em grupo e não individualmente; fomentar a cooperação não somente dentro do grupo, mas focar também a sua ligação com seu entorno social; desenvolver uma forma de gestão e de retribuição do trabalho mais igualitária e democrática do que a vigente no mercado tradicional; e ter a educação e multiplicação do conhecimento como um de seus pilares no crescimento pessoal e profissional dos seus integrantes (COPPEUFRJ²¹, 2012).

A partir dessa experiência piloto da ITCP da UFRJ, foi criado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que teve o apoio decisivo, além do COEP, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Banco do Brasil, que foram os financiadores e co-financiadores deste Programa, em sua primeira fase.

Posteriormente, essas incubadoras se disseminaram por todo o Brasil e, em 1999, foi

²¹ Ver mais sobre o assunto em: <http://www.coppe.ufrj.br/>

criada a Rede de ITCPs que, em parceria com a Fundação Unitrabalho²², constituiu o Programa Rede de ITCPs e Economia Solidária. Este Programa proporcionou uma aproximação com outros projetos desenvolvidos por entidades nacionais que também já atuavam no apoio ao surgimento de cooperativas populares ou empreendimentos de economia solidária, como, por exemplo, a Caritas Brasileira e a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogeridas (ANTEAG) (dados da pesquisa).

Enfim, todas estas propostas de abordagem diferenciada do cooperativismo e que na realidade já havia sido desenvolvido no início da idade contemporânea, aparece no Brasil proveniente principalmente com o trabalho conjunto destas instituições apontadas anteriormente e da iniciativa popular e conjunta da própria comunidade. Tal realidade surge com mais ênfase somente após a segunda metade da década de 1980 como uma releitura destes princípios cooperativistas, formulados e desenvolvidos há mais de 150 anos, para serem trabalhados com setores considerados socialmente vulneráveis e desfavorecidos dentro da estrutura social dominante, que na realidade é o intento central das propostas do cooperativismo popular.

Também não diferente do cooperativismo capitalista essa nova noção é repleta de entendimentos conceituais, recebendo inclusive diversas nomenclaturas conforme o entendimento de cada autor. No entanto, neste caso quase sempre o foco central dos diversos conceitos esta voltado para o fomento do bem estar social de todos os envolvidos na atuação das suas organizações.

5.5 COOPERATIVISMO POPULAR

Essa nova noção apresentada por Singer equivale a um ramo distinto dentro da economia solidaria e que de certa forma, expressa a idéia de uma economia justa e solidária. Pois subtende-se que economia solidária se aplica em um conceito mais amplo, que engloba um conjunto de empreendimentos solidários, do qual as cooperativas populares são apenas uma parte. (SINGER, 2002 p. 123).

Através da iniciativa da ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ foi

²² A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), criada em 1996, assiste empreendimentos de trabalhadores através dos Núcleos/Incubadoras Locais distribuídos em 47 Universidades em todo o país. A Rede Unitrabalho como um todo, interliga atualmente 90 universidades e instituições de ensino superior, que se agrupam em sete regionais e seus respectivos Núcleos Locais multidisciplinares desenvolvendo estudos, pesquisas e extensão sobre o mundo do trabalho.

criado no Brasil no ano 2000 o Portal do Cooperativismo Popular (www.cooperativismo.popular.ufrj.br) com a intenção de propagar essa idéia no meio social. O entendimento do cooperativismo popular no portal é que ele se apresenta como uma “releitura da ideologia cooperativista, criada no século XIX, na Europa, em defesa de um modelo de produção e de sociedade que se contrapõe a exploração do modelo capitalista”. O portal tem como objetivo:

Garantir acessibilidade a um banco de dados e informações sobre o cooperativismo popular - como legalizar um empreendimento cooperativo, qual a legislação tributária existente, oportunidades de participação em feiras e eventos nacionais etc. Buscou-se, assim, construir uma ferramenta - em software de código aberto - direcionada a esses empreendimentos que pode ser acessada de qualquer parte do país ou do mundo. (www.cooperativismopopular.ufrj.br, 2012).

A característica central das cooperativas populares é a democracia de gestão, que viabiliza a efetiva participação das pessoas que devem reconhecer-se enquanto indivíduos capazes de conhecer e exercer seus direitos. Direitos esses que através da autogestão cooperativista possibilita aos cooperados do empreendimento solidário (cooperativa) melhores oportunidades de trabalho e um melhor nível de renda, viabilizando condições mais favoráveis de inserção no mercado, fortalecendo a cidadania, a dignidade e a autoestima dos mesmos.

Este assunto já tem o seu reconhecimento na academia. Para o portal na UFRJ, o cooperativismo popular é caracterizado fundamentalmente pela situação de “exclusão vivenciada por seus cooperados, assim como a predominância de um modelo de gestão democrático e participativo, mais voltados para o bem comum do que para o lucro”.

Esta realidade ideológica faz parte dos estudos e pesquisas contemporâneas a respeito da ampliação do conceito de cooperativismo, com o aparecimento de um novo conceito, o de cooperativismo popular e que também apresenta uma noção conceitual muito abrangente. Maciel (2001) entende como:

Empresa cooperativa (ou associação similar com outra denominação, quando relevante), pessoa jurídica, produzindo bens e/ou serviços, que visa primordialmente a incluir no espaço da atividade econômica parcelas da população até então excluídas (por desemprego estrutural, por carência de instrução e qualificação ou por falta de oportunidades econômicas resultante de subdesenvolvimento econômico local ou de reestruturação do Estado e do mercado), com sustentabilidade econômica de longo prazo, conforme os princípios de autogestão, participação e autonomia (MACIEL, p. 75, 2001).

Para Avelar et al (2010), é caracterizado como:

“Um movimento formado por pessoas pertencentes a setores economicamente excluídos. O cooperativismo popular possui o objetivo de mobilidade e transformação social, onde os indivíduos encontram na cooperativa uma oportunidade de se organizarem, de terem acesso ao trabalho e de conquistarem direitos básicos de cidadania” (www.cooperativismopopular.ufrj.br).

De acordo com Cançado (2004), após a síntese das características desses empreendimentos definiu-os como: “organizações autogestionárias de grupos populares, onde a propriedade dos meios de produção é coletiva, integrando três dimensões: econômica, social e política”.

A definição acadêmica para o assunto está disposta no portal das Cooperativas Populares do Rio de Janeiro (UFRJ) e preceitua-as como:

Organizações de ajuda mútua formadas por trabalhadores economicamente marginalizados, desempregados ou subempregados, os quais, visando à geração de trabalho e renda, se associam voluntariamente e contribuem igualmente para a composição do capital necessário a formação da sociedade cooperativa, sendo à força de trabalho o principal capital de que dispõem. Além de ser uma forma de produzir atraente e solidária, por permitir aos trabalhadores associados gerarem renda e reinvestirem parte dela em benefício do grupo, o trabalho em cooperativas populares possui também um caráter transformador. As interações entre as pessoas possuem maior relevância e os critérios de valor igualitários, democráticos e "humanos" são privilegiados em relação aos critérios de racionalidade (produtividade, lucro, crescimento...) da economia capitalista. (Portal do Cooperativismo Popular, 2012).

Em todos estes casos conceituais, os autores deixam claro que ocorre realmente o princípio da cooperação, com uma constante busca de transformação da realidade no combate a pobreza através do trabalho conjunto de seus integrantes (cooperados), onde as barreiras burocráticas e de poder de capital são superadas com essa união de forças das cooperativas populares.

Um das primeiras metodologias de incubação voltadas para a população de baixa renda, com o intento de fomentar o funcionamento de um empreendimento em formato de cooperativa popular foi implementada em 1995 pela ITCP COPPE UFRJ (Metodologia Incubcoope²³), através da busca de um equilíbrio entre o crescimento de uma cooperativa como empreendimento econômico, utilizando, para tanto, os conhecimentos já acumulados por instituições voltadas para incubação de empresas e empreendedorismo existentes no país, a exemplo da Incubadora de Empresas da COPPE UFRJ, e a emancipação política e social

²³Para mais informações sobre o surgimento e desenvolvimento da Metodologia Incubcoopever: Guimarães (1998) e Guimarães & Salomão (2006).

dos cooperados, introduzindo métodos da educação e mobilização popular para o trabalho com grupos social e economicamente excluídos (Guimarães, 1998; Guimarães & Salomão, 2006).

A caracterização acadêmica das cooperativas populares proposta pelo portal do cooperativismo popular da UFRJ foi criada em 1999, visando dar uma identidade ao movimento. Através da elaboração de um documento onde foram expostos os principais valores e diretrizes sobre o cooperativismo popular no Rio de Janeiro, ficou caracterizado como modelo e vem sendo usado na orientação de muitos grupos interessados no assunto e contribuindo para a promoção do Cooperativismo Popular em todo o Brasil.

Este trabalho tem sido ao longo dos anos replicados e usado como modelo pela UFRJ e outras Universidades do país afora. Após ser adquirido este estágio percebe-se que os agentes (cooperados) envolvidos neste processo passam a agir de maneira mais ativa no setor, visto que o Cooperativismo Popular atua como um instrumento eficaz na organização social e produtiva das comunidades empobrecidas e direcionam seus atores para galgarem alternativas de sobrevivência e de emancipação econômica e social.

Compactuando desta mesma vertente, a ITCP USP aponta a economia solidária (que usa o cooperativismo popular como expressão) como um projeto de transformação social embasado basicamente na autogestão e que busca uma revolução nos seus métodos de trabalho (produção) e na readequação de suas práticas pedagógicas.

O foco central é aliar o crescimento profissional e pessoal de cada integrante do grupo solidário em conformidade com o todo (instituição). Desta forma, percebe-se que o desenvolvimento econômico e social das cooperativas populares atua na promoção de melhores condições de vidas para os envolvidos neste processo.

Esta realidade possibilita uma redistribuição justa do resultado do trabalho, visto que apesar de o capital ser o vilão social da economia atual, ele se subordina ao trabalho. Assim, a renda será distribuída conforme o trabalho efetuado pelos cooperados, que definirão conforme cada realidade local a maneira mais adequada e justa de divisão das sobras oriundas das atividades de seus respectivos empreendimentos.

A seguir no Quadro 07 estão elencados os itens apontados pelo portal do cooperativismo popular (UFRJ) e que é usado como o padrão na caracterização destes empreendimentos em todo o país.

Quadro 07 - Principais Características da Cooperativa Popular

Cooperativas Populares	
Origem	Geralmente são formadas por iniciativa de profissionais de um mesmo ramo que estejam desempregados ou vivenciando situações de marginalidade econômica.
Constituição do capital	A força de trabalho é, senão o único, o principal capital que os associados dispõem no processo de criação de uma cooperativa popular; A cota parte estabelecida é igual para todos os associados e é recolhida só depois da primeira remuneração recebida. As cotas partes são estabelecidas em função dos custos necessários para legalização da cooperativa.
Gestão democrática	A diretoria de uma cooperativa popular é eleita entre os associados, com renovação garantida de pelo menos 2/3 da direção a cada eleição. As decisões são tomadas em assembleia e registradas em ata. Há conselho fiscal e conselho de ética atuantes.
Distribuição de renda	A remuneração dos trabalhadores da cooperativa é proporcional ao trabalho realizado e não pode exceder a três vezes o valor da menor remuneração dos cooperados exceto quando a base salarial da categoria a ser remunerada for superior. A remuneração de todos os cooperados, inclusive diretores, é aprovada em assembleia geral, com divisão equitativa das sobras.
Divisão de tarefas	Todo trabalho é desenvolvido pelo associado, não havendo terceirização das atividades.
Princípios autogestionários.	A criação e fiscalização dos instrumentos voltados para o desenvolvimento autogestionário da cooperativa, tais como: estatuto, regimento, fundos, atas, são de fundamental importância.
Quadro de associados	Cabe aos associados conhecer os instrumentos de gestão democrática da cooperativa, participar das assembleias e fazer cursos de capacitação profissional.
Continuidade da cooperativa popular	Toda cooperativa popular deve possuir fundos de investimento que proporcione seu crescimento como empresa, assim como um fundo social que propicie a seguridade, descanso remunerado, gratificação natalina, entre outros benefícios propostos pelos associados.
Responsabilidade social	As cooperativas populares devem procurar contribuir nas ações de melhoria de sua comunidade e priorizar o ingresso de pessoas da comunidade na cooperativa. Um percentual mínimo de 1% das sobras deve ser destinado ao fundo intercooperativo.

Fonte: http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/coop_pop_sab.php.

No entanto, dada às características singulares que estas iniciativas possuem, é notório

um alto grau de dificuldade de trabalhar com a temática, pois são envolvidas inúmeras situações de grande complexidade de percepção e entendimentos por parte de todos os envolvidos nestes projetos. Considerando que algumas destas envergaduras abarcam diversos aspectos sociais (economia, política, renda, educação, meio ambiente entre outros), o que inibe o interesse de qualquer iniciativa privada e da maioria dos setores públicos em retratar o assunto.

Este setor apresenta como principais protagonistas (público alvo) geralmente alguns trabalhadores pouco qualificados, com baixa ou nenhuma capacidade técnica (educação) e descapitalizada, que através da iniciativa popular e conjunta devem orientar-se pelos princípios autogestionários, democráticos e participativos do cooperativismo popular.

Maciel (2001) verificou que os estudos, projetos, programas e outras iniciativas do setor público e privado de fomento e regularização da “economia informal” apresentaram algumas particularidades para estes empreendimentos solidários em conformidade com as diferentes realidades locais, regionais, nacional e internacional e também as rugosidades apresentadas durante as fases de implantação dos mesmos.

O quadro a seguir é uma tentativa preliminar de sintetizar a variedade encontrada no panorama mundial e nacional, sem pretender, em absoluto, ser definitivo ou exaustivo.

Quadro 08: Tipologia das Cooperativas Populares

Origem	Impulso	Atores/instituições	Resultados
Espontânea	Economia em crise	Trabalhadores desempregados, assistidos ou não.	Sustentabilidade variável, Espontânea expansão variável.
	Economia em expansão	Indivíduos empreendedores	Sustentáveis a longo prazo, com expansão
Induzida	Assistencialista	Agências internacionais.	Sustentabilidade limitada e eficiência e sem expansão.
	Desenvolvimentista	Governos nacionais e/ou municípios.	Sustentabilidade e expansão variável (conforme políticas nacionais)
	Trabalhista	ONGs ou sindicatos	Sustentabilidade variável, sem expansão.

Fonte: Adaptado de MACIEL (2001).

Percebe-se assim, que na prática esses empreendimentos solidários além de possuírem inúmeras dificuldades organizacionais interna e externamente, sua situação é ainda mais prejudicada através do isolamento comercial e do não reconhecimento que recebe do

mercado (represaria comercial). Exemplo esse nítido no setor cooperativista, onde seus principais órgãos de representação (OCB, OCE's e Sescoop) são claramente desinteressados em fomentar o desenvolvimento destas iniciativas de cooperativas populares.

No entanto, este quadro vem mudando para melhor nos últimos anos, graças às pesquisas e estudos de alguns autores do tema, culminando na aplicação e conquistas de algumas ferramentas legislativas destinadas ao assunto, como a criação da SENAES em 2003, que vem atuando como uma importante aliada para os empreendimentos solidários nos últimos anos, proporcionando sua divulgação e desenvolvimento em inúmeros setores sociais.

Pautadas sempre pela solidariedade, cooperação e autogestão as cooperativas populares, que na maioria são do ramo de trabalho, surgem como importantes campos para o desenvolvimento de relações justas de trabalho. Rech (2000) aponta estes empreendimentos como dotados de um suporte político-ideológico afinado com a superação da subordinação do trabalho ao contrato. Um processo organizado na iniciativa produtivo-gerencial autônoma dos mesmos e com uma pró-atividade para encontrar e construir meios alternativos para suas necessidades.

Fica evidente que a ideia central do cooperativismo popular durante sua trajetória de estudos e aplicação volta-se inicialmente para o resgate da dimensão humana (inclusão social) dos trabalhadores e conquista da sua cidadania, por meio da sua organização (trabalho coletivo). Essa situação partilha da afirmação de PINHO, 2000, p. 68;

Para enfrentar os desafios de mudanças sem precedentes, o Cooperativismo precisa se fortalecer como um corpo sistêmico coeso, mas sem abdicar da defesa de seus valores de autenticidade (ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade), nem de seus valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os semelhantes (PINHO, 2000, p. 68).

Com base nos problemas e obstáculos apontados para o pleno funcionamento da solidariedade na cooperativa popular, fica evidente a importância que a academia e a iniciativa pública (política) e privada tem para o assunto, haja vista, que neste processo de apreensão conceitual da nova ideologia os integrantes (cooperados) do empreendimento solidário necessitam de uma (re) educação social para agir integralmente dentro dos ideais do cooperativismo popular.

Vivenciado diuturnamente com práticas e costumes capitalistas, com seus diversos vícios ideológicos embasados em perspectivas individualizadas são algumas das vagas noções que o recém-cooperado das cooperativas possuem sobre a economia de mercados. Assim, é necessário um árduo trabalho de apreensão conceitual dos princípios cooperativos solidários

no intuito de criar um integrante com uma visão crítica e realista dos aspectos sociais e econômicos em que está inserido.

Neste sentido, o cooperativismo popular proporciona este momento de interação ideológica e prático entre os cooperados, no intuito de construir uma identidade na organização. A partir desta compreensão, o cooperado deixa de ser acessório (operário) do capitalismo e assume a função de protagonista do seu trabalho, com uma ação autônoma, usando sua criatividade, conhecimentos e habilidade em prol do desenvolvimento da cooperativa e do seu crescimento pessoal e profissional.

Gaiger (1994) discorre sobre o assunto, ao citar a característica submissa e subordinada que o empregado deixa para trás em prol da independência profissional assumida quando passa a integrar uma cooperativa popular:

Quando se passa da condição de empregado ou de produtor subordinado para a condição de trabalhadores independentes associados que precisam controlar os fatores produtivos, o entendimento deve ser outro. Nenhuma iniciativa econômica, seja em forma autogestionária ou no modelo empresarial tradicional, consegue sobreviver sem planejar e organizar as suas atividades racionalmente, isto é, tornando-se eficazes em vista do incremento progressivo do capital já acumulado. Daí ser importante entender as leis do mercado, as normas de gerenciamento e administração, as estratégias de marketing, não para explorar os outros, mas porque toda a economia moderna funciona segundo o sistema de previsão, de medidas que se antecipam às circunstâncias futuras e procuram moldá-las desde já segundo os interesses em questão. Não basta para isso aprender certas técnicas. É preciso superar a concepção da vida como uma constante adaptação às circunstâncias e entender a atividade humana como uma força que cria as situações e estabelece o ritmo das transformações (GAIGER, 1994, p. 40).

Maia (2006) vê no cooperativismo popular um caminho para grande parcela de pessoas excluídas do meio social se inserirem novamente nele através da organização popular solidária. Nesta nova instituição (cooperativa popular), várias “portas” se abrem para seus envolvidos (cooperados), como a possibilidade de melhores condições de renda, fomento educacional, troca de experiências profissionais e pessoais no grupo entre outras variáveis que integram novamente o trabalhador na sociedade.

Com base em pesquisas feitas em seus trabalhos, a seguir estão apontados os principais elementos constituintes das cooperativas populares.

- Autogestão (consciência coletiva)
- Efetiva participação das pessoas
- Tratamento diferente (papel social/cooperativa)

- Oportunidade de trabalho (trabalhador)
- Melhor nível de renda (trabalhador)
- Inserção no mercado (profissionalização)
- Fortalecimento da cidadania
- Dignidade e a autoestima (trabalhador)
- Mudança e correção de comportamentos
- Estímulo ao ensino-aprendizagem

Com o foco estritamente no crescimento pessoal e profissional do cooperado, as cooperativas populares se apresentam como uma alternativa de inclusão social dos trabalhadores a margem do mercado de trabalho nos últimos anos. Baseado nas singularidades intrínsecas deste setor elencadas por Maia (2006), fica evidente que o que ocorre nestes empreendimentos solidários é uma literal libertação do trabalhador para expressar suas idéias e objeções no seu negócio (cooperativa popular). Todas as situações levadas em debates pelos cooperados serão por eles mesmos avaliados para a posterior decisão sobre o assunto, num sistema em que a cooperativa popular tem desde a sua formação, o desenvolvimento, gerenciamento e participação em uma ação ativa e efetiva por seus protagonistas (cooperados) democraticamente.

O cooperativismo popular atua na verdade como um instrumento eficaz na organização social e produtiva de comunidades empobrecidas e fundamentando alternativas viáveis de sobrevivência e emancipação econômico-social dos trabalhadores sem renda ou de baixa remuneração, por desvincular-se de intermediários e apropriar-se de maior parcela de valor gerado pelo seu próprio trabalho. Nesta realidade o intento é o de promover e mobilizar a iniciativa popular e conjunta com a construção de uma liderança democrática e homogênea e com o foco na transformação da realidade social excludente.

Desta forma, as iniciativas de cooperativas populares contrapondo as empresas capitalistas são neste momento uma das maneiras mais viáveis e práticas para o enfretamento da crise do trabalho contemporâneo. Neste sentido, dado a sua característica integradora de valorização do capital social²⁴, vislumbra-se novas relações dessas cooperativas com o Estado, com o mercado e com o restante da sociedade civil, considerando que elas ajudam a reforçar a importância da economia solidária e possibilita o avanço do exercício da democracia e das práticas de confiança e ajuda mútua.

²⁴ Capital social refere-se a um complexo de instituições, costumes, valores e relações de confiança que conduz à cooperação entre atores sociais. (OCDE).

No entanto, é praticamente inviável neste momento realizar um real esgotamento teórico sobre o cooperativismo popular e suas principais características. Assim, para facilitar o seu entendimento e sua organização pode-se fazer das noções apontadas por Cançado (2004), que dimensionou um diferencial entre as cooperativas capitalistas e cooperativas populares a partir da concepção de autogestão e a dimensão política, onde ocorre a iniciativa popular e a vontade efetiva e democrática do grupo (cooperados).

Este entendimento é partilhado por Singer, que define essa realidade como uma revolução política, um movimento sem a presença dos conflitos de ideais idealizados por alguns pensadores do passado. Esse processo está se constituindo através de uma longa transformação cultural, onde o proletariado atua como protagonista em formas de debates conceituais e de estratégias empreendedoras, ofuscando a noção de revolução social, que se refere ao processo multissecular de passagem de uma formação social para outra.

4.6 A AUTOGESTÃO COMO EXPRESSÃO DO COOPERATIVISMO POPULAR

Em sua publicação “Autogestão e o Novo Cooperativismo” a SENAES (2004) deixou evidente que a autogestão é o principal elemento na caracterização dos empreendimentos econômicos solidários, um modelo organizacional em que os trabalhadores são os donos das ferramentas equipamentos de produção e sem a presença da figura do “patrão”, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores.

O campo ideológico da “autogestão” envolve infinitas vertentes (entendimentos) onde sempre na maioria das vezes os seus interessados ou envolvidos interpretam o conceito em proveito do próprio interesse ou em detrimento de um grupo em específico, esquecendo a luta maior desta noção que é a busca pela integral aplicação do conceito, garantindo que as organizações sejam administradas pelos elementos que realmente trabalham na instituição.

Entretanto, a autogestão apresenta uma essência ideológica consistente e que quando corretamente aplicada contribui para todo o grupo envolvido neste processo, abarcando diversas situações das suas interações sociais.

Nesse sentido, a sociedade autogestionária é uma sociedade de experimentação social, que se institui e se constrói por si mesma. A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. É um movimento, produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social. (SENAES, 2004, p. 07).

No Brasil existe na atualidade uma fundação que é responsável pelo fomento e propagação da autogestão nos empreendimentos solidários, a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão – ANTEAG -, uma iniciativa que assim como todas as grandes conquistas do setor no país tem suas origens junto à conjuntura política e econômica do Brasil do início da década de 90.

Apesar de o setor cooperativista ter um órgão de representação (SESCOOP) que tem como intuito o fomento e propagação da ideologia cooperativista, esta realidade não ocorre de maneira democrática e focada nas cooperativas solidárias. Assim, com a ação conjunta entre as ITCP's, SENAES, Caritas, ONG's, Iniciativa Popular-Comunitária, Governo Local e também a ANTEAG assumem essa função, haja vista, que as práticas e intervenções que o sistema cooperativista brasileiro (tradicional) realizam no país, na atualidade são estruturadas em bases capitalistas e com interesses quase sempre em proveito de determinados grupos seletos.

Para a ANTEAG (2012), a Autogestão é:

É uma forma de organização coletiva cujo elemento essencial é a democracia. Ela se realiza na comunidade, escola, empresa, etc. Podemos dizer que a autogestão é a radicalização da democracia, no sentido de envolver a participação integral dos membros do grupo, acesso total às informações, conhecimento dos processos e, sobretudo, autonomia e autodeterminação. (ANTEAG, 2012).

Segundo Gutierrez (1998), a autogestão é uma prática tão complexa e abrangente que não se limita apenas nas organizações solidárias isoladas, ou seja, ela pode ocorrer também em comunidades, grupos distintos, grupos empresariais, confederações de cooperativas e até em países inteiros como ocorreu na década de 1950 na Iugoslávia de Tito, e de maneira indireta contribui para o sucesso político-econômico-cultural de duas das maiores potências mundiais na atualidade (EUA e Japão), o primeiro a partir da autossuficiência das 13 colônias primórdias e o segundo com sua organização própria e isolada nos rincões do continente asiático, sendo que ambos foram deixados de lado pelo mundo europeu, um ingrediente essencial para auto-organização, consolidação e soerguimento destes países.

Segundo Souza (2003), a autogestão, sob a perspectiva da economia solidária, é um processo educativo, transformador de mentalidades, que resgata outros ganhos além do econômico em si, como autoestima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além da noção crescente de autonomia e dos direitos cidadãos. É modelo que busca prover a todos sem explorar o trabalho de seus membros, necessitando, para tanto,

da participação e do envolvimento de todos nas decisões necessárias ao empreendimento e dividindo os resultados desse trabalho de forma justa entre seus sócios (ANTEAG, 2005).

Enfim, autogestão não exprime um conceito isolado e pré-fixado, pois assim como a noção que se tem de economia solidária ele também se adéqua com as realidades propostas, considerando que as idéias propostas e ações tomadas sejam decididas em um formato democrático.

A análise e debate desta temática devem deixar de ser partilhado apenas no meio acadêmico, político ou dentro das instituições autogestionárias, pois esta noção é uma importante ferramenta e faz-se necessário sua incidência nos grupos familiares, escolares, de confraternização, profissionais e pessoais, contribuindo para a construção de uma sociedade contemporânea moderna e complexa baseada nestas instituições comunais, cooperativas e coletivas, com a plena prática democrática do debate livre.

De maneira geral, como já foi bem sistematizado por Proudhon com a crítica as infinitas complexidades e particularidades dos sistemas burocráticos, a autogestão tem como intento central nos empreendimentos econômicos solidários propiciar uma participação direta e ativa do trabalhador, priorizando a sua ação como protagonista do processo, tanto enquanto indivíduo, quanto como associado em grupos de interesse comum.

5 A INSTITUIÇÃO COCAP

5.1 A ATUAÇÃO DA COCAP

As mazelas sociais oriundas do desenvolvimento capitalista e a urgência de ações inicializadas ora por pessoas da sociedade engajadas em causas sociais, ora pelo próprio poder público na implantação de programas e projetos enfocados na inclusão social de pessoas à margem dos padrões sociais do mercado de trabalho, influenciaram o soerguimento de um cooperativismo latente e real, focado no “ser” ao invés do “ter”, através de uma busca da reconstrução identitária do cidadão como integrantes das cadeias sociais antrópicas.

Essa realidade ocorre com cooperativas populares que atuam no trabalho da coleta e reciclagem. Primeiro porque, para o setor, crise é sinônimo de oportunidade, com a recessão levando ao aumento do grupo dos catadores, engrossado por novos desempregados e por pessoas que buscam complementação de renda; segundo, porque o surgimento de experiências de geração de trabalho e renda que reúnem catadores revela-se um aspecto positivo e que através da sua organização possibilita que a realização de um trabalho de agregação de valor financeiro aos materiais coletados.

Organizados em cooperativas, os catadores foram reconhecidos pela nova lei brasileira como agentes da gestão do lixo. Isso significa que sua participação, tanto na coleta seletiva nas residências e empresas como na separação dos resíduos para reciclagem, deve ser priorizada pelos municípios. Dentro de um modelo adequado à realidade social e econômica do País, os catadores assumem papel protagonista, como parceiros do governo, empresas e população para uma nova maneira de lidar com os resíduos urbanos.

Estas cooperativas constituídas por coletores e separadores de materiais recicláveis que possuem iniciativas de cunho econômico solidário, estão integradas juntamente com outras instituições e empreendimentos que comportam as características da economia solidária.

O presente estudo volta-se para uma breve análise organizacional e operacional sobre um empreendimento solidário, tendo como objeto de estudo a COCAP (Cooperativa Mista de Trabalho e Produção dos Catadores e Separadores de Materiais Recicláveis de Apucarana-PR), que teve início em suas atividades no ano de 1999 com uma iniciativa da igreja católica

local, em menção ao tema da campanha da fraternidade²⁵ daquele ano: “Sem Trabalho... Por quê?”.

A análise da COCAP volta-se para a sua observação como característica estrutural, ideológica e operacional com o intento de verificar sua percepção ideológica sobre as práticas da economia solidária, tendo como modelo e esboço as cooperativas populares, ou seja, a comparação das atividades exercidas pela COCAP (Foto 01) frente às genuínas ideias da economia solidária que já foram explicitadas anteriormente.



Foto 01: Sede da COCAP (foto da fachada)
Fonte: Do Autor 12 ago. 2011.

A fundação da COCAP sempre esteve relacionada com a questão da inclusão social, considerando as graves situações socioeconômicas que a localidade passava desde o surgimento da cooperativa, onde o intento era o fomento social do seu quadro de cooperativados, visando um trabalho transparente e sem tantas burocracias como ocorre nos meios empresariais tradicionais.

Conforme informações de Oliveira²⁶, “a cooperativa era composta no início por apenas 24 cooperados e possuía pouca infraestrutura. Em meados de 2008 já eram mais de 60 cooperados, com cerca de 40 “carrinhos” coletores pela cidade, sendo 22 pessoas

²⁵ A Campanha da Fraternidade é uma iniciativa realizada anualmente pela Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, sempre no período da Quaresma. Seu objetivo é despertar a solidariedade dos seus fiéis e da sociedade em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira, buscando caminhos de solução. A cada ano é escolhido um tema, que define a realidade concreta a ser transformada, e um lema, que explicita em que direção se busca a transformação. A campanha é coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

²⁶ Entrevista concedida pelo Sr. Itamar Gomes de Oliveira - Gestor da COCAP, em 25/03/12, Apucarana, Paraná.

responsáveis pela separação dos resíduos na esteira, oito trabalhando no caminhão para coleta em maior quantidade e mais duas cozinheiras, um balanceiro e uma secretária, realizando desta maneira um trabalho de inclusão social e atuando de uma maneira direta em prol do meio ambiente".

Oliveira afirma que *“o trabalho social aplicado pela COCAP é de muita utilidade para a cidade de Apucarana-PR, considerando que além de empregar inúmeros trabalhadores e retirar diariamente de circulação grande quantidade de resíduos do meio ambiente, a cooperativa possui uma ação de solidariedade com seus integrantes através de alguns acordos firmados com outros órgãos alheios a cooperativa”*.

O início das atividades da COCAP em 1999 ocorreu nas proximidades do Complexo Esportivo José Antônio Basso (Lagoão) e posteriormente no segundo semestre de 2001 transferiu-se para o atual endereço, passando a ocupar o local em que funcionava a antiga Cooperativa Agrícola Norte do Paraná (Canorpa) que havia entrado em liquidação.

Oliveira que atua na COCAP desde meados do ano 2004 conhece bem as particularidades da cooperativa e passou diversos momentos de dificuldade na instituição, segundo ele, *“o segredo é agregar valor ao produto, se não fizer isso, você vai ter um monte de gente excluída, limpando a rua, e que nunca vai passar disso”*.

No ano de 2007 ocorreu um sinistro na cooperativa. Oliveira cita que *“a cooperativa passava por um ótimo momento de trabalho e um incêndio atrapalhou drasticamente aquela realidade”*. No entanto, a cooperativa se recuperou graças à união dos seus cooperados e o apoio local, conseguindo-se manter no mercado e empregando muitas pessoas do município conforme pode ser visualizado em reportagem da época:

A situação dos cerca de 70 cooperados da Cocap – Cooperativa dos Catadores de Papéis e Materiais Recicláveis de Apucarana tornou-se crítica após o incêndio que atingiu o galpão de 3,7 mil metros quadrados na Rua Travessa das Palmeiras durante a noite do último sábado. O prejuízo calculado em R\$120 mil inclui os danos à estrutura física do prédio, a perda do material depositado e de equipamentos.

“Tivemos de começar do zero”, lembrou o gerente de produção Itamar Gomes de Oliveira. Hoje, somente cerca de 200 metros podem ser usados. Para dar conta do trabalho, a cooperativa teve de alugar um espaço de 750 metros quadrados. Entre os prejuízos do incêndio, os recicladores contabilizam um caminhão e 35 carrinhos usados na coleta e uma esteira de 17 metros na qual 25 pessoas trabalhavam na triagem do material. “Tivemos um prejuízo de quase R\$ 1,5 milhão. Tínhamos um patrimônio de R\$ 2,5 milhões. Se não fosse o incêndio, hoje os recicladores poderiam estar faturando R\$ 600 mensais. Já chegamos a R\$ 550”, disse Oliveira. “Depois do incêndio, ficamos 42 dias sem receber nada.”

Cada cooperado recebe cerca de um salário mínimo. A renda vem do que é coletado pelos carrinheiros da Cocap, bem como do material recolhido

através do programa Sacola Verde, desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo. Sem fundos próprios para reparar os danos, investir e dar continuidade ao trabalho, foi organizada uma campanha de sensibilização em favor da Cocap. Para tanto, uma reunião está marcada para amanhã (terça-feira), às 17h45, no Salão Nobre da Prefeitura. Clubes de serviço, gerentes de banco e instituições, bem como toda a sociedade estão convidados. Fonte: Superintendência de Comunicação Social de Apucarana (2007).

Assim, com o apoio de determinados órgãos públicos e privados a cooperativa conseguiu se reestruturar e no ano de 2009 após vários estudos, foi disponibilizado uma verba de mais 800 mil reais a fundos perdidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme pode ser vista em reportagem de 30 de dezembro de 2008, intitulada de “Apucarana: BNDES vai liberar R\$ 882 mil à Cocap”;

A Cooperativa dos Catadores de Apucarana (Cocap) irá receber a fundo perdido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um total de R\$ 882.678,00. Os recursos serão liberados de maneira parcelada, durante o ano de 2009 e são destinados à aquisição de equipamentos, máquinas e um veículo para a cooperativa. Estamos muito contentes com a notícia da contemplação da Cocap, nas verbas sociais do BNDES, comentou ontem Tânia Kowalski, que é uma das coordenadoras voluntárias da cooperativa. Ela fez questão de esclarecer, que a Cocap precisa continuar contando com o apoio das empresas e de toda a sociedade apucaranesa. Esses recursos irão viabilizar a compra de um caminhão, uma empilhadeira, ampliação da esteira de seleção de materiais recicláveis e outros equipamentos, além da reforma da cobertura do barracão da cooperativa, informa Tânia. Segundo a voluntária, o dinheiro também vai ser empregado na construção de uma sala de aula, com toda a mobília, televisão e computadores, visando atender os próprios cooperados. O projeto para obter recursos do BNDES foi deflagrado no início de 2007. A Cocap cumpriu uma série de exigências da instituição e foi vistoriada in loco por técnicos do BNDES, lembra Tânia Kowalski. Segundo os diretores da Cocap os recursos serão controlados pelo próprio BNDES. Atualmente, a cooperativa é composta por 80 famílias que sobrevivem dos recursos obtidos através da venda dos materiais recicláveis coletados na cidade. Há alguns meses, a Cocap também sofre com os reflexos da crise internacional, que também fizeram baixar significativamente o preço de alguns materiais. Fonte. TV ONLINE, Apucarana. (2012).

Antes mesmo de o dinheiro ser liberado um novo sinistro (outro incêndio) ocorreu na COCAP em 2009, sendo que desta vez este fato (Foto 02) ocorrido provavelmente tenha sido criminoso de acordo com informações do Presidente da COCAP o Sr. Marcos Paulo de Oliveira Alves. “Nesta época tudo foi consumido pelo fogo. Não sobrou praticamente nada na cooperativa, sendo este um dos problemas atuais de acesso a dados passados sobre os cooperados pioneiros e as transações comerciais praticadas pela instituição em períodos anteriores”.

Após exatos dois anos, o barracão da Cooperativa dos Catadores de Papéis e Materiais Recicláveis de Apucarana (Cocap) sofre seu segundo incêndio no município. Desta vez, o acidente ocorreu por volta das 18h10, deste domingo (15). Cerca de 150 toneladas de materiais reciclados foram destruídos pelo fogo. Além disso, dois caminhões da coleta seletiva de lixo, prensas de papel, materiais de escritório, empilhadeiras e demais ferramentas de trabalho também não resistiram ao incêndio. A expectativa é de que o prejuízo da cooperativa seja de aproximadamente R\$ 1,5 milhão. De acordo com informações do coordenador da Cocap, Itamar Gomes de Oliveira, os cooperados trabalharam no local até as 16h. Segundo Itamar, ele também se ausentou do local minutos antes do início do incêndio, às 17h30. Tudo estava desligado, sem oferecer riscos. Há suspeitas de que o incêndio tenha sido criminoso. Fonte. TV ONLINE, Apucarana. (2012).

Com este incêndio todo um processo de reestruturação e mobilização social foi destinado a COCAP, o poder municipal fomentou a subsistência básica destas famílias por um determinado período, foi liberada a verba do BNDES além do apoio de diversas entidades privadas que participaram ativamente deste processo de reerguimento estrutural e operacional da COCAP.



Foto 02: Incêndio na COCAP em 2009.
Fonte: Apukaonline (2012).

Segundo o presidente da COCAP, “todos os cooperados queriam abandonar a cooperativa e recomeçar suas vidas em outro lugar. Foi necessário um intenso trabalho de conversa e esclarecimento sobre a situação para convencê-los de que nem tudo estava perdido, pois com o trabalho em conjunto e o fomento externo a cooperativa iria conseguir se reerguer novamente”.

Assim, no ano seguinte já era inaugurada a atual COCAP (foto 09) com uma

estrutura invejável para qualquer outra instituição empreendedora em qualquer nível de funcionamento, com um amplo sistema de combate a incêndios além de uma reforçada estrutura metálica.

A direção da Cooperativa de catadores de recicláveis de Apucarana confirmou na tarde de ontem (20), que a reinauguração de sua sede vai acontecer no próximo dia 4 de junho, durante a programação da Semana do Meio Ambiente. O tesoureiro da entidade revelou também, que as dívidas acumuladas da Cocap chegam a R\$ 30 mil. De acordo com Adilson Murara, as dívidas se acumularam nos últimos meses. A perda de um caminhão e dos carrinhos de coleta diminuiu o material coletado, e esta queda de aproximadamente 50% na produção resultou no acúmulo das pendências. A revelação do déficit foi feita durante reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAP), que prontamente atendeu a solicitação dos diretores e liberou R\$ 30 mil do Fundo Municipal do Meio Ambiente para a quitação dos débitos. Com a reinauguração da sede – que foi destruída por um incêndio em fevereiro de 2009 – os cooperados esperam ampliar a coleta, e alcançar o volume de 100 toneladas coletadas por mês. Atualmente apenas a metade deste montante está sendo coletado, até mesmo pela falta de espaço para armazenar o material na sede provisória, alugada pela Prefeitura de Apucarana. Segundo Murara, para a reinauguração da sede própria da Cocap, os últimos detalhes estão sendo preparados. Os maquinários adquiridos com recursos do BNDES já chegaram à Apucarana, e a pendência agora é a instalação do sistema de alarme de incêndio e a finalização das instalações elétricas. Após a mudança para sua sede própria, a Cooperativa deve iniciar discussão com a Prefeitura de Apucarana para passar a receber pelo trabalho ambiental de coleta e destinação do lixo reciclável no município, como já acontece em outros municípios. A Cooperativa quer ser remunerada nos mesmos moldes da empresa que coleta o lixo orgânico da cidade. Fonte. TV ONLINE, Apucarana. (2012).

Após este período conturbado que a cooperativa passou em sua primeira década de funcionamento (2000 a 2010), foi possível a construção de uma identidade institucional por parte dos cooperados. Percebe-se durante as conversas com os mesmos que os mais antigos e principalmente os que se mantiveram mesmo com a incidência dos imprevistos da cooperativa, apresentam um maior comprometimento por parte deles em relação aos demais cooperados com a instituição.

No ano de 2012 também entrava em vigor a nova lei sobre resíduos urbanos, que foi muito comemorada pelos cooperados na época, salienta Oliveira, considerando que esta legislação era totalmente voltada para o trabalho dos catadores, essenciais para o fim dos lixões e a implantação da coleta seletiva nos municípios, com menos poluição e mais renda.



Foto 03: Estrutura atual da COCAP.
Fonte: Do Autor 12 maio 2012.

Há oito anos, Vera Lúcia da Silva²⁷ estava sem emprego. Hoje, ela e o marido trabalham na reciclagem. A família se sustenta com o dinheiro que vem do lixo. “Aprendi muitas coisas aqui e é um trabalho reconhecido”, orgulha-se a recicladora.

Para Alves²⁸, o caso desta cooperada serve de exemplo para os demais cooperados. Entretanto, a cooperativa apresenta ainda alta rotatividade em seus integrantes (cooperados), pois muitos entram e trabalham um período curto e se desligam em seguida da cooperativa, pois os que realmente são comprometidos com a instituição são em menor número, com aproximadamente cerca de 40% dos seus integrantes realmente comprometidos com a cooperativa.

5.2 ESTRUTURA DA COCAP

No segundo semestre de 2012 a COCAP realizou suas atividades trabalhistas com uma significativa estrutura operacional e com elevado valor de capital imobilizado, chegando aos aproximados quatro milhões de reais, conforme pode ser exposta na Tabela 05 em sequência, sendo que a maioria foi adquirida através de convênios com órgãos públicos e privados, receitas de fundo perdido e da iniciativa própria.

²⁷ Cooperada da COCAP entrevistada em 29/06/12.

²⁸ Entrevista com o Sr. Marcos Paulo de Oliveira Alves - Presidente da COCAP, 16/06/12, Apucarana, Paraná.

Tabela 01: Ativo Imobilizado da COCAP

COCAP (Primeiro Semestre de 2012).		
Ativo	Qtde.	Valor
Empilhadeira	01	R\$ 80.000,00
Caminhão Iveco	01	R\$ 120.000,00
Esteiras p/ classif.	02	R\$ 50.000,00 ²⁹
Moinho	01	R\$ 25.000,00
Aglutinador	02	R\$ 30.000,00
Prensa	02	R\$ 72.000,00
Computadores	03	R\$ 3.000,00
Barracão 3670 m ²	01	R\$ 3.500.000,00
Total		R\$ 3.880.000,00

Org.: DE OLIVEIRA (2013).

No esquema a seguir, estão representados algumas fotografias das cooperativas, onde está representado a empilhadeira, o caminhão a prensa e o refeitório da cooperativa, todos em perfeitas condições de uso e de manutenção, um elemento que a COCAP prioriza com vista a não auferir mais custos no seu processo produtivo.

Elementos Estruturais da COCAP

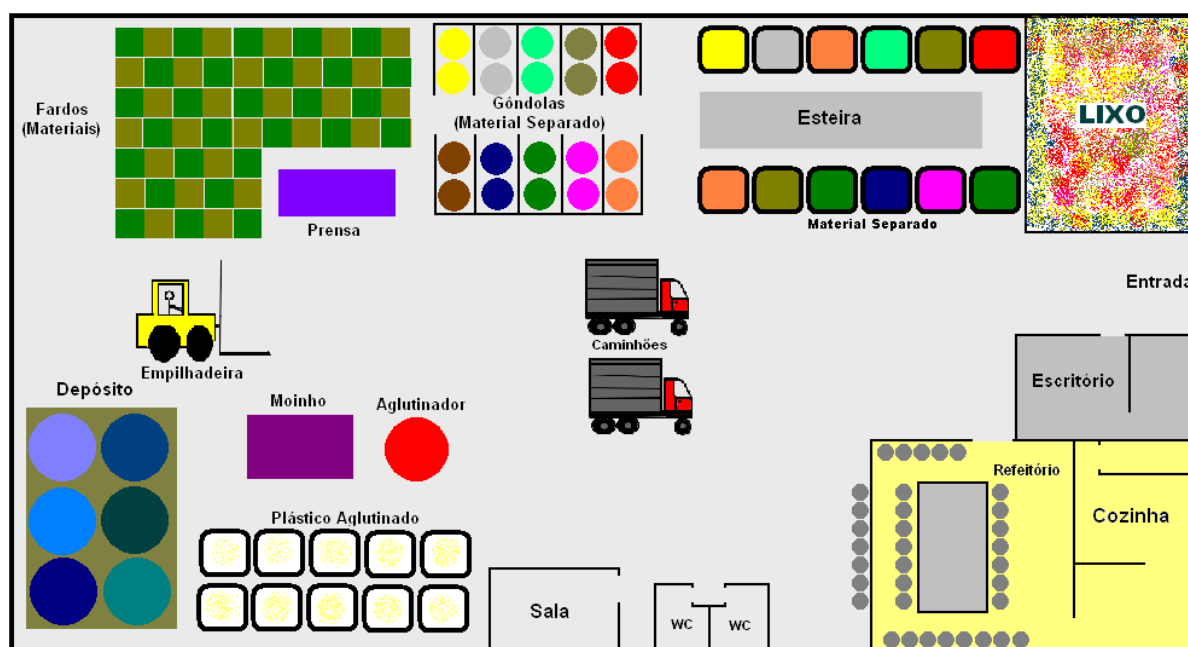


Foto 04: Caminhão, Prensa, Empilhadeira e Refeitório da COCAP. / Fonte: Do Autor 18 maio 2012.

²⁹ Assim como todos os outros elementos que são em numero de dois, está computado o valor dos dois ativos.

Após algumas observações e análises organizativas da funcionalidade da cooperativa foi possível construir um esboço simplificado – Layout - da COCAP (Fig. 9), vale frisar que este modelo reflete a real necessidade organizativa da cooperativa, sendo que nem sempre é possível manter tal situação em virtude do excesso de atividades e falta de pessoal para todos os trabalhos necessários na cooperativa. Desta forma, no dia-a-dia das atividades rotineiras da cooperativa falta ainda muita organização em seus processos funcionais, a exemplo do setor operacional, que possui uma organização com pouca lógica na sua disposição estrutural.

Figura 09: Layout da COCAP



Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2012).

Conforme informações da Assistente Social Aurita Bertoli, “a COCAP já apresentou diversos programas de inclusão social para seus cooperados através de convênios com algumas Instituições de Ensino Superior local, com a Secretaria Municipal de Saúde, Núcleo de Educação entre outros Centros de Gestão importantes em Apucarana-PR”.

Entretanto, percebe-se certo descaso por parte de determinados cooperados que chegaram a alegar que “não tinham tempo para estudar depois do expediente da cooperativa”, cita Bertoli sobre uma iniciativa realizada há algum tempo com a implantação de uma sala de aula na COCAP.

Bertoli cita que atualmente funciona uma Unidade Móvel de Saúde (Foto 05) que fica acessível em frente a cooperativa a cada quinze dias para efetuar o tratamento dentários dos cooperados, pois “se depende-se de os mesmos irem na hora de folga para efetuar esse

procedimentos, a maioria deixaria de ir”.

Unidade Móvel de Saúde de Apucarana-PR



Foto 05: Tratamento dentário na COCAP. / Fonte: Do Autor 21 maio 2012.

Outra iniciativa da assistência social da COCAP ocorreu através de um convênio com o Ministério das Cidades com o Programa “Minha Casa Minha Vida – Entidades”, sendo o primeiro a ocorrer em nível estadual e desde o ano passado todos os cooperados da cooperativa que não possuíam residências próprias (48 cooperados) foram agraciados com este programa.

Assim, atualmente graças aos subsídios governamentais pagam uma taxa de apenas R\$ 50,00 mensalmente na casa própria (Foto 06). Para o presidente da COCAP, que também conseguiu sua residência por intermédio do programa “foi de muita valia, pois qualquer aluguel na cidade hoje não custa menos do que uns R\$ 300, 00, e neste momento estamos pagando por algo que é nosso e ainda com parcelas facilitadas”.



Foto 06: Foto das casas de alguns cooperados da COCAP. / Fonte: Do Autor 12 jun. 2012.

Assim, percebe-se que apesar de a cooperativa ainda não conseguir retribuir uma sobra significante de suas transações aos seus cooperados, eles recebem alguns benefícios

como os já apresentados (alimentação, vale-transporte, auxílio dentário, residência) e existem alguns projetos de melhora para os cooperados como o recolhimento do INSS dos cooperados, um embate que envolve o apoio da prefeitura local.

Entretanto, existem outros problemas institucionais na cooperativa. Na prática percebe-se uma grande dificuldade de trabalhar alguns conceitos sobre a instituição cooperativa. De acordo com o presidente da cooperativa “existem muitas dúvidas por parte dos cooperados sobre o seu real funcionamento”, ele acredita que tal realidade deveria ser revista pelas instituições de ensino, no intuito de propagar esses conceitos (cooperativismo), um tema que deve estar inserido nos currículos escolares desde os primeiros momentos de formação do cidadão e em especial para as instituições cooperativadas em formato popular, através da oferta de cursos e dinâmicas envolvendo o assunto.

5.3 O TRABALHO DOS EMPREENDIMENTOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Não é de hoje que se garimpa materiais recicláveis. Há relatos sobre a existência dos catadores desde a Antiguidade, quando já atuavam nas ruas das cidades com suas carrocinhas. Por séculos, marginalizada da economia e da sociedade, essa força de trabalho enfrentou e ainda continua enfrentando preconceitos e vivendo em condições precárias. A realidade está mudando. Com os dilemas ambientais do século XXI, esses trabalhadores ganham valor e reconhecimento na busca de soluções para o lixo e melhor qualidade de vida nas cidades.

As atividades de trabalho praticadas pelos empreendimentos de cooperativas populares tem sido e continua sendo foco de muitos estudos e movimentos políticos para o setor, em especial para as cooperativas populares que atuam no setor de reciclagem, um trabalho que fortalece cada vez mais sua ação e consolidação como instituição de trabalho organizado em todo o país.

A formação de cooperativas de reciclagem em diversas regiões do Brasil tem sido objeto de investigação de pesquisas que mostram a importância da atividade para mitigar o impacto ambiental dos resíduos sólidos urbanos, por meio do trabalho de coleta seletiva de lixo. Por outro lado, estudos mostram as mazelas e dificuldades dessa profissão que começa a se organizar em cooperativas, com o apoio de setor público, privado e da sociedade civil.

Essas cooperativas contribuem com a extensão da vida útil de produtos e embalagens por meio da coleta, separação e fornecimento de matéria-prima secundária para a indústria. Entretanto, seus trabalhadores em sua maioria atuam em situações e condições insalubres e de

alta periculosidade para a saúde humana. Esses profissionais são segmentos vulneráveis da população que vive da coleta de resíduos enfrentando problemas sociais e econômicos.

Os catadores encontram-se expostos a condições de trabalho insalubres, que acarretam para o grupo uma maior taxa de morbidade e mortalidade que a média da população. Outro problema enfrentado pelos catadores é a exclusão social e o entorno social hostil, pois são vistos com desprezo, confundidos com mendigos e infratores. Mesmo representando um elo importante da cadeia de reciclagem, o trabalho dos catadores é tido pela sociedade, e mesmo pelos próprios catadores, como destituído de importância (CARMO ET AL, 2006, LOMBARDI, 2006; PAIVA, 2006).

Com relação à coleta seletiva de materiais recicláveis, entre 2000 e 2008 houve um aumento de 120% no número de municípios que desenvolvem tais programas, que chegaram a 994 no Brasil, estando à maioria localizada nas regiões Sul e Sudeste. Esse marco, embora importante, ainda não ultrapassa 18% dos municípios brasileiros, mas que se faz presente e atuante na cidade de Apucarana-PR no formato de um empreendimento cooperativo no setor de reciclagem.

Segundo o Plano Nacional de Resíduos Sólidos de 2011 os estados sulistas (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) são os que mais produzem lixo no país, visto que, a geração dos resíduos sólidos domiciliares está diretamente relacionada ao Produto Interno Bruto, portanto a renda dos países e ao porte das cidades e suas principais atividades produtivas. Existe uma correlação entre qualidade e quantidade de resíduos sólidos domiciliares (RSD) gerados e as condições econômicas dos países, observando-se que, nos países de baixa renda, a geração de resíduos é menor, assim como a quantidade de material reciclável encontrada em sua composição.

Conforme a Tabela seguinte pode ser visualizado a média de produção de lixo por dia por cada habitante no último balanço feito pelos cálculos do Datasus (2011), ficando na média geral de 1,6 quilos de lixo produzido diariamente por cada habitante da região.

Esses números tendem a ser mais elevados ainda para a realidade de Apucarana-PR, considerando sua significância econômica e o elevado número de empresas e outras instituições produtoras de resíduos. Para o atual Gestor da COCAP “a produção média apucaranaense de produção diária de lixo por habitante deve girar em torno de 1,7 a 1,8 quilos de lixo hab. dia, pois estes números não podem ser preciso em virtude do grande número de carrinheiros (coletores de resíduos recicláveis) autônomos que trabalham nas ruas da cidade diariamente”.

Tabela 02: Resíduos Sólidos Domiciliares e/ou Públicos

Unidade de análise	Quantidade de resíduos coletados (t/dia)		Quantidade de resíduos por habitante urbano (kg/hab.dia)	
	2002	2008	2002	2008
Brasil	149.094,30	183.481,50	1,1	1,1
Norte	10.991,40	14.637,30	1,2	1,3
Nordeste	37.507,40	47.203,80	1,1	1,2
Sudeste	74.094,00	68.179,10	1,1	0,9
Sul	18.006,20	37.342,10	0,9	1,6
Centro-Oeste	8.495,30	16.119,20	0,8	1,3

Fonte: Elaborado a partir de Datasus (2011) e IBGE (2002, 2010a)

Empreendimentos deste cunho estão sujeitos pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que regulamenta as atividades das “pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos”. Assim, as atividades peculiares da COCAP de coleta e seleção de materiais recicláveis são também, em certo ponto regularizado por essa legislação, uma vez que ela está organizado em formato de cooperativas e atua neste setor de reciclagem.

Agora, após a sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) uma ampla discussão se formou em torno da questão da responsabilidade compartilhada e da logística reversa³⁰, principalmente no que se refere às formas de organização possíveis para dar destinação correta aos resíduos e a participação de cada ente neste processo.

Através dos trabalhos desenvolvidos pela COCAP, a realidade atual de Apucarana é usada como exemplo e modelo para outras cidades da região. Oliveira acredita que o serviço desenvolvido pela cooperativa apresenta uma vertente que envolve vários assuntos de gestão pública municipal (ambiental, social e econômica), sendo que desta forma deve ser mais valorizada, reconhecida e fomentada pelo poder público local.

Assim como acontece em diversas outras cidades do país com a organização e formalização de cooperativas de catadores, o surgimento da COCAP constituiu-se uma inovação institucional importante neste setor no município de Apucarana. Os trabalhadores (coletores de materiais) organizados no formato cooperativo ampliaram seu poder de barganha e passaram a retratar diretamente com alguns grandes compradores de materiais recicláveis.

³⁰ Área responsável por este fluxo reverso de produtos seja qual for o motivo: reciclagem, reuso, recall, devoluções, etc.

Para Calderoni (1997), estes trabalhadores quando estão atuando isolados e não organizados em cooperativas populares, são agentes de reciclagem que retiram os materiais recicláveis diretamente dos lixões ou aterros, ou do lixo depositado nas calçadas, entregando-os a carrinheiros ou a sucateiros. Inúmeros estudos sobre a temática dos catadores de materiais recicláveis apontam a problemática da exploração desses profissionais por intermediários ou atravessadores. O catador autônomo tem uma relação de dependência com os sucateiros, para quem se veem obrigados a vender sua mercadoria, pois não são capazes de atender a demanda de uma economia de escala, já que o preço da mercadoria está relacionado com seu volume.

Devido à estrutura do mercado, os intermediários apropriam-se da maior parte dos recursos econômicos decorrentes da reciclagem, enquanto os catadores recebem rendimentos que usualmente são inferiores ao salário mínimo nacional, e essa condição permite que a exploração se perpetue. Nesta situação (autônomos) eles apresentam reduzido poder de barganha na negociação dos preços de venda dos recicláveis junto aos sucateiros, intermediários no envio dos resíduos para a indústria de reciclagem (RODRIGUEZ, 2005).

Atualmente existem em torno de um milhão de catadores no Brasil. Mas os cooperados representam uma pequena parte. A maioria tem trabalho autônomo, ainda dependente de intermediários para a venda dos materiais recicláveis. Para que a lei seja cumprida, a atual produção das cooperativas precisará ser triplicada e centrais para triagem dos resíduos deverão ser criadas em muitos dos mais de cinco mil municípios brasileiros. O esforço já está sendo empreendido e requer poder de articulação no sentido de se chegar a modelos inteligentes e eficientes, em parceria com o setor público e privado.

A formação de cooperativas de coletores de resíduos é um fato ainda em crescimento, considerando que recentemente maioria dos integrantes deste setor estava disposta de maneira autônoma e heterogênea nas diversas localidades do país. Assim, este trabalho deixou de ser desorganizado e sem orientação quanto aos cuidados necessários na profissão para uma efetiva valorização do ser humano como integrante do mercado de trabalho formalmente organizado em cooperativas populares de coleta de resíduos.

As cooperativas populares de coletores de materiais recicláveis é constituída basicamente por um determinado número de trabalhadores cooperativados que trabalham no recolhimento de papel, plástico, latas de alumínio, ferro, vidro e outros materiais de valor econômico para seu posterior transporte para a cooperativa.

Atualmente no Brasil, conforme dados do Plano Nacional de Resíduos Sólidos existem:

- Entre 400 e 600 mil catadores de materiais recicláveis no Brasil.

- Ao menos 1.100 organizações coletivas de catadores estão em funcionamento em todo o país.
- Entre 40 e 60 mil catadores participam de alguma organização coletiva, isto representa apenas 10% da população total de catadores.
- 27% dos municípios declararam ao IBGE ter conhecimento da atuação de catadores nas unidades de destinação final dos resíduos.
- 50% dos municípios declararam ao IBGE ter conhecimento da atuação de catadores em suas áreas urbanas.
- Cerca de 60% das organizações coletivas e dos catadores estão nos níveis mais baixos de eficiência.
- A renda média dos catadores, aproximada a partir de estudos parciais, não atinge o salário mínimo, alcançando entre R\$ 420,00 e R\$ 520,00.
- A faixa de instrução mais observada entre os catadores vai da 5ª a 8ª séries.

Enfim, seus integrantes (coletores cooperados ou não de materiais recicláveis) podem ser mais bem definidos em conformidade com o Decreto nº 7.405 de 2010, que instituiu o Programa Pró-Catador e os consideram como “catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis as pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis”.

Muito embora a maioria das cooperativas não seja originada a partir da questão ambiental, e sim das necessidades sociais e econômicas de parcela da população que são excluídas ou se encontram em situação de risco social, sua contribuição para reduzir os resíduos sólidos urbanos é inestimável, uma vez que a partir de sua atuação quantidades cada vez mais significativa de lixo são realocados nos processos produtivos através da logística reversa.

A realidade destes profissionais que atuam em cooperativas de reciclagem que teve suas primeiras experiências ainda na década de 1990 tem como esperança de conquista de direitos e melhorias para o setor a sua organização estratégica e orientada em cooperativas populares, apesar de algumas pesquisas apontarem a incidência de algumas dificuldades e conflitos no setor, uma vez que estes trabalhadores quase sempre possuem baixa escolaridade, histórico de exclusão social e dificuldades em estabelecer vínculos e compromissos com a cooperativa.

Desta forma, apesar das particularidades e dificuldades de organização e

funcionalidade efetiva destas instituições, através do cooperativismo popular é possível identificar e viabilizar diversos benefícios, como a valorização e a profissionalização do trabalho do catador, a inclusão social e o resgate da cidadania, bem como a retirada dos catadores dos lixões e aterros.

5.4 PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO NA COCAP

A cooperativa atua como negociadora do material recolhido. Neste momento ela possui um elevado poder de barganha comercial dado a sua grande quantidade de materiais. Desta forma, ela contata os compradores e negocia seus produtos com o mais rentável para ela, ou seja, através da estrutura cooperativa os trabalhadores (cooperados) conseguem um preço mais justo e permite também que grandes compradores como fábricas tenham fácil acesso a este material para utilizar como matéria-prima para seus produtos de maneira rentável e com altíssimo valor social.

Na COCAP atualmente são processados cerca de 110 toneladas de materiais recicláveis por mês. Para o gestor da Cooperativa o Sr. Itamar Gomes de Oliveira 26% (Gráfico 01) deste montante são descartados como material orgânico que vem junto ou material que não tem valor comercial para o mercado da reciclagem.

O material orgânico é um grande problema para a cooperativa, pois este montante (26%) que é produzido tem um custo para ser dispensado no aterro sanitário municipal, visto que esse trabalho também toma o tempo dos cooperados e quando não realizado de maneira breve produz gases nocivos ao bem estar da COCAP, cita alguns de seus cooperados.

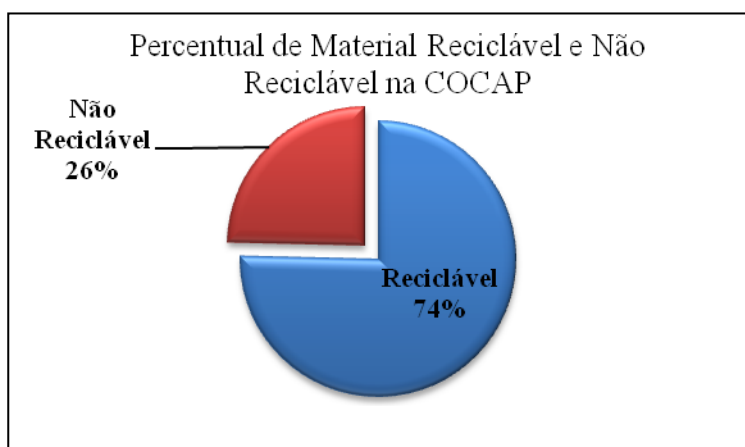


Gráfico 01: Quantidade de material reciclável e não reciclável processado na COCAP por mês.
Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Através de uma entrevista com o presidente da COCAP e a análise do banco de dados das transações financeiras feitas na COCAP no primeiro semestre do ano de 2012, foi elaborada uma média da produtividade e dos seus respectivos valores arrecadados ao longo deste tempo, com uma análise isolada dos seus 19 itens, ditos como principais por Alves.

Assim, baseado na Tabela 03 abaixo é possível mensurar produção mensal de cada produto (material reciclável), os principais compradores da cooperativa e a média de preços que são aplicados na atualidade no setor.

Tabela 03: Comprador, Produto e Valores na COCAP.

COCAP (Primeiro Semestre de 2012).				
Empresa	Local	Produto	Valor-Ton.	Produção - mês
ALINEPLAST	Apucarana	Plást. aglutinado	R\$ 1.900,00	8,9 toneladas
Dep. N. Paraná	Apucarana	P. Polipropileno	R\$ 90,00	3 toneladas
Dep. N. Paraná	Apucarana	Plástico duro	R\$ 500,00	0,8 tonelada
IPASA	Apucarana	Papel Branco	R\$ 420,00	1,3 tonelada
IPASA	Apucarana	Papel Misto	R\$ 220,00	5 toneladas
IPASA	Apucarana	Jornal	R\$ 160,00	3.8 toneladas
SONOCO	Londrina	Papelão	R\$ 240,00	30 toneladas
REVITA	T. Borba	Tetra Pack	R\$ 150,00	3,3 toneladas
VERGOT	Londrina	Alumínio	R\$ 2.300,00	0.7 tonelada
Fe. V. Formigão	Apucarana	Ferro - Aço	R\$ 160,00	6 toneladas
PLASPET	Maringá	Garrafa PET	R\$ 1.600,00	3.5 toneladas
PLASPET	Maringá	PET Óleo	R\$ 600,00	1 tonelada
Sr. Antonino	Jand. Sul	PVC-Cimento	R\$ 200,00	1,3 toneladas
Sr. Antonino	Jand. Sul	Papel inferior	R\$ 40,00	3 toneladas
Sr. Antonino	Jand. Sul	Plástico sujo	R\$ 400,00	3 toneladas
Sr. Devanir	Califórnia	Polímeros	R\$ 100,00	1 tonelada
Sr. Pedro Rufo	Rolândia	PP Rafia (sacos)	R\$ 100,00	3.3 toneladas
CREVELIN	Maringá	Vidro (garrafas)	R\$ 60,00	2 toneladas
Atacado-Varejo	Região	Peças, Outros ³¹	R\$ 250,00	1.7 toneladas
			Total	82.6 toneladas

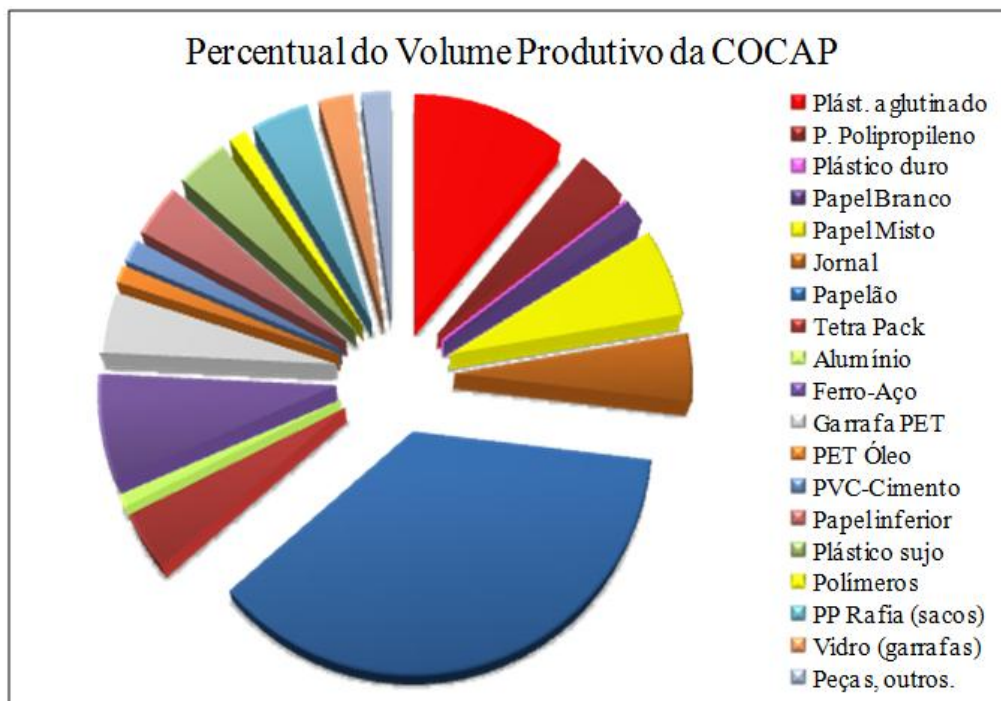
Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Para melhor compreensão e visualização do volume produtivo da COCAP no primeiro semestre de 2012, os dados da tabela anterior estão representados graficamente (Gráfico 02) a seguir com a disposição da sua produção percentual do volume coletado e

³¹ Produtos que oscilam suas características de aceitação, valorização e fornecimento no mercado. Ex. Embalagens de Cat. Chups, Mostardas, Embalagens de Ovo, Isopor, copos de polietilenos entre outros.

processado mensalmente neste período.

Gráfico 02: Percentual do Volume Produtivo da COCAP



Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Este processo produtivo recebe uma determinada organização visando à otimização dos seus respectivos processos. Assim, para um melhor entendimento dos processos de trabalho e produção vigentes na COCAP foi elaborado um fluxograma (Gráfico 03) simplificando os mesmos.

Quando o material (lixo reciclável e não reciclável misturado) chega até a cooperativa, ocorre na entrada através da esteira, a separação do material reciclável e não reciclável, sendo que posteriormente na produção com a aglutinadora e a prensa esses materiais ficam em condições de serem comercializados e finalmente na saída do processo produtivo ocorre o depósito desses materiais e sua posterior comercialização.

Gráfico 03: Fluxograma da COCAP



Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Em relação à entrada de recursos financeiros na COCAP, ela ocorre de duas formas distintas, sendo uma maior parcela de aproximadamente 69% como resultante do trabalho dos cooperados e os outros 31% como fomento do poder público local, que ocorre através de um convênio com a Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Apucarana-PR que repassa alguns fundos (tabela 04) para auxiliar na remuneração dos cooperados da COCAP.

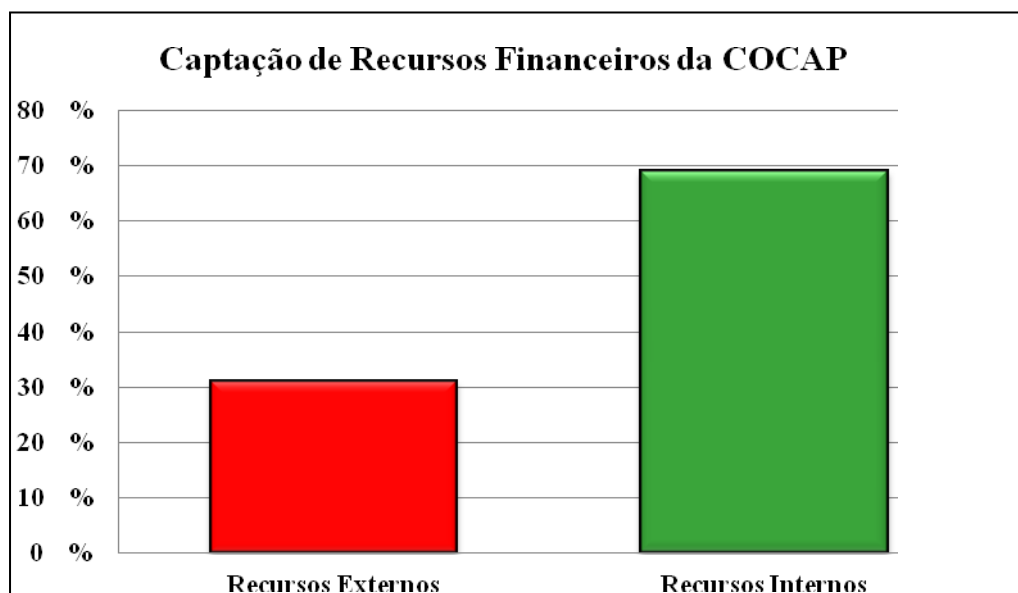
Tabela 04: Entrada de Recursos Externos na COCAP

Origem	Destinação	Valor mensal
Sec. Municipal do Meio Ambiente.	Rateio (Cooperados)	R\$ 11.400,00
Fundo Municipal de Ação Social.	Gestor (Cooperativa)	R\$ 2.229,00
Prefeitura de Apucarana.	Manutenção	R\$ 5.000,00
Total		R\$ 18.629,00

Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Conforme já demonstrado anteriormente, a captação de recursos financeiros (tab. 08) da COCAP ocorre através do fomento financeiro externo e do resultado econômico do trabalho dos seus integrantes (cooperados). Conforme cálculos elaborados sobre a média da remuneração geral dos trabalhos feitos na cooperativa produzem mensalmente cerca de

quarenta mil reais e recebem uma ajuda mensal de aproximadamente dezoito mil reais (ver esquema do Gráfico 04).



Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Gráfico 04: Captação de Recursos Financeiros da COCAP

Para Alves, “o mercado da reciclagem em que a COCAP está inserida sofre inúmeras oscilações na valorização e procura pelos materiais recicláveis, sendo que este é um dos grandes problemas que a cooperativa padece atualmente. Pois o dinamismo mercadológico presente e atuante na economia também se refletem nas instituições que trabalham com a reciclagem, haja vista, que esses materiais processados na cooperativa, apresentam-se como *comodites* (matérias-primas) de inúmeras indústrias”.

No entanto, após uma breve comparação do volume produtivo da COCAP em relação ao retorno que cada produto tem para a cooperativa, nota-se uma diferença significativa em relação as suas comparações quando se avalia o potencial de remuneração dos materiais recicláveis (Tabela 05).

Este processo é resultante de um intenso trabalho de procura pela agregação de valores a determinados produtos, como o caso do plástico aglutinado e moído elevando a sua remuneração. Segundo Oliveira, “este processo faz-se necessário em virtude do descaso que as cooperativas de reciclagem recebem na atualidade do poder público e privado”, ou seja, esta foi uma saída que a COCAP utilizou para melhorar a renda de seus cooperados e o reconhecimento do trabalho produtivo dos mesmos.

Tabela 05: Produção e Renda Mensal na COCAP.

Produto	Produção Mensal	Renda mensal
Plást. aglutinado	8,9 toneladas	R\$ 16.910,00
P. Polipropileno	3 toneladas	R\$ 270,00
Plástico duro	0,8 tonelada	R\$ 400,00
Papel Branco	1,3 tonelada	R\$ 546,00
Papel Misto	5 toneladas	R\$ 1100,00
Jornal	3,8 toneladas	R\$ 608,00
Papelão	30 toneladas	R\$ 7200,00
Tetra Pack	3,3 toneladas	R\$ 495,00
Alumínio	0.7 tonelada	R\$ 1610,00
Ferro - Aço	8 toneladas	R\$ 1280,00
Garrafa PET	3,5 toneladas	R\$ 5600,00
PET Óleo	1 tonelada	R\$ 600,00
PVC-Cimento	1,3 toneladas	R\$ 260,00
Papel inferior	3 toneladas	R\$ 120,00
Plástico sujo	3,3 toneladas	R\$ 1320,00
Polímeros	01 tonelada	R\$ 100,00
PP Rafia (sacos)	3,3 toneladas	R\$ 330,00
Vidro (garrafas)	02 toneladas	R\$ 120,00
Peças, Outros	1,7 toneladas	R\$ 348,00
Total	97,8 toneladas	R\$ 38.897,00

Fonte: Base de dados da COCAP. Org.:DE OLIVEIRA (2013).

Essa iniciativa de agregação de valor ao plástico processado na cooperativa foi viabilizada em virtude de um convênio realizado em 2001 entre a COCAP e a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo da Prefeitura de Apucarana, onde foi adquirido uma fragmentadora de papel e um moinho para plástico 600 mm, possibilitando a agregação (Foto 07) e valorização de alguns produtos como o plástico mole branco e colorido. Este processo além de aumentar os lucros dos catadores cooperados, o maquinário, associado a outros mecanismos, foi ideal para a gestão de resíduos sólidos urbanos, especialmente as embalagens pós-consumo.



Foto 07: Processo de aglutinação do plástico na COCAP.
Fonte: Do Autor 12 jun. 2012.

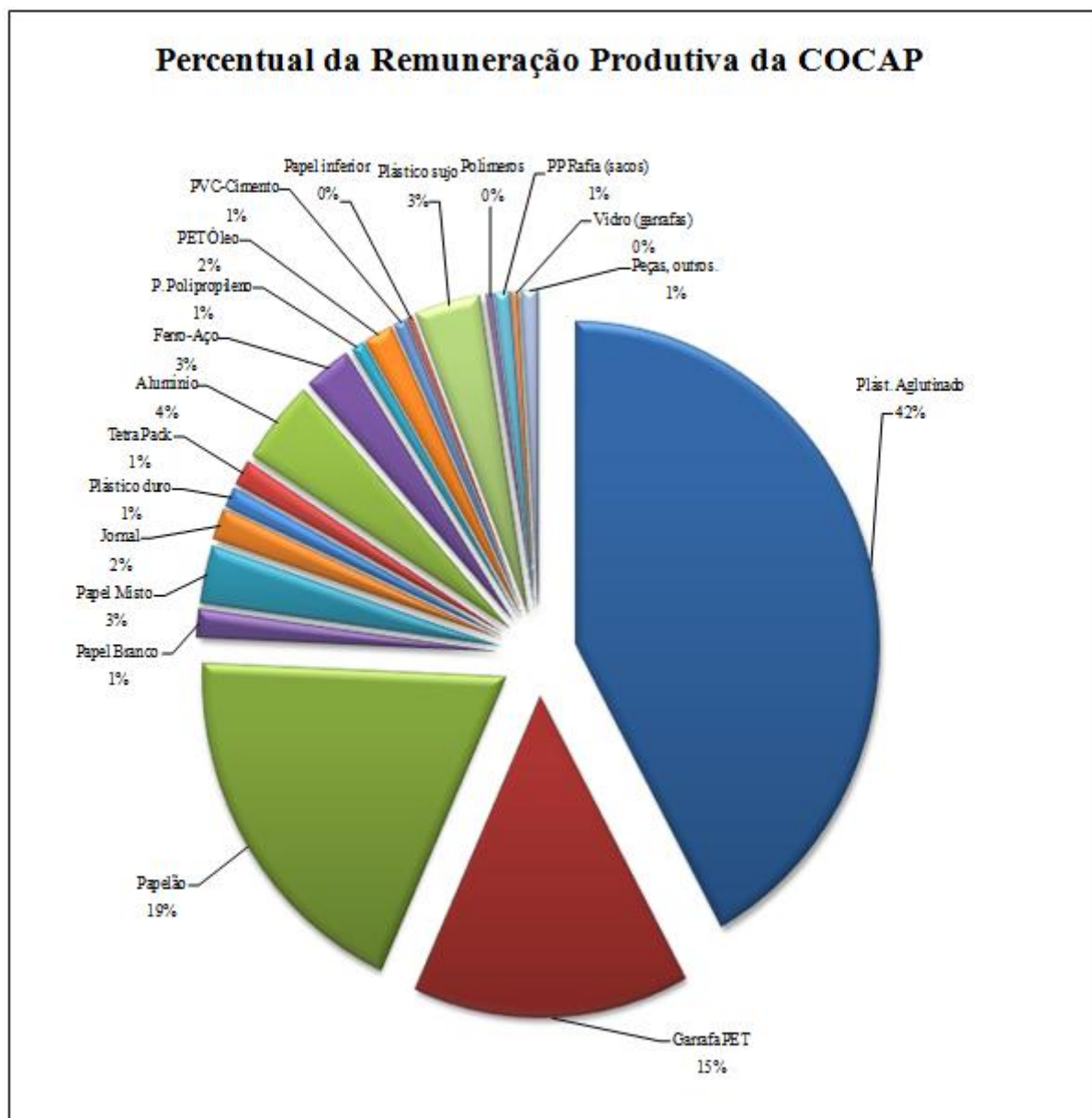
Para Oliveira “o plástico aglutinado eleva o seu valor em cerca de 300% em relação a sua valorização inicial. Num processo que é composto basicamente pelo material moído e posteriormente é aglutinado ficando já pré-processado para seu uso em distintas aplicações no meio industrial”.

No gráfico 04 a seguir pode ser mais bem visualizado a importância deste processo, onde o plástico aglutinado que é responsável por uma percentual baixo (8%) no volume total “produtivo” da cooperativa responde por quase metade das “receitas” da cooperativa no final do mês. Para Oliveira este setor “é o mais valorizado na COCAP por reconhecimentos dos seus parceiros comerciais, que são refletidos na remuneração pela sua atividade”.

Essa importante ferramenta é para Oliveira “o carro-chefe da cooperativa, pois a COCAP não atua como outros modelos econômicos em que consegue delimitar o valor dos seus produtos após um prévio estudo dos seus custos e desta forma define uma margem de preço garantindo sua subsistência financeira, ou seja, os preços já estão tabelados e a cooperativa tem que otimizar ao máximo possível todos os seus processos para garantir o retorno aos cooperados.

Oliveira foi enfático ao citar que existem períodos de crise no mercado que também se refletem na abundância e valorização dos materiais recicláveis. Para ele, já teve meses na COCAP em que não foi possível atingir a meta de um salário mínimo por cooperado, ou seja, a cooperativa trabalha praticamente isolada, sem subsídios da esfera pública e ainda exerce uma atividade de cunho social e ambiental de vital importância para a população local sem qualquer incentivo ou reconhecimento por seu trabalho.

Gráfico 05: Percentual da Remuneração Produtiva da COCAP



Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Para Oliveira “a oferta de alimentação na cooperativa é primordial para segurar os cooperados na cooperativa, haja vista, que em sua quase totalidade os mesmos são provenientes de extrema exclusão social e há casos com determinados cooperados que a refeição principal dos mesmos é a disponibilizada na cooperativa”.

Deve-se salientar que a qualidade da alimentação é de alto nível, em todas as três refeições (café, almoço e café) e que esta rotina acontece diariamente de segunda a sábado, sendo que este custo à cooperativa subsidia para seus cooperados sem cobrar por essa alimentação.

No entanto, de maneira geral os desafios para o setor exigem a criação de

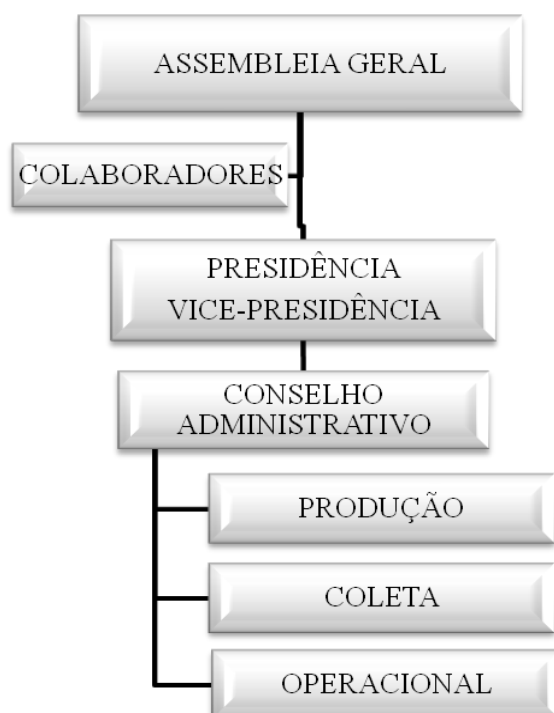
capacitação dos catadores para o desempenho de suas novas funções, que exigem desde o conhecimento sobre os melhores métodos de separação e acondicionamento dos materiais até práticas para aumentar a eficiência da produção, reduzir custos e garantir a viabilidade econômica.

No rastro da nova lei, os catadores se profissionalizam, adquirem novo padrão de trabalho e expandem o raio de ação, com a consciência de que a sua atividade é um empreendimento que deve prezar a qualidade e a gestão. O objetivo é aumentar a escala da reciclagem, com efeitos positivos para o meio ambiente e para a geração de renda em toda a rede de negócios que envolvem os resíduos das cidades.

5.5 O QUADRO SOCIAL DA COCAP

A COCAP possui uma organização estrutural bem consolidada, com uma criteriosa divisão de tarefas entre os cooperados, inclusive com o serviço auxiliar de determinados colaboradores com funções específicas nas atividades diárias da cooperativa. Com base em seu Organograma (Quadro 9) pode ser mais bem compreendido suas características funcionais e a posição e atuação de cada integrante da cooperativa.

Quadro 09: Organograma atual da COCAP

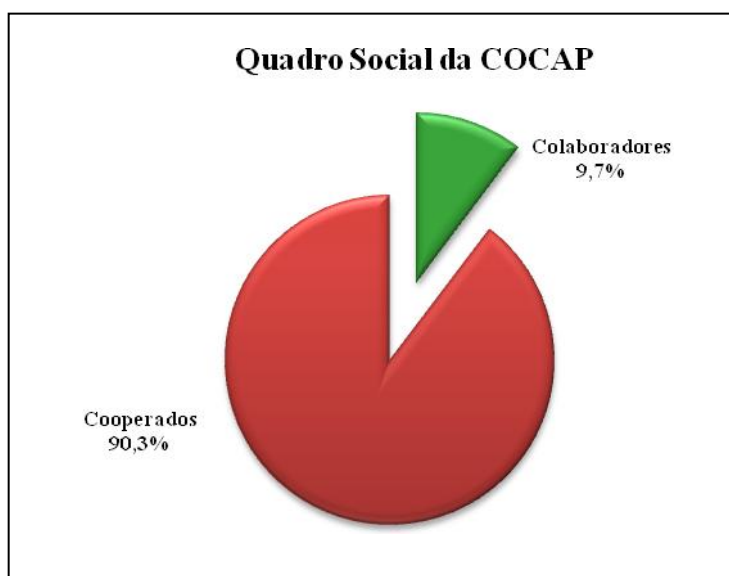


Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Assim como em qualquer outra cooperativa, ela possui uma Assembleia Geral soberana onde quaisquer de seus integrantes podem mencionar suas dúvidas e sugestões para a cooperativa. No entanto, conforme as palavras do seu presidente, “na prática os cooperados não gostam de participar muito e algumas decisões que se faz necessário a participação do todo, impera um silêncio entre os mesmo e a comissão administrativa quase sempre deve tomar a iniciativa para melhor administrar o empreendimento cooperativo”.

O quadro social atual da COCAP é composto por cinquenta e três cooperados e seis colaboradores (Gráfico 06), sendo que estes últimos são em parte pagos e assistidos pelo poder público municipal através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, do Fundo Municipal de Ação Social e da Caritas Diocesana, sendo que eles apresentam como característica central uma a garantia de remuneração para a sua manutenção financeira básica.

Gráfico 06: Quadro Social da COCAP.



Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Os colaboradores em atividade atualmente na COCAP são profissionais (Tabela 06) com formações específicas (Gestor de Cooperativas, Assistente Social, Contador e formações de Ensino Médio) para as funções nas quais estão designados, sendo contratados nos enquadramentos tradicionais da CLT sem vínculo cooperativado com a instituição.

Tabela 06: Relação dos Colaboradores da COCAP.

Vencimentos pagos			
Função	COCAP	Terceiros	Totais
Gestor *	R\$ 800,00	R\$ 2.200,00	R\$ 3.000,00
Assist. Social**	R\$ 00,00	R\$ 1.240,00	R\$ 1.240,00
Aux. ADM.	R\$ 800,00	R\$ 00,00	R\$ 800,00
Contadora	R\$ 300,00	R\$ 00,00	R\$ 300,00
Motorista	R\$ 1.300,00	R\$ 00,00	R\$ 1.300,00
Motorista***	R\$ 350,00	R\$ 850,00	R\$ 1.200,00
Total	R\$ 3.550,00	R\$ 4.290,00	R\$ 7.840,00

* Pagamento através do Fundo Municipal de Ação Social local.

** Complemento salarial pago através da Caritas Diocesana local.

*** Complemento salarial pago através da iniciativa da Prefeitura local.

Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

O quadro dos cooperados é dividido em dois grupos, os com funções fixas e os que trabalham em todos os setores da cooperativa. Os cooperados do quadro fixo são compostos por oito pessoas que (Tabela 07) operam atividades específicas e de conhecimento técnico na instituição, sendo que recebem uma pequena variação salarial por esse desempenho.

Tabela 07: Cooperados com atividades fixa na COCAP

Função do Cooperado	Vencimentos
Presidente	R\$ 1.000,00
Vice-Presidente	R\$ 620,00
Conselho ADM	R\$ 700,00
Op. de Empilhadeira	R\$ 800,00
Cozinheira	R\$ 900,00
Cozinheira	R\$ 620,00
Vigia	R\$ 620,00
Vigia	R\$ 620,00
Total	R\$ 5.880,00

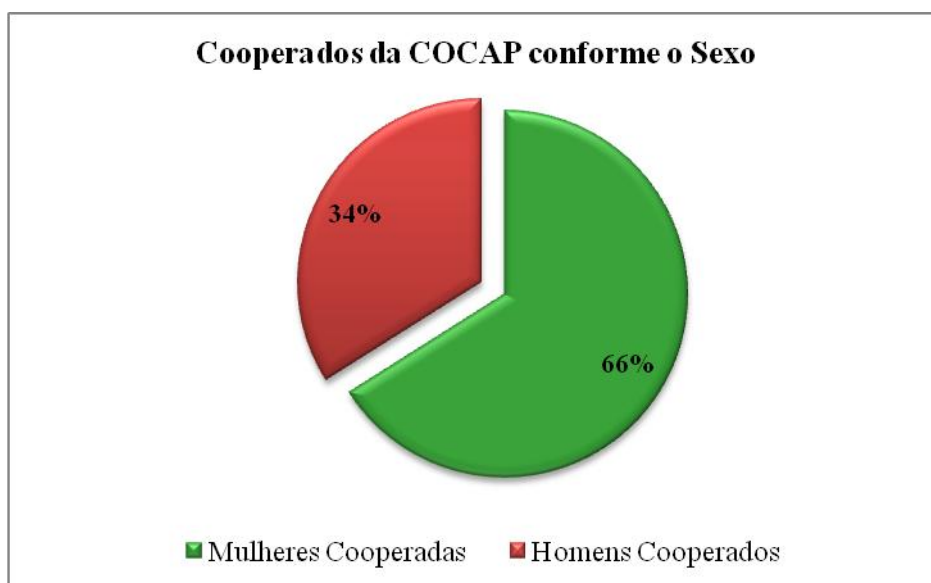
Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Os cooperados em geral da COCAP e que não atuam em atividades específicas são a maioria e recebem suas remunerações por volta de um salário mínimo, sendo que eles podem exercer suas atividades interna e externamente na cooperativa. Uma característica marcante da cooperativa é que dos seus 53 cooperados, apenas 18 são do sexo masculino, ou seja, cerca de 66% dos seus integrantes são mulheres, sendo que a maioria está na condição de arrimo familiar (Gráfico 07).

O nível de escolaridade dos cooperados é bem baixo, haja vista, que dos 53 cooperados apenas 02 possuem o segundo grau completo, outros 18 com primeiro grau completo, outros 27 são apenas alfabetizados (ensino fundamental incompleto) e o restante não são alfabetizados.

“A ação da COCAP age para a maioria dos seus integrantes como única referência de sobrevivência de diversos lares através do seu trabalho social”, cita o Gestor Oliveira.

Gráfico 07: Cooperados da COCAP conforme o Sexo.



Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

5.6 RETORNO FINANCEIRO DA COCAP

Apesar da ajuda e fomento do poder público e também o resultado financeiro da cooperativa, ainda existem diversos caminhos para serem melhorados na COCAP aponta o seu Presidente. A COCAP apresenta muitos custos (Tabela 08) que devem ser revistos e

apoiados por outras instituições, o que viabilizaria uma maior renda para seus cooperados.

Tabela 08: Custos Gerais da COCAP

Custo Mensal Aproximado			
Custo	Valor	Custo	Valor
Luz	R\$ 2.500,00	Colaboradores	R\$ 3.550,00
Água	R\$ 500,00	Cooperados fixos	R\$ 5.880,00
Combustível	R\$ 1.800,00	Vale Transporte	R\$ 700,00
Escritório	R\$ 100,00	Gás Cozinha-Máquinas	R\$ 1.700,00
Telefone	R\$ 700,00	Manutenção Geral	R\$ 4.000,00
Frete	R\$ 1.200,00	Farmácia	R\$ 106,00
Contabilidade	R\$ 500,00	EPI	R\$ 300,00
INSS	R\$ 800,00	Alimentos ³²	R\$ 4.680,00
			Custo Total: R\$ 28.516,00

Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Com base nestes custos gerais da cooperativa é possível construir uma breve síntese sobre o resultado financeiro da COCAP tendo como base a média mensal ao longo do primeiro semestre de 2012. Assim, com base no esquema (Tabela 09) abaixo fica claro que a cooperativa atualmente trabalha com uma margem financeira apertada e se faz necessário um maior suporte de agentes externos, uma vez que a COCAP não pode ser entendida apenas como entidade financeira, pois lá ocorrem também processos de fomento e apoio social aos seus integrantes (cooperados).

Tabela 09: Resultado Econômico da COCAP

Conta Financeira da COCAP	Valores
Resultado Financeiro (COCAP)	R\$ 38.597,00 (+)
Fomento Financeiro (COCAP)	R\$ 18.629,00 (+)
Resultado Financeiro Geral (COCAP)	R\$ 57.226,00 (=)
Custos Gerais (COCAP)	R\$ 28.516,00 (-)
Total	R\$ 28.710,00 (=)

Fonte: Base de dados da COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

³² A COCAP recebe ajuda do Programa Federal Fome Zero sendo que o mesmo contribui em cerca de 40% da alimentação da cooperativa por cerca de oito meses do ano (vigência do programa).

Esse resultado econômico advindos das atividades da COCAP é dividido para os 45 cooperados que atuam na COCAP sem função fixa, resultando numa média salarial mensal no valor de R\$ 638,00 (seiscentos e trinta e oito reais), além das vantagens sociais já mencionadas anteriormente.

Entre os diversos horizontes visualizados pela COCAP, o mais significativo na atualidade para a instituição é fazer valer esta Política Nacional de Resíduos Sólidos (Decreto Nº 7.404 de 23/12/2010). Para o gestor da cooperativa, conforme o Título V, Art. 44, I e II da referida legislação, que define “as políticas públicas voltadas aos catadores [...] deverão observar: [...] a possibilidade de dispensa de licitação [...] para contratação de cooperativas [...], o estímulo à capacitação [...] e o fortalecimento institucional de cooperativas [...], a COCAP deve receber pelo serviço que presta a comunidade apucaranaense, é lei e deve ser cumprida”!

“A inserção das cooperativas no serviço municipal de coleta e reciclagem deve ser estimulada através da nova lei, sendo que em Apucarana isto não ocorre não sei por qual motivo!” cita Oliveira, pois no município atualmente a coleta de lixo é paga a uma empresa terceirizada que recebe da Secretaria do Meio Ambiente Municipal por tonelada de lixo coletado, ou seja, são recursos que poderiam e deveriam ser destinados a COCAP, possibilitando que a mesma ampliasse suas atividades e pudesse realizar de maneira efetiva esta coleta em todo o município.

Desta forma, fica nítido que se faz necessário um trabalho nos dois sentidos, um por parte dos próprios integrantes da COCAP (cooperados), através de um maior comprometimento e percepção da ideologia cooperativista e o devido fomento dos poderes locais para a continuidade e aumento das atividades exercidas pela cooperativa no município atualmente.

6 RESULTADOS

A escolha e interesse pelos estudos e análises da cooperativa desta pesquisa ocorreram em virtude de a mesma apresentar amplo reconhecimento na região em que está situada e estar diretamente ligada ao desenvolvimento da comunidade em seu entorno. A esses propósitos, assinala-nos Pajoni (1996): "Nenhuma ação ou projeto urbano pode ocorrer isoladamente, sem a participação de diferentes atores. É a atividade dos habitantes que produz o urbano, que não pode ter sua gestão centralizada apenas nos poderes públicos" (p. 184).

Assim, neste trabalho, os resultados são apresentados de acordo com os instrumentos de coleta de dados aplicados no período de janeiro a julho de 2012 no desenvolvimento operacional de pesquisa de campo.

Como já exposta e apresentada anteriormente a COCAP (Cooperativa Mista de Trabalho e Produção dos Catadores e Separadores de Materiais Recicláveis de Apucarana-PR) desde o ano de 1999 atua no setor da reciclagem na cidade, além de realizar um importante trabalho de inclusão social para seus integrantes.

O foco central deste estudo baseou-se na análise da cooperativa, cooperados, colaboradores, estruturação, burocracia e da ação operacional da instituição. Foram elaborados 05 (cinco) questionários (Quadro 10) com questões abertas para os cooperados visando diagnosticar uma noção que os mesmos possuem sobre a ideologia (cooperativismo) em que estão envolvidos, além de outras proposituras visando distinguir o grau de necessidade e realidade que esses trabalhadores se encontram nesta cooperativa em estudo.

Quadro 10: Questionamento aos Cooperados

01.	O que entende por Cooperativismo?
02.	O que entende por Cooperado?
03.	O que deve ser melhorado na COCAP atualmente?
04.	Gosta de trabalhar na COCAP?
05.	Qual o motivo de estar trabalhando na COCAP?

Organizado por DE OLIVEIRA (2013).

Por meio deste questionário foi possível identificar que existe ainda entre a maioria dos cooperados certo desconhecimento sobre a organização e funcionamento da instituição em que estão inseridos, sendo que muitas vezes alguns interiorizam entendimentos distorcidos

e más interpretações sobre a ideologia cooperativista.

A organização do questionário obedeceu a uma sequência numérica em que cada cooperado representava um numeral, partindo de 01 (1º cooperado entrevistado) até o 53 (53º cooperado entrevistado), sendo que foram transcritos 06 respostas de cada questionamento de maneira que, não se utilizasse respostas de cooperadores que já haviam respondido alguma pergunta anteriormente.

Em relação ao primeiro questionamento: O que entende por cooperativismo?

Apenas 39 cooperados responderam ou indicaram algumas palavras que pudessem subtender uma noção aproximada da idéia de cooperativismo, conforme algumas exposições citadas a seguir:

Cooperado 01: *“Eu acho que cooperativismo é quando tudo mundo faz as coisas juntas”*.

Cooperado 02: *“É onde acontece um trabalho em que o dinheiro fica dividido para os trabalhadores”*.

Cooperado 04: *“É a divisão dos serviços e que as coisas todas acontecem com tudo mundo junto”*.

Cooperado 07: *“Jeito de trabalhar onde os serviços são divididos para todos”*.

Cooperado 08: *“Divisão do dinheiro igual para todos os trabalhadores”*.

Cooperado 10: *“É o jeito que nós trabalhamos aqui na COCAP.*

Os outros 14 cooperados não responderam ou souberam responder de maneira clara a sua percepção sobre a noção cooperativista. Vale frisar, que muitos cooperados se sentiram acuados frente essa abordagem acadêmica, sendo esse um fator que dificultou um pouco o desenvolvimento e propositura destes questionamentos.

No entanto, a pesquisa ocorreu de maneira tranquila e em um clima de perfeita conexão e comunicabilidade entre o pesquisador e o entrevistado, pois o maior problema enfrentado pelos entrevistados que não responderam foi mesmo uma integral falta de discernimento e apreensão conceitual sobre os conceitos abordados neste estudo.

No Gráfico 08 a seguir foi esquematizado o enquadramento atual sobre a compreensão da noção cooperativista pelos cooperados da COCAP, tendo por base os questionamentos aplicados.

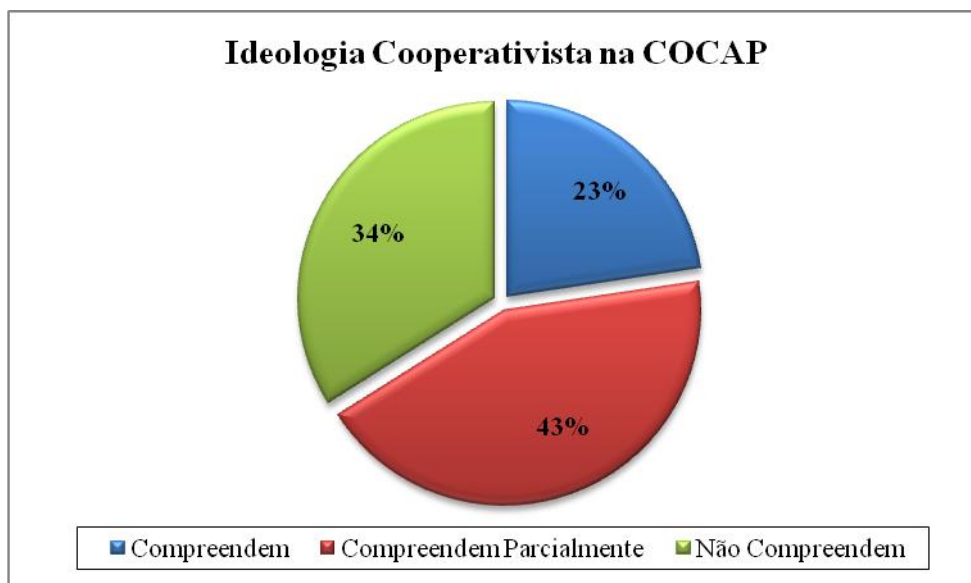


Gráfico 08: Compreensão dos cooperados da COCAP sobre a ideologia cooperativista.
Fonte: COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Na segunda questão: O que entende por Cooperado?

Somente 07 cooperados não responderam, tendo assim uma maior participação na exposição dos seus entendimentos sobre a pergunta;

Cooperado 11: *“Nós que trabalhamos aqui na COCAP”*.

Cooperado 12: *“Todos aqui estão trabalhando em cooperativas”*.

Cooperado 17: *“Responsáveis pelo trabalho da cooperativa”*.

Cooperado 19: *“Quem o governo ajuda para trabalhar em grupo”*.

Cooperado 22: *“Trabalhadores excluídos”*.

Cooperado 23: *“Gente que quer cresce na vida”*.

No terceiro questionamento: O que deve ser melhorado na COCAP atualmente?

Houve uma participação espontânea e integral de todos os cooperados com opiniões e sugestões para a cooperativa, inclusive os que não são alfabetizados e tiveram suas palavras transcritas por terceiros;

Cooperado 25: *“Mais apoio dos outros de fora”*.

Cooperado 26: *“Melhorar as condições do serviço”*.

Cooperado 27: *“Registrar o pessoal certinho”*.

Cooperado 28: *“Registro da carteira”*.

Cooperado 29: *“Melhorar o salário”*.

Cooperado 30: *“Pagam os direitos certinhos”*.

Com base nesta questão foi elaborado um gráfico mostrando a representatividade das principais necessidades apontadas pelos cooperados. Assim, como se pode observar no Gráfico 09, fica claro que a questão da contribuição e recolhimento do INSS é a maior preocupação destes trabalhadores, haja vista, que por pertencerem a uma cooperativa os mesmos ainda não contribuem para a previdência social e muito menos o fazem na esfera privada.

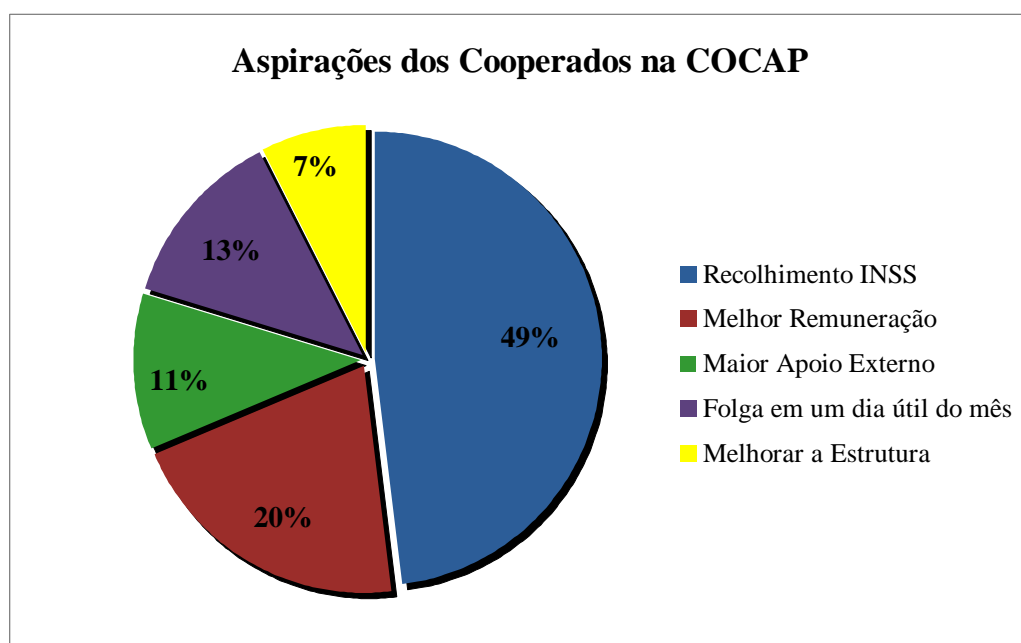


Gráfico 09: Principais aspirações dos cooperados da COCAP para sua melhoria.
Fonte: Questionário realizado na COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Neste sentido, os dirigentes da cooperativa estão muito confiantes lei de cooperativas de trabalho que foi aprovado em meados de 2012 e o programa destinado para esses empreendimentos, o PRONACOOOP. Para o Gestor da COCAP Itamar Gomes de Oliveira, com este programa do governo federal será possível legalizar o trabalho feito pelos catadores perante a previdência social, ou seja, um incentivo governamental que a cooperativa deixará de se preocupar financeiramente.

Entretanto, para tanto vale frisar que este programa do governo federal é destinado aos empreendimentos que realmente possuam suas características organizacionais e funcionais em um real acordo com as ideologias da economia solidária e em formato de cooperativas populares.

A quarta pergunta: Gosta de trabalhar na COCAP?

Houve participação de todos os cooperados, como pode ser observado em algumas respostas elencadas ao acaso abaixo:

Cooperado 37: “*Não gosto muito não*”.

Cooperado 38: “*O cheiro é forte e por isso preferiria um lugar melhor*”.

Cooperado 39: “*mais ou menos*”.

Cooperado 40: “*Gosto, mas deve ser feito melhorias aqui pra gente*”.

Cooperado 41: “*Não, por que é muito pesado e cansa muito a gente*”.

Cooperado 42: “*Não*”.

O último questionamento: Qual o motivo de estar trabalhando na COCAP? Neste questionamento o intento central foi avaliar as razões que levam os cooperados a integrarem o corpo de trabalhadores da cooperativa, considerando que muitos deles estão na instituição há alguns anos e de certa forma se sentem acomodados com o trabalho que realizam.

Também teve uma participação de todos os cooperados, com exposição dos seus motivos e necessidades;

Cooperado 31: “*Falta de serviço*”.

Cooperado 32: “*Gosto do pessoal aqui*”.

Cooperado 33: “*Num consigo serviço pra fora*”.

Cooperado 34: “*Conheço tudo mundo aqui e o pessoal me ajuda*”.

Cooperado 35: “*Sou doente e velho e não consigo serviço fora*”.

Cooperado 36: “*Desempregado*”.

Para essa questão também foi elaborado um gráfico visando demonstrar os principais motivos dos cooperados estarem trabalhando na COCAP, sendo que o principal é a falta de emprego e a exclusão social, sendo que esta última situação ocorre principalmente em virtude dos cooperados serem pessoas velhas e sem perspectivas de atuação profissional no mercado. Também ocorre a presença de ex-presidiários que tem as portas fechadas em razão da sua situação, mulheres com filhos menores, pessoas com doenças (HIV, depressão, psicológica e etc), e algumas pessoas que já há algum tempo estão na cooperativa e em situação de comodismo com o emprego.

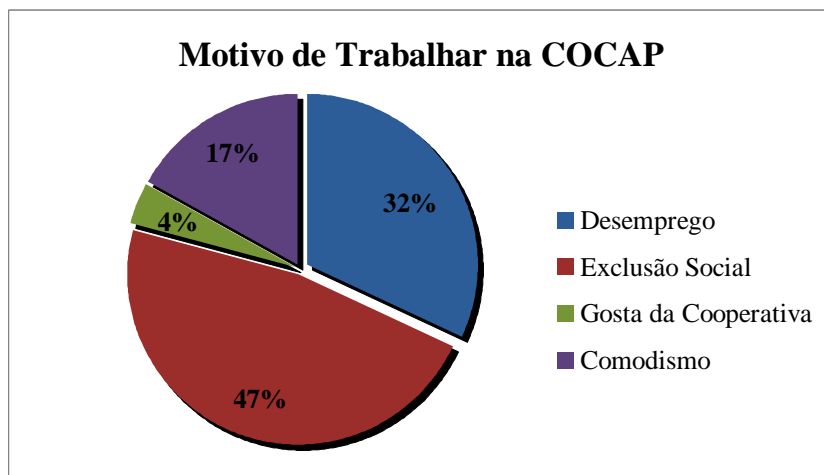


Gráfico 10: Principais motivações para os cooperados trabalharem na COCAP.
Fonte: COCAP. Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Enfim, com bases na análise das respostas e explicações expostas nos questionários fica claro que faltam ainda muitas conquistas e valores a serem implantados no dia-a-dia da COCAP, considerando que a realidade diária das atividades da cooperativa necessita de maior apoio de agentes externos e principalmente um maior comprometimento e imposição por parte dos próprios cooperados, pois os mesmos ainda apresentam uma face operacional e estratégica muito “passiva” e com dificuldades de iniciativa de parte do grupo.

Foi realizada ainda uma análise técnica a partir de alguns modelos utilizados pela ITCP-UFRJ e a ANTEAG, onde foram analisados alguns apontamentos peculiares da ação organizacional da COCAP e sua posterior exposição sobre o grau de apreensão conceitual da ideia de economia solidária que esta instituição apresenta na atualidade.

Por se tratar de uma cooperativa com fortes indícios de ação e iniciativa popular, foi proposta uma análise da mesma através da noção de cooperativas popular já apresentada (quadro 04) anteriormente pela ITCP-UFRJ.

Apesar de ser um modelo da ITCP-UFRJ, ele tem sido ao longo destes anos replicados e usado como molde por diversas outras Incubadoras de inúmeras Universidades do país afora. Estas cooperativas quando bem organizadas possuem uma ação focada na promoção de melhores condições de vidas para os envolvidos neste processo (cooperados).

Entretanto, quando estas práticas são trazidas para a realidade, é notório um alto grau de dificuldade de trabalhar com a temática, pois são envolvidas inúmeras situação de grande complexidade de percepção e entendimentos por parte de todos os envolvidos nestes projetos.

Assim, não é diferente na COCAP que também apresenta suas dificuldades e carência de organização, como pode ser visualizado no quadro 11 onde é exposto o estágio atual que se encontram estas 09 características (ITCP-UFRJ) na COCAP, tendo por base estes

apontamentos ditados como centrais do empreendimento “cooperativa popular” pela ITCP-UFRJ.

Quadro 11: Características de Cooperativa Popular presente na COCAP

01. Origem	Apesar de ter sido organizado pela Igreja Católica, o início das atividades era composto por profissionais do mesmo setor (reciclagem) e viviam desempregados ou em situações de marginalidade econômica.
02. Constituição do capital	O trabalho é o principal capital pessoal dos cooperados.
03. Gestão democrática	Diretoria atual em ação a mais de uma eleição.
04. Distribuição de renda	Pouca diferença de salários entre os cooperados.
05. Divisão de tarefas	Ocorre terceirização na COCAP, principalmente no setor administrativo.
06. Princípios autogestionários.	Documentos basilares da autogestão se fazem presentes na COCAP, mas apresentam elevada desorganização de dados e de difícil compreensão.
07. Quadro de associados	Cooperados participam em minoria nas assembleias e não se interessam pela frequência e prática de cursos profissionalizantes.
08. Garantias de continuidade da cooperativa popular	Não há separação de nenhum recurso para a criação de fundos social na COCAP.
09. Responsabilidade social	O ingresso de cooperados na COCAP não ocorre em virtude de ação social inicializada pela cooperativa, mas por necessidade de ambos os lados pelos serviços do novo integrante cooperativado.

Organizado por DE OLIVEIRA (2013)

Com esta análise e noção do cooperativismo popular proposto pela ITCP-UFRJ fica claro que ainda existem alguns desajustes organizacionais na ação burocrática e operacional da COCAP, onde determinadas ações devem ser revistas e reaplicadas de uma forma diferenciada no intento de não perder as características de cooperativa popular que ainda possui, além de também consolidar outras práticas que irá organizar plenamente esta instituição como cooperativa popular.

Entre os parâmetros conceituais que constituem o cooperativismo popular da ITCP-UFRJ percebe-se que alguns não ocorrem plenamente na COCAP, como a democracia na gestão do empreendimento, divisão (distribuição) de tarefas, quadro de associados e outros apontamentos autogestionários delimitados pela ITCP-UFRJ.

Além da análise das características de cooperativismo popular apontadas pela ITCP-UFRJ, foi usado também como técnica metodológica alguns indicadores de autogestão delimitados pela Associação dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG – (tabela 12), que defende esta noção não somente como uma análise focada apenas como um processo empresarial, ou seja, faz-se necessário uma construção crítica-social de maneira

sólida e sistematizada dos processos econômico-sociais em que os grupos humanos estão envolvidos.

Assim, como ocorre com a economia solidária a autogestão também possui uma característica singular de estar em um contínuo processo de construção e (des) construção teórica e prática através de uma análise dialética e crítica do meio antrópico.

Para tanto, o embasamento desta noção conceitual (autogestão) obedece a alguns indicadores teóricos. Para Wautiez et al. (2003, p. 177), “um indicador é uma informação processada que busca gerar uma idéia sobre um fenômeno e sua evolução. É um sinal que se refere a uma das características do fenômeno, o qual desejamos colocar em evidencia, possibilitando um ponto de referencia que baliza nossa análise”. Essa ferramenta apresenta como elemento norteador simplificar a compreensão sobre uma dada realidade, que seja objeto de análise, estudo ou pesquisa científica.

O caminho trilhado até a propositura dos indicadores de autogestão (ANTEAG, 2005) é fruto de diversos estudos, pesquisas, experiências e assessorias que a ANTEAG tem prestado em diversas iniciativas autogestionárias em todo o país. Esses indicadores são essenciais para a formulação de um diagnóstico quantitativo, em um determinado momento, a fim de propiciar uma comparação concreta de cada realidade estudada e conseqüentemente poder medir o grau de evolução ou regressão dos estudos de casos estudados.

Os indicadores de autogestão definidos e delimitados pela ANTEAG são todos de fundamental importância para um melhor entendimento e compreensão da funcionalidade dos empreendimentos econômicos solidários, a exemplo da COCAP, que apesar de não se enquadrar integralmente com essas características, foi possível identificar algumas variáveis que podem ser consideradas como um indicativo deste tipo de iniciativa econômico solidária.

Estes indicadores identificados pela ANTEAG foram elencados de maneira decrescente segundo o grau de importância, aplicabilidade e funcionalidade para as cooperativas populares. No gráfico 11 está esquematizado o percentual de importância que cada um abrange dentro de uma cooperativa popular, sendo que entre os 06 (seis) eixos que os indicadores estão subdivididos o principal e de maior significação foi o de “Participação dos Cooperados”, sendo este a principal característica de um empreendimento autogestionário.

Os demais indicadores receberam menos escores em sua pontuação sobre a sua importância de utilidade na caracterização de um empreendimento autogestionário em virtude de possuir atributos apenas complementares como a divisão do “quadro social e as atividades sociais”, que são elementos que ajudam na organização e consolidação da cooperativa popular, entretanto, existem outros indicadores que são mais essenciais para uma efetiva

funcionalidade da cooperativa popular.

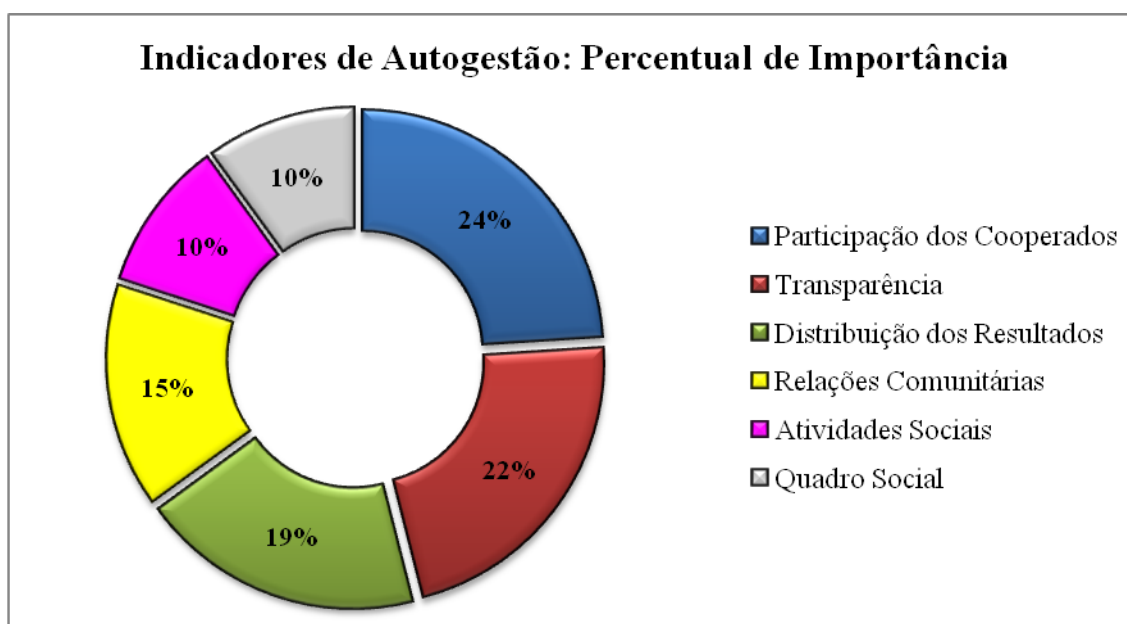


Gráfico 11: Percentual de Importância dos Indicadores de Autogestão (ANTEAG, 2005).
Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Estes indicadores (38 no total) observam de maneira estratégica alguns aspectos internos e externos dos empreendimentos autogestionários e assim podem caracterizar a realidade dos mesmos de forma clara e concreta para estudos posteriores. Os indicadores foram agrupados em 06 eixos:

Participação dos cooperados: composto de 11 indicadores refere-se à interferência direta e indireta dos sócios na gestão da organização, caracterizando o nível de democracia encontrado.

Transparência administrativa e financeira: possui 06 indicadores que servem a observação dos fatores básicos de transparência na gestão, com base na divulgação de informações ao trabalhador.

Transparência na distribuição dos resultados: propõe-se a medir a justa remuneração do trabalho desenvolvido por todos os sócios.

Relações comunitárias: formado por 07 indicadores, busca avaliar a convivência com os agentes sociais que podem auxiliar na viabilização do negócio sem ter caráter eminentemente mercantil.

Atividades sociais: composto por 05 indicadores permite avaliar a integração e o respeito à integridade das pessoas como uma preocupação conjunta dos trabalhadores.

Quadro social: busca a avaliação da ausência de exploração do trabalho, através do empoderamento dos trabalhadores que compõe o quadro dos envolvidos no empreendimento. (MAZZEI, 2006, p. 53).

Seguindo o modelo de indicadores de autogestão da ANTEAG (2005) foi construída uma breve análise deste interiorizados na COCAP, baseando nos seus eixos principais: Participação dos cooperados, Transparência administrativa e financeira, Transparência na

distribuição dos resultados, Relações comunitárias, Atividades sociais e o Quadro social.

Em relação à participação dos trabalhadores (eixo 01), percebe-se que ainda não ocorre uma literal participação de todos os integrantes da cooperativa no sistema gestacional da instituição, pois a maioria dos cooperados não se interessa pela administração da cooperativa, ficando mais preocupados em trabalhar deixando a gestão para uma pequena minoria, sendo que esta minoria (cooperados da administração) possui pouca rotatividade na gerencia da cooperativa.

Quanto à transparência (eixo 02), a cooperativa não possui qualquer tipo de fiscalização ou auditoria interna em funcionamento. O conselho de administração, fiscal e a presidência da cooperativa são realizados sempre por um mesmo grupo. Inexiste na cooperativa também uma preocupação organizacional em divulgar seus resultados financeiros, sendo que o estado contábil da instituição apenas o grupo administrativo tem acesso e liberdade de opinar sobre algumas medidas e ações a serem tomadas pela instituição.

No eixo 03, que se refere a transparecia na distribuição dos resultados, ocorre uma justa distribuição dos resultados entre os cooperados, sendo que não ocorrem diferenças significativas de salários entre os cooperados, realidade esta que é justificada em virtude dos baixos resultados que a cooperativa ainda adquire, visto que a média de sobras que cada cooperado recebe mensalmente gira entorno de 01 (um) salário mínimo.

Nas relações comunitárias apresentadas no eixo 04, existe uma significativa participação da cooperativa na comunidade local em virtude do interesse de alguns agentes externos que acreditam e admiram os trabalhos executados na COCAP, visto que, diariamente chegam até a cooperativa pessoas para visitar, conhecer o trabalho, principalmente a questão de visitas do setor acadêmico, do próprio município de localidades vizinhas. A cooperativa possui também uma boa relação com a imprensa local que quase sempre está divulgando noticiários sobre a instituição, além de outras relações mais corriqueiras e tradicionais que a COCAP possui com o poder público municipal e com algumas empresas privadas na cidade.

Em relação às atividades sociais (eixo 05), a realidade da COCAP é de quase nunca ocorre à incidência de eventos ou recreações (festividades) na instituição, sendo que tal situação se limita a algumas iniciativas que ocorrem um ou no máximo duas vezes por ano.

No sexto e último eixo que se refere ao quadro social da cooperativa, ela apresenta um índice significativo por possuir pouco número de empregados (terceiros), sendo que a principal característica que contribui é a elevada participação feminina na cooperativa, sendo inclusive partilhada também na administração e gerencia da cooperativa.

Desta forma, com base na análise e estudos dos indicadores de autogestão da

ANTEAG (2005), está exposto no quadro a seguir um resumo da realidade atual desses indicadores na COCAP.

Quadro 12: Indicadores de Autogestão na COCAP adaptado da ANTEAG (2005)

1	Participação dos Cooperados	0	1	2	3	4	5
1.1	Frequência de Assembleias				X		
1.2	Participação dos Cooperados (Assembléias)		X				
1.3	Frequência de reuniões c/ Cooperados					X	
1.4	Participação nas reuniões (cooperados)		X				
1.5	Frequência de reuniões do Conselho Adm.					X	
1.6	Participação dos membros do Cons. Adm.				X		
1.7	Frequência de reuniões do Conselho Fiscal					X	
1.8	Participação dos membros do Conselho Fiscal				X		
1.9	Rotatividade da Direção (ultima eleição)	X					
2	Transparência						
2.1	Elaboração de prestação de contas mensal					X	
2.2	Divulgação de prestação de contas mensal		X				
2.3	Análise de prestação de contas (Cons. Fiscal)	X					
2.4	Divulgação do parecer do Conselho Fiscal	X					
2.5	Elaboração de planejamento (adm./produção)			X			
2.6	Divulgação dos atos da administração			X			
3	Distribuição dos Resultados						
3.1	Decisões sobre retiradas			X			
3.2	Remuneração específica para a direção					X	
3.3	Diferença entre maior e menor retirada				X		
4	Relações Comunitárias						
4.1	Relação da cooperativa com o governo local		X				
4.2	Relação com ONG's ou outras entidades sociais		X				
4.3	Relação com Movimento Comunitário		X				
5	Atividades Sociais						
5.1	Frequência de festas entre os cooperados		X				
5.2	Participação dos trabalhadores nas festas						X
5.3	Participação de familiares dos trabalhadores					X	
5.4	Frequência de atividades esportivas	X					
5.5	Participação nas atividades esportivas	X					
6	Quadro Social						
6.1	Percentual de empregados na cooperativa.		X				
6.2	Número de terceiros na cooperativa		X				
6.3	Decisão sobre novos cooperados					X	
6.4	Decisão sobre afastamento de cooperados						
6.5	Percentual de mulheres na cooperativa						X
6.6	Percentual de mulheres na direção da cooperativa						X

Org.: DE OLIVEIRA (2013).

Com base no quadro 12 fica é possível delimitar e definir alguns parâmetros fixos e

de fácil entendimento sobre as análises a serem observadas na COCAP, haja vista, que devido à complexidade de fatores abarcados nestes indicadores de autogestão utilizados nesta pesquisa, foi possível observar as diversas singularidades que se fazem presentes no interior das cooperativas populares, pois este modelo é uma realidade que foge da lógica vigente nas economias atuais, considerando que suas propostas de cunho coletivista e solidário são estranhas ao modo de produção capitalista, que produz não só bens, mas componentes consumistas e competitivos.

Fica claro também que as atuações de cooperativas populares possuem um papel significativo no canal reverso dos resíduos sólidos urbanos. Nesse sentido, é necessária a valorização do trabalhador que faz a coleta e a separação do material para a reciclagem, cumprindo atualmente importante função ambiental-urbana, sendo que a sua correta instrução e organização em cooperativas populares de catadores vão integralmente ao encontro dessa problemática.

Além da questão ambiental, foi abordada a questão das cooperativas como possibilidade de inclusão social e econômica em países em desenvolvimento. Nesse sentido, vale até perguntar: Quanto à prefeitura teria que gastar para fazer esse serviço de utilidade pública? Por que não investir esse valor na organização desses trabalhadores, que além de tudo ainda estão buscando condições dignas de trabalho e renda, e de alguma forma contribuindo para o desenvolvimento local?

Desta forma, como resposta aos questionamentos anteriores é evidente a falta de políticas de desenvolvimento econômico social em esfera local que estão comprometidas com a valorização do indivíduo, fomentando seus valores e aptidões, pesquisas e estudos sobre as potencialidades econômico culturais dos bairros, a exemplo das cooperativas de catadores, parceria com entidades públicas e privadas, fomento à inovação e à qualificação profissional e fortalecimento à cultura empreendedora do município.

Visto que, apesar de a COCAP realizar um trabalho bastante louvável na tentativa de melhorar o nível de vida de uma categoria de trabalhadores (catadores), iniciativas como estas devem ser apoiadas por governos de todas as esferas, instituições públicas, privadas e não governamentais.

Entendendo como estes empreendimentos cooperativistas do meio popular funcionam, a grande e principal crítica à organização dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas diz respeito a sua organização (projeto), fato que também é evidente na COCAP, pois as inúmeras falhas de sua infraestrutura e organização do trabalho que se fazem presentes poderiam ser previstas e remediadas por agentes externos, neste caso específico,

através de um maior fomento do governo local (Secretaria do Meio Ambiente).

Infelizmente, a COCAP poderá, ao longo do tempo, estar condenada ao fracasso se não receber um adequado suporte técnico-financeiro para que assim desenvolva sua atividade plenamente. Algo que se pode afirmar é que a Cooperativa não tem condições organizacionais, nem maturidade suficiente para "andar com as próprias pernas", existir e prosperar sozinha. Tanto no campo psicossocial, quanto no político é preciso a intervenção da sociedade para que os problemas sejam solucionados.

A COCAP consegue alguns resultados graças ao empenho de alguns trabalhadores terceirizados (Gestor de Cooperativas, Assistência Social e outros envolvidos), haja vista, que a sua administração direcionada e organizada apenas pelos seus cooperados praticamente inviabilizaria a sua manutenção e existência, considerando que a mesma carece de muita educação cooperativista em seus integrantes.

Indo um pouco mais longe, através de uma análise das dificuldades de conscientização do trabalho corporativo e de reintegração dos cooperados à sociedade, vê que esses esforços ainda são de pouca significância para uma efetiva consolidação da cooperativa como integrante da frente ideológica do cooperativismo popular. Não se podem exigir mudanças voluntárias de atitude e comportamento de pessoas cujos valores foram impostos pela marginalização e discriminação da sociedade.

Na teoria tudo soa muito bonito e elegante para o enfoque social, mas na prática diária fica claro que o trabalho a ser feito na COCAP exige uma árdua tarefa de construção de valores, sendo que tal situação coloca a cooperativa como totalmente dependente de outras esferas sociais. O trabalho será difícil visto que os cooperados nunca experimentaram um tratamento desses anteriormente e consideram seu jeito próprio de fazer as coisas como o correto.

Com base nos dados e levantamentos estudados com o presente trabalho, fica claro que a COCAP ainda está em um estágio de desenvolvimento e consolidação como empreendimento econômico solidário, caracterizado principalmente pela falta de um clima organizacional que esteja integralmente aliado com a ideologia institucionalizada pela noção de economia social das cooperativas populares.

Apesar de a cooperativa possuir algumas condições-chaves como estrutura, campo de atuação e pessoal para funcionar de forma solidária, falta ainda construir uma real percepção dos conceitos e práticas de economia autogestionária em todos os integrantes da cooperativa afim de que ela possa funcionar realmente como tal.

Entretanto, para essa realidade se concretizar para a COCAP faz-se necessário uma

maior participação da mesma com o desenvolvimento local através de uma melhor relação com o poder público e privado da cidade. Essa relação entre o cooperativismo popular com o desenvolvimento local é uma fundamental iniciativa para a geração e manutenção do emprego, de infraestruturas e de atividades socioeconômicas diversas, contribuindo para a reestruturação das áreas afetadas, especialmente em áreas mais débeis.

Em relação à aplicação em si do conceito de cooperativas populares na COCAP, conforme os resultados apontados anteriormente, fica claro que, ainda está longe de ser aplicado integralmente os indicadores de autogestão da ANTEAG e também as características do cooperativismo popular definido pela ITCP-UFRJ na COCAP, ou seja, é necessário um trabalho de conscientização conceitual entre os integrantes da cooperativas para que posteriormente, possa efetivamente estar aplicando alguma proposta metodológica no intuito de construir uma consciência e um clima organizacional voltado para o cooperativismo popular na essência.

Vale frisar que apesar destas dificuldades existem algumas peculiaridades positivas para a cooperativa, conforme análises investigativas e de conversas paralelas com alguns de seus integrantes, as perspectivas são boa para uma parcela dos seus envolvidos, considerando o momento que o setor passa como o apoio de algumas legislações para a área, interesse da universidade em divulgar a realidade que esses empreendimentos se encontram e também o interesse e conscientização que uma parcela dos integrantes do poder público e privado vêm direcionando para o setor.

Por fim, com base nas experiências e realidades visualizadas na COCAP percebe-se que é de fundamental importância atentar-se para o fato de que iniciativas locais isoladas correm o risco de não gerar a economia solidária, ainda que sejam bem organizadas individualmente, ou seja, a sua identificação como empreendimento autogestionário e solidário, independente da sua situação financeira precisam ser percebidas como conjunto e articuladas com todas as esferas da sociedade. Por isso é fundamental a sistematização das experiências, a divulgação das idéias e a transformação delas em proposta, deixando de lado o enfoque no mundo experimental e localizado para atuar efetivamente na operacionalização destes ideários em iniciativas prático-funcionais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as análises e estudos que resultaram nesta dissertação foi possível construir uma breve mensuração das principais noções e conceitos que estão envolvidos no debate teórico da economia solidária, como a questão do cooperativismo com seus distintos entendimentos (noção capitalista e popular), autogestão, iniciativas populares e diversos outros assuntos que estão inseridos nesta temática.

Os objetivos principais desta dissertação foram o de possibilitar a discussão sobre as cooperativas populares, torná-las mais conhecidas no meio social através do diagnóstico acadêmico de uma Cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Apucarana/PR e, ao mesmo tempo, apresentar uma contribuição para uma discussão fundamental sobre a realidade desta cooperativa em relação à aplicação, manutenção e existências de caracteres de cooperativa popular em seu funcionamento.

A base conceitual enfocada neste estudo foi a delimitação e entendimento sobre cooperativas populares, que de maneira geral atuam como verdadeiros centros de inclusão social e possibilitam uma reflexão concreta sobre a inclusão dos trabalhadores excluídos no mercado capitalista formal.

A cooperativa popular quando bem estruturada e agindo em comum acordo com seus pressupostos que norteiam o cooperativismo popular e autogestionário, possibilita aos seus cooperados uma forma de expressão pessoal e profissional autêntica, se auto-reconhecendo como trabalhador inserido e incluso no mercado de trabalho, através de uma identidade que se expressa com o restante do seu respectivo grupo (cooperativa popular). Uma forma de trabalho que potencializa ações de pessoas simples em empreendimentos com objetivos socioeconômicos, resgatando a cidadania e promovendo o estabelecimento de acordos, parcerias, apoios e políticas públicas municipais necessárias ao sucesso do empreendimento.

Através das observações realizadas neste estudo, percebe-se que a realidade da COCAP esta indiscutivelmente muito aquém do que se aplica e acontece nas cooperativas populares, haja vista, que alguns parâmetros e características das iniciativas cooperativas populares ainda não se enquadram efetivamente na COCAP, conforme pode ser visualizado nos resultados levantados. O parâmetro de comparação usado foram aqueles fornecidos pela Rede de ITCPs e pela ANTEAG

Entre os inúmeros questionamentos, conflitos e contradições conceituais do cooperativismo popular, o principal e mais importante e que possibilita uma efetiva

consolidação institucional destes empreendimentos é a questão da “identidade conceitual e organizacional” desta temática, ou seja, uma auto-afirmação e identificação com as experiências de cooperativas populares, tornando essa noção harmônica e igualitária entre todos os envolvidos neste processo.

Apesar de todas as dificuldades que o setor padece e passa no seu processo de implantação e consolidação, como a falta de infraestrutura e de apoio político, técnico e financeiro, de nada adiantam essas ações se não estiverem introjetadas no íntimo dos protagonistas deste processo (cooperados) como a responsabilidade, compromisso e ação conjunta do grupo para com uma causa comum, que é na realidade o desenvolvimento unitário de todo o grupo.

Baseando-se neste viés, neste momento fica evidente que esta situação é praticamente o quadro que se visualiza na COCAP, uma cooperativa de catadores que possui uma enorme infraestrutura, quadro significativo de trabalhadores e de volume produtivo, além de algumas articulações organizacionais com determinados integrantes dos setores públicos e privados.

Entretanto, na prática diária da cooperativa percebe-se certa distorção na definição de decisões, responsabilidade com resultados e até mesmo transparência de iniciativas e ações tomadas pela instituição, ou seja, falta uma participação mais conjunta e democrática de todos os integrantes da mesma, haja vista que nem todas as operações da cooperativa são integralmente partilhadas entre todos os seus trabalhadores.

Esse quadro institucional que se encontra a COCAP indica a existência de pouca identidade autogestionária dos seus envolvidos, ou seja, falta aos mesmos compreenderem que a cooperativa é um espaço de expressão individual e coletivo do grupo, inventado pelo próprio trabalhador, e que pode potencializar outras formas de luta.

De maneira geral, a sobrevivência das cooperativas populares pauta-se pelo acesso amplo e democrático das informações e dados da instituição, visto que elas possuem uma particularidade primordial e fundamental para a sua manutenção e consolidação, quando age de maneira simplificada, direta e transparente, características essas que surgem nos momentos decisivos e de problemas institucionais. O que ocorre é uma eliminação da divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos.

Voltando para a realidade da COCAP, pode-se apontar como principal elemento que impossibilita um efetivo crescimento e consolidação da instituição a falta de práticas autogestionárias, considerando que no atual modelo de funcionamento que a instituição trabalha são nítidas diversas práticas da heterogestão, similar ao que ocorre nos mercados

capitalistas tradicionais.

Com base nos resultados apresentados neste trabalho foi possível mensurar algumas práticas e características esparsas de cooperativas populares na COCAP. Entretanto, estes indicadores e características não apresentam peso significativo para uma efetiva expressão autogestionárias, pois estes são situações isoladas e burocráticas, como o caso do formato de inicialização e organização funcional do empreendimento entre outros elementos pouco relevantes.

Enfim, através desta pesquisa percebe-se que a COCAP está na realidade sem uma identidade institucional e conceitual consolidada (cooperativa popular), Entretanto, é uma iniciativa que pode ser partilhada, reconstruída e reformulada a partir da direção, cooperados e órgãos públicos e privados vinculados com a mesma. Considerando que o maior interessado e beneficiado com essa mudança de atitude organizacional da instituição é o próprio cooperado, cabe ao mesmo um peso maior em relação a mudança de hábitos e maior interesse participativo na administração da instituição.

Essa situação de democracia e maior participação nas decisões administrativas da COCAP é na realidade a principal problemática vivenciada pela mesma, caso contrário, se não ocorrer uma integral aplicação de noções e práticas autogestionária, a cooperativa está fadada a manter-se estática, sem grandes aspirações profissionais ou até mesmo impossibilitar a existência e manutenção do empreendimento em alguma crise financeira, social ou política futuramente.

8 REFERÊNCIAS

ABRANTES, J. *Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ACI – ALIANÇA COOPERATIV INTERNACIONAL. Princípios Cooperativistas. Disponível em: <<http://www.ica.coop/ica/pt/ptprinciples.html>> : Acesso em: 12 maio 2012.

AMARAL, Augusto C. P. *Estrutura e funcionamento de uma cooperativa de trabalho médico: um estudo de caso da Unimed Cuiabá*. - São Paulo: s.n., 2001.

ANJOS, Eliene G. *Cooperativas de trabalho: constituição do trabalho associado ou precarização do trabalho assalariado?* III Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina, 2008.

ANTEAG - Banco de dados. Disponível em: <<http://www.facesdobrasil.org.br/membrosfaces/32-acs-associacao-de-certificacao-socioparticipativa-da-amazonia.html>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

ANTEAG - Faces do Brasil. Disponível em: <http://www.facesdobrasil.org.br/membrosfaces/32-acs-associacao-de-certificacao-socioparticipativa-da-amazonia.html>. Acesso em 15 jul. 2012.

APUCARANA – Reportagem: Disponível em: <http://site.apucarana.pr.gov.br/?p=noticia&id=2531>. Acesso em 12 maio 2012.

APUCARANA – Reportagem: Disponível em: <http://www.tnonline.com.br/noticias/regiao/32,8733,30,12,apucarana:-bndes-vai-liberar-rs-882-mil-a-cocap--.shtml>. Acesso em 18 maio 2012.

APUCARANA – Reportagem: Disponível em: <http://www.tnonline.com.br/noticias/regiao/32,9416,15,02,incendio-destroi-barracao-da-cocap-em-apucarana.shtml>. Acesso em 18 abr 2012.

APUCARANA – Reportagem: Disponível em: http://www.apukaonline.com.br/apukaonline1/index.php?option=com_content&view=article&id=5405:cocap-confirma-reinauguracao-e-revela-deficit-de-r-30-mil&catid=1:geral&Itemid=64. Acesso em 02 jun. 2012.

ARRUDA, Marcos. *Humanizar o supra-humano. A formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e Economia Solidária*. Petrópolis, Vozes, 2003.

AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Uma nova metodologia*, vols 1 e 2. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. São Paulo, 2005.

AVELAR, Kattia A. B.; MAYBUK, Sérgio L.; AVELAR, João M. B.; SOUZA, Adalberto D. *Estudo Aplicado sobre a Gestão da Cooperativa Popular Vale do Rio Cantu – COOVRCAN*. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciencias_sociais/02_AVELAR_MAYBUK_AVELAR_SOUZA.pdf>. Acesso em 15 maio 2012.

BECHO, Renato Lopes. *Tributação nas cooperativas*. São Paulo: Dialética, 2008, p.71.

BIALOSKORKI, Sigismundo Neto. *Estratégias e cooperativas agropecuárias: Um ensaio analítico*. Seminário de Políticas Econômicas em Cooperativismo e Agronegócio da UFV. São Paulo: 2002.

BOESCHE Leonardo. *Fidelidade cooperativa: uma abordagem prática*. Curitiba: SESCOOP/PR, 2005. 96p.

BORDA, O. F. *El Reformismo por Dentro em América Latina*. Genebra, Siglo Veintiuno Editores, 1971. 215p.

BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (Org.) *Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias*. Viçosa: UFV/DER, 2002.

BULGARELLI, W. *Sociedades comerciais*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

CALDEIRA, Álvaro da Cunha. *Rota do Cooperativismo: de Rochdale à Estratégia Negocial Competitiva*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração – FEA – PUC/SP, São Paulo, 2007.

CALDERONI, S. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo: USP, 1997.

CANÇADO, Airton Cardoso; GONTIJO, Mário César Handam. *Princípios cooperativistas: origem, evolução e influências na legislação brasileira*. In CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G (orgs.). *Incubação de cooperativas populares: metodologia dos indicadores de desempenho*. 2 Ed. Palmas: Futura, 2009.

CANÇADO, Airton Cardoso. *Autogestão em Cooperativas Populares: os desafios da prática*. 2004. 124 f. Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Bahia, 2004.

CARMO, M. S.; OLIVEIRA, J. A. P.; ARRUDA, R. G. L. *O trabalho com resíduos pelos classificadores - o papel da semântica do lixo no reconhecimento social e identidade profissional*. In: XXX EnANPAD, Salvador, 2006. Anais... Salvador: ANPAD, 2006.

CARPI, Juan T. *La Economía Social en un mundo en transformación*. CIRIEC – España, no. 25, abril de 1997, p. 83-115.

CATTANI, A. *Utopia*. In: CATTANI, A. D. (org) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: USP, 2003.

CENZI, Neurii L. *Cooperativismo: Desde as origens ao projeto de Lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro*. Curitiba: Ed. Juruá, 2009.

CORAGGIO, J. L. *La gente o el capital. Desarrollo local y economía del trabajo*, Buenos Aires, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Luciano S. *O Cooperativismo: Uma Breve Reflexão Teórica*. Revista Ciências Sociais em Perspectivas, UNIOESTE, Volume 06 - Nº 11 - 2º semestre de 2007.

CULTI, Maria Nezilda. *O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade*. In: Anais do 3º Congresso Europeu de Latino americanistas, Amsterdam-Holanda, 2002.

DE OLIVEIRA, E. *As contribuições sócias econômicas e ambientais da COCAP no município de Apucarana/PR*. Revista Faz Ciência; ed. UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2009 V. XI.

FAJARDO, Sérgio. *Territorialidades Corporativas no Rural Paranaense*. Guarapuava: Unicentro, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1. Acesso em 02 jun. 2012.

FONSECA, Isaque; VEIGA, Sandra. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2002.

GAIGER, L. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. *Significados e tendências da economia solidária*. In *Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT*. 1999.

_____. *A economia solidária frente a novos horizontes*. Publicado em www.ecosol.org.br.

_____. *Sobrevivência e utopia – Os projetos alternativos comunitários no RS*. Série Cultura e Movimentos Sociais nº 10, Cedope/Unisinos, 1994.

GAWLAK, A. RATZKE, F. A. *Cooperativismo: Filosofia de vida para um mundo melhor*. Curitiba: SESCOOP/PR (Ocepar), 2001.

GERMER, Claus. *A economia solidária: uma crítica marxista. Estudos de direito cooperativo e cidadania*. Curitiba – Pr. Número 01, Pg. 51 a 73, 2007 – UFPR.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GOERCK, Caroline. *Processos de trabalho na Economia Popular Solidária: uma forma diferenciada do trabalho coletivo no Vale do Rio Pardo*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre.

GOMES, D. O. *Sociedades cooperativas, terceirização e caracterização do vínculo empregatício: problemática, proibições e possibilidades de admissão*. Rio de Janeiro, 10 jun.

2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7310>>. Acesso em: 04 maio 2012.

GRAÇA, Marcos. *Cooperar para fugir do desemprego*. In: BISSIO, Beatriz (Diretora). *Cadernos do terceiro mundo – Biopirataria: a Amazônia em perigo*. Editora Terceiro Mundo, n. 205, 1988.

GUIMARAES, G.; SALOMÃO, I. *Planejamento e Gestão de Incubadoras de Tecnologias*

GUTIERREZ, G. L. *Da autogestão à economia social: a concepção de uma nova empresa*. *Revista de Administração*. São Paulo, n. 33, p. 68-73, jan./mar., 1998.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza dos homens*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES. *Ossos do Ofício: Cooperativas Populares em Cena Aberta*, 1998.

KLAES, Luiz Salgado. *O ideário cooperativo e sua influência no Movimento e na Legislação cooperativista brasileira*. Florianópolis, 1982. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina.

LAVILLE, Jean-Louis e GAIGER, Luiz Inácio, 2005. *Economia Solidária in Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra.

LUZ, Newton Wiethorn. *Análise da gestão de uma cooperativa de trabalho médico através do processo decisório. Um estudo de caso da UNIMED – Florianópolis*, 1998. 138f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1998.

LUXEMBURGO, R. (1999) *Reforma ou revolução?* São Paulo: *Expressão Popular CIEEP*. Disponível em: <http://www.cieep.org.br/home.php?page=biografias&codigo=5&periodo=Século%20XVIII>. Acesso em 20 maio 2012.

MAACK Reinhard. *Geografia Física do Estado do Paraná*. BRDE/ IBPT/ UFPR, Editora Max Roesner, Curitiba, 1968.

MACIEL, M.L. *Cooperativas populares em arranjos e sistemas de MPME – NT1.5*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

MAIA, Denise M. *Cooperativa popular no desenvolvimento social e humano*. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Grupo de Trabalho: Educação Popular / n.06, Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/posteres/GT06-3351--Int.pdf>. Acesso em 04 jun. 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. Tradução: BRABOSA, Regis; KOTHER, Flávio R. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. V. I.

MAZZEI, Bianca B. *Autogestão em Empreendimentos Econômicos Solidários: um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de Maringá-PR*. Dissertação de Administração – UEM/UEL – PR, 2006.

MELO, Ana Beatriz. *Novos movimentos sociais e economia solidária: uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação*. Dissertação de Psicologia – PUC/MG, 2007.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. *Economia: Fundamentos e Aplicações*. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. *Emprego de Indicadores Sócio-Econômicos na Avaliação Financeira de Cooperativas Agropecuárias*. Piracicaba. Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada. 2000.

MENEZES, Antonio. *Nos rumos da Cooperativa e do Cooperativismo*. Brasília, 2005.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MISI, Márcia Costa. *Cooperativismo de Trabalho: direito do trabalho e transformação social no Brasil*. São Paulo: LTr, 2000.

MLADENATZ, G. *História de las doutrinas cooperativas*. México: Editorial América, 1944.

MORAIS, Leandro Pereira. *Economia social e solidária: do que se trata este complexo e controverso setor? Balanço, tendências e perspectivas para a análise do caso brasileiro*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 10, Salvador. Anais...Salvador, 2007. p. 1-20. 1 CD-ROM.

MORENO, A. S., CHAVES, R. *Balance y tendencia en la investigación sobre tercer sector no lucrativo*. Especial referencia al caso español. CIRIEC- España, no. 56, noviembre de 2006, p. 87-116.

NOVAES, H. T. (Org.). *A alienação em cooperativas e associações de trabalhadores: uma introdução*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, v. 1, p. 1-224.

OCB – Banco de dados. Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp. Acesso em: 08 mar. 2012.

OCEPAR - Banco de dados. Disponível em: <www.ocepar.org.br>. Acesso em: 03 fev. 2012.

OLIVEIRA, Nestor Braz. *Cooperativismo: guia prático*. 2. Ed. Porto Alegre: Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, 1984.

PAGOTO, C. *Ajustes e Rupturas: Cooperativismo e Lutas Sociais no Brasil contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003.

PAJONI, R. (1996). La question urbaine. In Centre de Recherche et d'Information pour le Développement (Org.), *Un monde solidaire: comprendre pour agir* (pp. 179-197). Paris:

Syros.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. *Liberdade e necessidades: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. 2002. 265 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.

PERIUS, Vergílio Frederico. *Cooperativismo e Lei*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

PINHO, Diva Benevides. *Economia e Cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977.

PINHO, D. B. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

_____. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

POCHMANN, M. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

PRADO, Flavio Augusto Dumont. *Tributação das cooperativas à luz do Direito Cooperativo*, 2004.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

RIGO, Ariádne Scalfoni (Org.); SILVA JÚNIOR, Jeová Torres (Org.); SCHOMMER, Paula Chies (Org.); CANÇADO, Aírton Cardoso (Org.). *Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda*. 1. ed. Recife: UNIVASF, 2010. v. 1. 464 p.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil* In VII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, Quito 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/09%20GT%20Gilvando%20S%C3%A1%20Leit%C3%A3o%20Rios.pdf>>. Acessado em 26 jun. 2012.

RODRIGUEZ, C. *À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia*. In. SANTOS, B.S.(org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Valdemar Dias. *Crescimento, crise e reestruturação da cooperativa de cafeicultores e agropecuaristas de Maringá – COCAMAR (PR) – Umuarama*, 2000. 192 f. Dissertação (Mestrado em Gestão em Agronegócios), Universidade Paranaense – UNIPAR, Umuarama, 2000.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico*

da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

SCHNEIDER, J. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo: Unisinos, 1991.

SERVA, M., ANDIÓN, C. *A economia social no Brasil: panorama de um campo em construção*. In: URALDE, J.M. *La Economía Social em Iberoamérica: um acercamiento a su realidad*. Madrid: MTAS/FUNDIBES, 2006, p. 39-86.

SILVA, Christian Luiz da; LOURENÇO, Marcus; Salanek, Pedro Filho. *Capital Social e Cooperativismo no Processo de Desenvolvimento Sustentável Local: Teorias e Aplicações ao Caso da Cooperativa Bom Jesus - Lapa/PR*. Curitiba.

SMITH, A. (1983). *Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*, São Paulo: Abril Cultural.

SINGER, Paul. (2000). *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*, in P. Singer e A. R. Souza, *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, São Paulo, Contexto.

_____. (2002), “*A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*”, in B. S. Santos (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (2003), *Economia Solidária*, in A. D. Cattani (org.), *A outra economia*, Porto Alegre, Veraz Editores.

_____. (1994), *A formação da classe operária*. São Paulo: Atual.

SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo. (2000), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto.

SENAES - Banco de dados. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/tca_contas_anuais/2006/senaes.asp>. Acesso em: 31 jan. 2012.

SERRA, Elpídio. *Cooperativismo Empresarial e suas Contradições: O Distanciamento entre a Teoria e a Prática do Sistema*. V Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo. FEA-RP/USP Ribeirão Preto - SP, 2008.

SILVA, B. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SOUZA, Alzira Silva. *Cooperativismo: uma alternativa econômica*. Rio de Janeiro: CECRERJ, 1990.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento*. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

SILVA, Christian Luiz da; LOURENÇO, Marcus; Salanek, Pedro Filho. *Capital Social e Cooperativismo no Processo de Desenvolvimento Sustentável Local: Teorias e Aplicações ao*

Caso da Cooperativa Bom Jesus - Lapa/PR. Curitiba. 30º Enanpad. Setembro/2006.

THENÓRIO FILHO, Luiz Dias. *Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo*. São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 1999.

VALENÇA, Dayse. *Cooperativas Populares: Uma alternativa ao fim do emprego*. Disponível em: http://www.asplande.org.br/coresystem/wp-content/uploads/Cooperativas_Populares.pdf. Acesso em 21 maio 2012.

VERHAGEN, K. (1984). *Cooperation for survival*. Dordrecht, ICG Printing.

VILELA, Rafael Heliton Pereira. *Governança Corporativa em Cooperativas de Saúde: Proposição de um Modelo Diagnóstico*. Fortaleza: Dissertação Mestrado UFC, 2008.

ZYLBERSZTAJN, D. *Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas*. Working paper n. 02/017. FEA-USP/PENSA. 2002.

ANEXOS

ANEXO A – Índices dos Indicadores de Autogestão – Modelo ANTEAG (2005)

1. PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES	0	1	2	3	4	5
1 Frequência de Assembléias Gerais	não realiza	anual	semestral	trimestral	bimestral	mensal
2 Participação nas Assembléias Gerais	até 10%	de 10% até 30%	de 30% até 50%	de 50% até 70%	de 70% até 80%	de 80% até 100%
3 Frequência de reuniões de trabalhadores	Anual	semestral	trimestral	bimestral	Mensal	quinzenal
4 Participação nas reuniões de trabalhadores	até 10%	de 10% até 30%	de 30% até 50%	de 50% até 70%	de 70% até 80%	de 80% até 100%
5 Frequência de reuniões do Conselho de Administração	semestral	trimestral	bimestral	mensal	quinzenal	semanal
6 Participação dos membros do Cons. de Administração	até 10%	de 10% até 30%	de 30% até 50%	de 50% até 70%	de 70% até 80%	de 80% até 100%
7 Frequência de reuniões do Conselho Fiscal	não realiza	anual	semestral	trimestral	bimestral	mensal
8 Participação dos membros do Conselho Fiscal	até 10%	de 10% até 30%	de 30% até 50%	de 50% até 70%	de 70% até 80%	de 80% até 100%
9 Rotatividade dos membros da Direção (ultima eleição)	até 10%	de 10% até 20%	de 20% até 30%	de 30% até 40%	de 40% até 50%	mais de 50%
10 Construção do Acordo Coletivo Social Interno	Presidente		Cons. Adm.			Ass. Geral
11 Controle da aplicação do Acordo Coletivo Social Interno	Presidente		Cons. Adm.			Ass. Geral
2. TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA / FINANCEIRA	0	1	2	3	4	5
1. Elaboração de balancete mensal	nunca			nem sempre		sempre
2. Divulgação do balancete mensal	nunca			nem sempre		sempre
3. Análise do balancete pelo Conselho Fiscal	nunca			nem sempre		sempre
4. Divulgação do parecer do Conselho Fiscal	nunca			nem sempre		sempre
5. Elaboração de planejamento (adm./produção)	semestral	trimestral	bimestral	mensal	quinzenal	semanal
6. Divulgação dos atos da administração	nunca			nem sempre		sempre
3. TRANSPARÊNCIA NA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS	0	1	2	3	4	5
1. Definição de retiradas	Presidente		Cons. Adm.			Ass. Geral
2. Remuneração de cargos de direção		remuneração		auxílio		não têm
3. Razão entre maior e menor retirada	6 ou mais	de 5 até 6	de 4 até 5	de 3 até 4	de 2 até 3	de 1 até 2
4. RELAÇÕES COMUNITÁRIAS	0	1	2	3	4	5
1. Relação com o Governo Local		não têm		raramente		frequente
2. Relação com a Prefeitura Local		não têm		raramente		frequente
3. Relação com Sindicato da categoria		contra		neutra		apoio
4. Relação com ONG's ou outras entidades sociais		não têm		raramente		frequente
5. Relação com Movimento Comunitário		não têm		raramente		frequente
6. Participação no Orçamento Participativo Estadual/Municipal		nunca participou		poucas vezes		todas
7. Participação dos Trabalhadores no OP Estadual/Municipal	menos de 10%	de 10% a 20%	de 20% a 30%	de 30% a 40%	de 40% a 50%	de 50% ou mais
5. ATIVIDADES SOCIAIS	0	1	2	3	4	5
1. Frequência de festas sociais com os trabalhadores	não realiza	anual	semestral	trimestral	bimestral	mensal
2. Participação dos trabalhadores nas festas	até 10%	de 10% até 30%	de 30% até 50%	de 50% até 70%	de 70% até 80%	de 80% até 100%
3. Participação de familiares dos trabalhadores	até 10%	de 10% até 30%	de 30% até 50%	de 50% até 70%	de 70% até 80%	de 80% até 100%
4. Frequência de atividades esportivas	não realiza	anual	semestral	trimestral	bimestral	mensal
5. Participação nas atividades esportivas	menos de 10%	de 10% a 20%	de 20% a 30%	de 30% a 40%	de 40% a 50%	de 50% ou mais
6. QUADRO SOCIAL	0	1	2	3	4	5
1. % de empregados	mais que 10%	de 8% a 10%	de 6% a 8%	de 4% a 6%	de 2% a 4%	menos que 2%
2. % de terceirizados	mais que 10%	de 8% a 10%	de 6% a 8%	de 4% a 6%	de 2% a 4%	menos que 2%
3. Agregação de sócios	Presidente		Cons. Adm.			Ass. Geral
4. Afastamento de sócios	Presidente		Cons. Adm.			Ass. Geral
5. % de mulheres na empresa / % de mulheres na direção	menos que 0,1	de 0,1 a 0,3	de 0,3 a 0,5	de 0,5 a 0,7	de 0,7 a 0,9	1 ou mais

Fonte: ANTEAG (2005)

ANEXO B

Questionário (ANTEAG, 2005)

1 - Participação dos cooperados:

1.1 – Qual a frequência com que vocês realizam as assembleias?

(0) Não realiza (1) anual (2) semestral (3) trimestral (4) bimestral (5) mensal

1.2 - Como é a participação dos cooperados nas assembleias?

(0) até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80% (5) de 80% a 100%

1.3 - Qual é a frequência com que vocês realizam reuniões com os cooperados?

(0) anual (1) semestral (2) trimestral (3) bimestral (4) mensal (5) quinzenal

1.4 - Como é a participação dos cooperados nessas reuniões?

(0) até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80% (5) de 80% a 100%

1.5 - Como é a frequência com que vocês realizam as reuniões do Conselho de Administração?

(0) Semestral (1) trimestral (2) bimensal (3) mensal (4) quinzenal (5) semanal

1.6 - Como é a participação dos membros do conselho de administração nessas reuniões?

(0) Até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80% (5) de 80% a 100%

1.7 - Qual a frequência da realização de reuniões do conselho fiscal?

(0) não realiza (1) anual (2) semestral (3) trimestral (4) bimensal (5) mensal

1.8 - Qual é a participação dos membros do conselho fiscal nessas reuniões?

(0) Até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80% (5) de 80% a 100%

1.9 - Qual é a rotatividade dos membros da Direção eleitos na última eleição?

(0) Até 10% (1) de 10% a 20% (2) de 20% a 30% (3) de 30% a 40% (4) de 40% a 50% (5) mais de 50%

2 – Transparência:

2.1 - Quando é elaborada a prestação de contas mensal?

(0) nunca (3) nem sempre (5) sempre

2.2 - Quando é realizada a divulgação dessa prestação de contas mensal?

(0) nunca (3) nem sempre (5) sempre

2.3 - Qual é a frequência da análise dessa prestação de contas pelo conselho fiscal?

(0) nunca (3) nem sempre (5) sempre

2.4 - O conselho fiscal divulga seu parecer?

(0) nunca (3) nem sempre (5) sempre

2.5 - A cooperativa elabora algum tipo de planejamento (adm. / prod.)?

(0) semestral (1) trimestral (2) bimensal (3) mensal (4) quinzenal (5) semanal

2.6 - Quando se realiza a divulgação das ações administrativas ou da produção?

(0) nunca (3) nem sempre (5) sempre

3 - Transparência na distribuição dos resultados

3.1 Como são tomadas as decisões sobre as retiradas?

(0) Presidente (2) Conselho Administrativo (5) Assembléia Geral

3.2 - Existe alguma remuneração específica a cargos de direção?

(0) remuneração (3) auxílio (4) não tem

3.3 - Qual a diferença entre a maior e a menor retirada dos cooperados?

(0) 6 ou mais (1) de 5 a 6 (2) de 4 a 5 (3) de 3 a 4 (4) de 2 a 3 (5) de 0 a 2

4 - Relações comunitárias

4.1 - Qual a relação que a cooperativa tem com o governo local?

(0) não tem (3) raramente (5) frequente

4.2 - Qual a relação que a cooperativa tem com ONGs ou outras entidades sociais?

(0) não tem (3) raramente (5) frequente

4.3 - Qual a relação da cooperativa com movimentos comunitários?

(0) não tem (3) raramente (5) frequente

5 - Atividades sociais

5.1 - Qual a frequência de realização de festas entre os cooperados?

(0) não realiza (1) anual (2) semestral (3) trimestral (4) bimensal (5) mensal

5.2 - Como é a participação dos cooperados nessas festas?

(0) Até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80%
(5) de 80% a 100%

5.3 - Como é a participação dos familiares dos cooperados?

(0) Até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80%
(5) de 80% a 100%

5.4 - Qual a frequência de realizações de atividades esportivas pela cooperativa?

(0) não realiza (1) anual (2) semestral (3) trimestral (4) bimensal (5) mensal

5.5 - Como é a participação dos cooperados nessas atividades esportivas?

(0) Até 10% (1) de 10% a 30% (2) de 30% a 50% (3) de 50% a 70% (4) de 70% a 80%

(5) de 80% a 100%

6 - Quadro Social

6.1 - Qual é o percentual de empregados na cooperativa?

(0) Mais que 10% (1) de 8% a 10% (2) de 6% a 8% (3) de 4% a 6% (4) de 2% a 4% (5) menos que 2%

6.2 - Qual o numero de terceirizados na cooperativa?

(0) Mais que 10% (1) de 8% a 10% (2) de 6% a 8% (3) de 4% a 6% (4) de 2% a 4% (5) menos que 2%

6.3 – Quem decide sobre a inclusão de novos cooperados?

(0) Presidente (2) Conselho Administrativo (5) Assembléia Geral

6.4 Quem decide sobre o afastamento de cooperados?

(0) Presidente (2) Conselho Administrativo (5) Assembléia Geral

6.5 – Qual o percentual de mulheres na cooperativa?

(0) Menos que 0,1 (2) de 0,1 a 0,3 (2) de 0,3 a 0,5 (3) de 0,5 a 0,7 (4) de 0,7 a 0,9 (5) 1 ou mais

6.6 – Qual o percentual de mulheres na direção da cooperativa?

(0) Menos que 0,1 (2) de 0,1 a 0,3 (2) de 0,3 a 0,5 (3) de 0,5 a 0,7 (4) de 0,7 a 0,9 (5) 1 ou mais

ANEXO C

Indicadores de Autogestão encontrados na Cooperativa dos Coletores de Materiais

Recicláveis de Apucarana-PR (COCAP) – Modelo adaptado da ANTEAG (2005)

1	Participação dos Cooperados	0	1	2	3	4	5
1.1	Frequência de Assembléias				X		
1.2	Participação dos Cooperados (Assembléias)		X				
1.3	Frequência de reuniões c/ Cooperados					X	
1.4	Participação nas reuniões (cooperados)		X				
1.5	Frequência de reuniões do Conselho Adm.					X	
1.6	Participação dos membros do Cons. Adm.				X		
1.7	Frequência de reuniões do Conselho Fiscal					X	
1.8	Participação dos membros do Conselho Fiscal				X		
1.9	Rotatividade da Direção (ultima eleição)	X					
2	Transparência						
2.1	Elaboração de prestação de contas mensal					X	
2.2	Divulgação de prestação de contas mensal		X				
2.3	Análise de prestação de contas (Cons. Fiscal)	X					
2.4	Divulgação do parecer do Conselho Fiscal	X					
2.5	Elaboração de planejamento (adm./produção)			X			
2.6	Divulgação dos atos da administração			X			
3	Distribuição dos Resultados	0	1	2	3	4	5
3.1	Decisões sobre retiradas			X			
3.2	Remuneração específica para a direção					X	
3.3	Diferença entre maior e menor retirada				X		
4	Relações Comunitárias	0	1	2	3	4	5
4.1	Relação da cooperativa com o governo local		X				
4.2	Relação com ONG's ou outras entidades sociais		X				
4.3	Relação com Movimento Comunitário		X				
5	Atividades Sociais						
5.1	Frequência de festas entre os cooperados		X				
5.2	Participação dos trabalhadores nas festas						X
5.3	Participação de familiares dos trabalhadores					X	
5.4	Frequência de atividades esportivas	X					
5.5	Participação nas atividades esportivas	X					
6	Quadro Social						
6.1	Percentual empregados na cooperativa.		X				
6.2	Número de terceiros na cooperativa		X				
6.3	Decisão sobre novos cooperados					X	
6.4	Decisão sobre afastamento de cooperados						
6.5	Percentual de mulheres na cooperativa						X
6.6	Percentual de mulheres na direção da cooperativa						X

ANEXO D

Principais Características de Cooperativas Populares delimitadas pela ITCP-UFRJ.

Origem	Geralmente são formadas por iniciativa de profissionais de um mesmo ramo que estejam desempregados ou vivenciando situações de marginalidade econômica.
Constituição do capital	A força de trabalho é, senão o único, o principal capital que os associados dispõem no processo de criação de uma cooperativa popular; A cota parte estabelecida é igual para todos os associados e é recolhida só depois da primeira remuneração recebida. As cotas partes são estabelecidas em função dos custos necessários para legalização da cooperativa.
Gestão democrática	A diretoria de uma cooperativa popular é eleita entre os associados, com renovação garantida de pelo menos 2/3 da direção a cada eleição. As decisões são tomadas em assembleia e registradas em ata. Há conselho fiscal e conselho de ética atuantes.
Distribuição de renda	A remuneração dos trabalhadores da cooperativa é proporcional ao trabalho realizado e não pode exceder a três vezes o valor da menor remuneração dos cooperados exceto quando a base salarial da categoria a ser remunerada for superior. A remuneração de todos os cooperados, inclusive diretores, é aprovada em assembleia geral, com divisão equitativa das sobras.
Divisão de tarefas	Todo trabalho é desenvolvido pelo associado, não havendo terceirização das atividades.
Princípios autogestionários.	A criação e fiscalização dos instrumentos voltados para o desenvolvimento autogestionário da cooperativa, tais como: estatuto, regimento, fundos, atas, são de fundamental importância.
Quadro de associados	Cabe aos associados conhecer os instrumentos de gestão democrática da cooperativa, participar das assembleias e fazer cursos de capacitação profissional.
Garantias de continuidade da cooperativa popular	Toda cooperativa popular deve possuir fundos de investimento que proporcione seu crescimento como empresa, assim como um fundo social que propicie a seguridade, descanso remunerado, gratificação natalina, entre outros benefícios propostos pelos associados.
Responsabilidade social	As cooperativas populares devem procurar contribuir nas ações de melhoria de sua comunidade e priorizar o ingresso de pessoas da comunidade na cooperativa. Um percentual mínimo de 1% das sobras deve ser destinado ao fundo intercooperativo.

Fonte: http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/coop_pop_sab.php.